

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas  
com a agricultura  
Período de Análise: 01 a 31 de Julho de 2008.  
Área Temática: Biocombustíveis**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Isto é Dinheiro Rural  
Revista Globo Rural

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

## Índice

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL.....	7
<b>Biodiesel.....</b>	<b>7</b>
<b>A Amazônia e seus exemplos</b> – Marcelo Brito – Isto é Dinheiro – julho de 2008	
MARCELLO BRITO .....	7
<b>Petrobras é alvo da Brasil Ecodiesel na Justiça</b> – Valor Econômico – Agronegócios - 10/07/2008.....	8
<b>Etanol.....</b>	<b>9</b>
<b>60% da cana é destinada à produção do etanol</b> – Sítio Eletrônico da CPT – 01/07/2008.....	9
<b>Usinas de PE são autuadas por crime ambiental</b> – Sítio Eletrônico da CPT – 02/07/2008.....	9
<b>Ibama multa 24 usinas de PE em R\$ 120 milhões</b> – João Domingos - Estado de São Paulo – Vida & - 02/07/2008.....	10
<b>Sindicato repudia a operação</b> – Angela Lacerda – Estado de São Paulo – Vida & - 02/07/2008.....	11
<b>Produção de etanol faz preço do açúcar subir</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 02/07/2008 .....	12
<b>Pesquisa de etanol vai receber R\$ 73 milhões</b> – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 04/07/2008.....	12
<b>Projeto vai "desconstruir" a cana atrás de energia verde</b> – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência - 04/07/2008 .....	13
<b>Álcool sobe 12,5% no Nordeste; postos apontam falta do produto</b> – Fabio Guibu – Folha de São Paulo – Dinheiro - 10/07/2008 .....	14
<b>Minc chama heróis de Lula de fora-da-lei</b> – O Globo – Capa – 02/07/2008 .....	15
<b>Os 'heróis' de Lula viram foras-da-lei para Minc</b> – Evandro Éboli – O Globo – O País – 02/07/2008 .....	15
<b>GE se rende à cana</b> – Nicholas Vital – Isto é dinheiro rural – julho de 2008 .....	16
<b>Etanol 2.0 a segunda geração</b> – Eduardo Savanachi – Isto é Dinheiro Rural – julho de 2008. ....	17
<b>Usinas de cana de Pernambuco autuadas por crime ambiental</b> - Lúcia Leão – Sítio Eletrônico do MMA - 01/07/2008.....	18
<b>Todas as usinas pernambucanas são autuadas por destruir Mata Atlântica</b> – Sítio Eletrônico do MST – 01/07/2008 .....	20
<b>Moagem de cana cresce, mas produtividade cai</b> – Valor Econômico – Agronegócios - 01/07/2008.....	21
<b>Ibama autua usinas de Pernambuco sem licença</b> - Bettina Barros e Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 02/07/2008 .....	22
<b>Morgan Stanley vai investir em usina de álcool no Brasil</b> - Mônica Scaramuzzo – Valor econômico – Agronegócios - 08/07/2008 .....	23
<b>É lento o ritmo de moagem de cana no centro-sul</b> – Valor econômico – Agronegócios - 15/07/2008 .....	24
POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEIS .....	25
<b>Etanol.....</b>	<b>25</b>

<b>Minc ataca "lambança" de usineiros e anuncia multa</b> – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil - 02/07/2008.....	25
<b>O etanol e a solidão das vaquinhas brasileiras</b> – Rogério Cezar de Cerqueira Leite – Folha de São Paulo – Opinião - 06/07/2008.....	26
<b>Que matemática é essa?</b> – Maurílio Biagi Filho – O Globo – Opinião – 07/07/2008	27
<b>Deus fez a sua parte</b> - CARLOS ALBERTO SARDENBERG – O Globo – Opinião – 10/07/2008.....	29
<b>Brasil desenvolve norma para certificar álcool, com acompanhamento desde a fazenda até a bomba de combustível. O modelo dará maior uniformidade ao produto, facilitando os negócios</b> – Luciana Franco - Globo Rural – Julho de 2008 .	30
<b>A vida explode no canavial</b> – Janice Kiss – Globo Rural – julho de 2008-08-13.....	32
<b>Energia: oportunidade e ameaça para o Brasil</b> – Carlos Lessa – Valor Econômico – Opinião - 02/07/2008.....	33
<b>Justiça derruba lei que limita área de cana em Goiás</b> - Marta Watanabe e Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 02/07/2008 .....	35
<b>Demanda por etanol elevará a produção de cana no Brasil</b> – Valor Econômico – Agronegócios - 09/07/2008 .....	37
<b>Usina terão taxa para preservação ambiental</b> – Valor Econômico – Brasil - 10/07/2008.....	38
RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	38
<b>Etanol</b> .....	38
<b>Lula defenderá etanol durante G-8</b> – Silvia Amorim – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 01/07/2008 .....	38
<b>Brasil quer derrubar exigência da UE para etanol</b> – Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 09/07/2008.....	39
<b>Brasil abrirá 18 usinas de etanol no Sudão</b> – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 12/07/2008 .....	40
<b>ENERGIA LIMPA CRESCEU 60%, AFIRMA ONU</b> – folha de São Paulo – Ciência - 02/07/2008 .....	41
<b>FMI culpa países ricos pela alta da inflação</b> – Sergio Dávila – Folha de São Paulo – Dinheiro - 02/07/2008 .....	41
<b>Crise pode levar a suspensão de tarifa do álcool</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro - 02/07/2008.....	42
<b>Preço de alimentos subiu 75% devido ao álcool, afirma jornal</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro - 04/07/2008 .....	43
<b>Empresas dos EUA pedem fim da tarifa sobre álcool de cana</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro - 04/07/2008 .....	43
<b>UE pressiona Brasil a provar sustentabilidade do álcool</b> – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro - 08/07/2008 .....	44
<b>Sarkozy na UE: ilegais e bioenergia na pauta</b> - Deborah Berlinck – O Globo – Economia – 01/07/2008.....	45
<b>Biocombustível de grãos vira alvo de críticas em reunião dos mais ricos</b> - Gilberto Scofield Jr. – O Globo – Economia – 06/07/2008.....	46
<b>Bush frustra expectativa de reunião do G-8</b> - O Globo – Capa – 07/07/2008.....	47
<b>Sem acordo à vista no G-8</b> - Gilberto Scofield Jr. – O Globo – Economia – 07/07/2008.....	47

<b>Presidente volta a defender o etanol</b> – Chico de Gois - O Globo – O País – 11/07/2008.....	49
<b>Lula defende na Ásia produção de etanol</b> - Chico de Gois – O Globo – Economia – 13/07/2008.....	50
<b>China abre oportunidade para o etanol brasileiro</b> – Sítio Eletrônico do MAPA – 01/07/2008.....	51
<b>Relatório secreto afirma que agrocombustíveis causaram a crise alimentar</b> – Sítio Eletrônico do MST – 09/07/2008.....	52
<b>Etanol do Brasil pode ser vítima de "armadilha ecológica" da UE</b> - José Roberto Campos – Valor Econômico – Agronegócios - 02/07/2008.....	54
<b>Copersucar exportará álcool para o Japão</b> - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 03/07/2008.....	55
<b>Japão dá mais ênfase à energia nuclear do que aos biocombustíveis</b> – Valor Econômico – Internacional - 07/07/2008.....	56
<b>G-8 cobra garantias de sustentabilidade do etanol do Brasil</b> - Assis Moreira- Valor Econômico – Internacional - 08/07/2008.....	57
<b>Brasil proporrá selo para o etanol</b> – Assis Moreira - Valor Econômico – Internacional - 09/07/2008.....	59
<b>Uruguai adere ao álcool combustível</b> - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegocio - 11/07/2008.....	59
<b>Indonésia faz acordo para etanol, mas barreira à carne segue firme</b> - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegocio – 14/07/2008.....	61

## Segunda Quinzena

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL.....	62
<b>Biodiesel</b> .....	62
<b>Brasil Ecodiesel recorre ao sócio para crédito</b> - Graziella Valenti – Valor Econômico – Investimentos - 29/07/2008.....	62
<b>Petrobras inicia produção de biodiesel</b> - Raquel Salgado – Valor Econômico – Agronegócios - 29/07/2008.....	64
<b>Etanol</b> .....	65
<b>Governo controlará produção de álcool</b> – Luciana Otoni – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/07/2008.....	65
<b>"Cana em pé" atingirá 5% da produção</b> – Valor Econômico – Agronegócios - 17/07/2008.....	66
<b>ADM estréia na produção de álcool no Brasil</b> - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 28/07/2008.....	67
<b>Zoneamento da cana no país deve blindar Amazônia Legal</b> - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 28/07/2008.....	68
<b>Combate à sonegação em discussão</b> – Monica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 29/07/2008.....	69
<b>Aposta no álcool é reforçada</b> – Valor Econômico – Agronegocio - 29/07/2008.....	70
<b>Bunge planeja construir três usinas em Tocantins</b> - Mônica Scaramuzzo e Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico – Agronegocio - 30/07/2008.....	71

<b>Colheita de cana avança no centro-sul do Brasil</b> – Valor Econômico – Agronegócios - 30/07/2008 .....	72
<b>POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEIS</b> .....	72
<b>Biodiesel</b> .....	72
<b>Governo cria a Petrobras Biocombustível</b> - Maurício Thuswohl – Carta Maior – 31/07/2008 .....	72
<b>Biodiesel provoca alta no diesel e pressiona inflação</b> – Juliana Rocha – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/07/2008.....	74
<b>Governo enterra de vez biodiesel feito só com mamona</b> – Humberto Medina – Folha de São Paulo – Dinheiro - 29/07/2008 .....	75
<b>O apoio aos biocombustíveis</b> – Luiz Alberto Moreno – O Globo – Opinião – 29/07/2008.....	76
<b>Mamona fracassa, mas piraju vai virar salmão</b> – O Globo – Capa – 30/07/2008 ..	78
<b>Mamona fracassa... e Lula sonha fazer piraju virar salmão</b> – Ramona Ordoñez e Maria Lima – O Globo – Economia – 30/07/2008 .....	78
<b>Cassel participa de inauguração de usina de biodiesel</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 28/07/2008 .....	80
<b>Petrobras Biocombustível fortalece agricultura familiar</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 29/07/2008.....	81
<b>Frutos do Norte, novas fontes para biodiesel</b> - Patrick Cruz- Valor Econômico – Agronegócios - 18/07/2008 .....	82
<b>Brasil avança no valorizado mercado de óleo de palma</b> - Patrick Cruz – Valor Econômico – Agronegócio - 23/07/2008 .....	83
<b>Ambientalistas temem expansão na Amazônia</b> - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 23/07/2008 .....	85
<b>Na "festa do biodiesel", mamona brilha pouco</b> - Patrick Cruz e Raquel Salgado – Valor Econômico – Agronegócios - 30/07/2008.....	85
<b>Etanol</b> .....	87
<b>Bagaço deve gerar energia, não etanol, diz especialista</b> – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 17/07/2008.....	87
<b>A crise do petróleo e os biocombustíveis</b> – Edison Lobão – Folha de São Paulo – Opinião – 27/07/2008 .....	88
<b>A hegemonia da Petrobras</b> – Adriano Pires – O Globo – Opinião – 17/07/2008.....	90
<b>Biocombustível priva mundo de 100 milhões de t, diz FAO</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/07/2008.....	91
<b>Açúcar deve puxar preço do álcool nos próximos meses</b> – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/07/2008 .....	91
<b>Publicada portaria de recomposição da Câmara Setorial de Açúcar e Álcool</b> – Sítio Eletrônico do MAPA – 16/07/2008 .....	93
<b>Mercado de álcool ficará firme até 2009</b> – Mônica Scaramuzzo – Valor econômico – Agronegócios - 23/07/2008 .....	93
<b>RELAÇÕES INTERNACIONAIS</b> .....	94
Etanol.....	94
<b>EUA e UE resistem a discutir o etanol</b> – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/07/2008.....	94
<b>'Não é hora de falar de etanol'</b> – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/07/2008.....	96

<b>UE propõe cota a etanol. Brasil acha pouco</b> – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/07/2008.....	96
<b>EUA seguem irredutíveis sobre tarifa contra o etanol brasileiro</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/07/2008.....	97
<b>Etanol é ponto de divergência entre Brasil e Europa</b> – O Globo – Economia – 28/07/2008.....	98
<b>Brasil troca apoio por etanol</b> – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 29/07/2008.....	98
<b>OCDE ataca subsídios e elogia o álcool brasileiro</b> – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro - 16/07/2008.....	99
<b>BERNANKE DIZ SER FAVORÁVEL A FIM DE TARIFA SOBRE PRODUTO BRASILEIRO</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 16/07/2008.....	100
<b>Fed sugere menor tarifa sobre etanol</b> – Andrea Vialli – Estado de São Paulo – economia e Negócios – 17/07/2008.....	101
<b>GOVERNADOR QUER REDUZIR META DO ÁLCOOL</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/07/2008.....	102
<b>BID deve anunciar até US\$ 300 mi para álcool</b> – Sergio Dávila – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/07/2008.....	102
<b>Proposta européia eleva acesso do álcool brasileiro à região</b> – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/07/2008.....	103
<b>País prepara processo contra subsídio ao álcool</b> – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro - 30/07/2008.....	103
<b>OCDE defende etanol do Brasil e critica UE e EUA</b> – Deborah Berlinck – O Globo – Economia – 17/07/2008.....	104
<b>OCDE sugere não elevar mais produção de etanol</b> – Valor Econômico – Internacional - 17/07/2008.....	105
<b>Brasil endurece tom para defender etanol</b> – Assis Moreira - Valor econômico – Brasil - 22/07/2008.....	105
<b>Acordo pode reduzir barreiras a etanol e algodão</b> – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 29/07/2008.....	107
<b>Importador ainda resiste a contrato padrão de etanol</b> - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 29/07/2008.....	108
<b>Etanol e banana vão para a fila de processos</b> – Valor Econômico – Brasil - 30/07/2008.....	109

## AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL

### Biodiesel

#### **A Amazônia e seus exemplos – Marcelo Brito – Isto é Dinheiro – julho de 2008**

O município de Tailândia, situado no leste do estado do Pará, ganhou recentemente os holofotes da mídia após o início de operações da Polícia Federal para combater o desmatamento em virtude do dismantelamento de uma quadrilha. De uma hora para outra, a pequena cidade de pouco mais de 64 mil habitantes se transformou no símbolo da devastação da Amazônia. Mas, o que poucos sabem, é que a região também abriga iniciativas em prol da preservação ambiental, que merecem tanto destaque quanto foi dado à exploração ilegal de madeira.

Cerca de 70% da economia de Tailândia giram em torno das madeiras e carvoarias. Estima-se que tais atividades tenham resultado na perda de 60% da cobertura vegetal da cidade, que está inserida no chamado Arco do Desmatamento, região mais ameaçada da Amazônia Legal.

**O desafio é garantir a preservação das poucas áreas de floresta que ainda restam e, ao mesmo tempo, proporcionar aos brasileiros que ali vivem uma fonte de renda alternativa.** Nesse sentido, Tailândia também é um bom exemplo a ser seguido.

Existem na região reservas florestais com mais de 60 mil hectares mantidas pela iniciativa privada e monitoradas por respeitadas instituições científicas como é o caso da ONG Conservação Internacional e do departamento de Ornitologia da USP. Nessas áreas foram identificadas quase 400 espécies de aves e mamíferos de médio e grande portes, dentre elas 12 ameaçadas de extinção.

Em paralelo, o plantio da palma se apresenta como uma alternativa para o reflorestamento de parte das áreas devastadas. Por ser uma cultura perene (com ciclo médio de produção entre 25 e 30 anos), o cultivo da palma permite fazer com que o solo dessas regiões volte a reconstituir uma cobertura vegetal o mais semelhante possível da original.

Nesse sentido, **já foram reflorestados mais de 12,5 mil hectares, iniciativa que também traz benefícios para a comunidade**, já que essa cultura vem sendo também aplicada em programas de incentivo à agricultura familiar.

Citado como case de sucesso até mesmo em publicações da Universidade de Harvard, o Projeto de Agricultura Familiar do Dendê, criado há cinco anos, já beneficia mais de **uma centena de famílias que abandonaram a exploração ilegal de madeira, a produção de carvão e, com a produção da palma, garantem uma renda média superior a R\$ 1.000,00 por mês.** Além dessas famílias, outras 21 mil pessoas que vivem não só em Tailândia, mas também nas circunvizinhanças, têm se beneficiado direta e indiretamente do plantio da palma.

Foi também a cadeia da palma -plantio e produção de óleo para o abastecimento dos mercados nacional e internacional- que permitiu o desenvolvimento de uma infra-estrutura de apoio na região, com a instalação de energia elétrica, abastecimento de água, assistência médica, criação de malha viária e até a construção de residências. Medidas que vêm gerando receita e proporcionando melhoria de vida aos trabalhadores. **O plantio da palma vem ainda colaborando para melhorar a qualificação da mão-de-obra, minimizando assim a busca por profissionais de outras cidades e estados.** Nesse sentido, é possível citar iniciativas como escolas implantadas pela iniciativa privada para as famílias dos palmares, além de convênios que têm permitido que esses trabalhadores frequentem a faculdade no próprio local de trabalho.

Como se vê, há muito a ser combatido em Tailândia, mas também é possível ter orgulho de iniciativas sérias e responsáveis. Uma situação tão contrastante quanto o próprio país que a abriga.

#### **Petrobras é alvo da Brasil Ecodiesel na Justiça – Valor Econômico – Agronegócios - 10/07/2008**

A Brasil Ecodiesel comunicou ontem à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que ingressou com medida judicial, na 11 Vara Cível da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, contra a Petrobras. A Brasil Ecodiesel, que tem ações na Bovespa, cobra "o recebimento de multas contratuais devidas pela Petrobras, referentes à não retirada do volume de biodiesel contratado nos leilões 69/07 e 70/07", nos meses de fevereiro e março deste ano.

A empresa quer ainda a "inexigibilidade da cobrança das multas contratuais contra a Brasil Ecodiesel, referentes aos meses de abril, maio e junho de 2008", já que, nesse período, a estatal estava "inadimplente" nos contratos de compra e venda de biodiesel acertados. Isso, entende a empresa, "permitiria que fosse suspensa a execução das suas obrigações contratuais, tudo devidamente notificado à Petrobras na época dos eventos".



## **Etanol**

### **60% da cana é destinada à produção do etanol – Sítio Eletrônico da CPT – 01/07/2008**

Mais de 60% da cana-de-açúcar processada no Brasil na safra 2008/2009 (total contabilizado até o dia 15 de junho deste ano) foi utilizada para a produção de etanol. Somente 38,13% do total de cana cortada foi destinada para a produção açucareira. Segundo os dados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), divulgados no dia 1º de julho, na safra 2007/2008 a porcentagem tinha sido de 56,69%, um aumento de 7,01%, enquanto a produção de açúcar diminuiu em 13,84%. A expansão da cana-de-açúcar também está evidente no aumento das vendas de etanol para o exterior. De acordo com a Unica, houve um aumento de 64% na exportação do agrocombustível na safra 2008/2009.

### **Usinas de PE são autuadas por crime ambiental – Sítio Eletrônico da CPT – 02/07/2008**

Todas as 24 Usinas de cana-de-açúcar do estado de Pernambuco estão sendo autuadas por cometerem crime ambiental. A decisão foi anunciada no dia 1º de junho pelo Ministério do Meio Ambiente. As usinas foram multadas em R\$ 5 milhões cada, somando um total de R\$ 120 milhões e os usineiros ainda responderão a ações civis e criminais.

As usinas são responsáveis pela destruição da Mata Atlântica na região e contaminação dos cursos d'água. Segundo a assessoria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), além de não possuírem licenciamento ambiental para o plantio da cana, foi constatado, através das fiscalizações, que as usinas não respeitam as reservas legais – No caso do Nordeste, 20% das propriedades - e estendem as plantações às Áreas de Preservação Permanente (APPs), inclusive nas margens dos rios.

Estas usinas e a expansão do monocultivo de cana-de-açúcar em Pernambuco também são responsáveis por comprometer a Mata Atlântica remanescente no estado. Como consequência do desmatamento, o estado passou a ter o menor índice de áreas preservadas do bioma. Enquanto a média nacional é de 8%, Pernambuco possui apenas 2,7%. Segundo dados apresentados pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, as 24 usinas são responsáveis por um passivo ambiental de 85 mil hectares. "Não interessa que costas quentes tenham os usineiros. Vão ter que recuperar a área degradada", complementou o ministro. O Ministério Público pedirá que a Justiça determine a recuperação dos danos ambientais causados pelas Usinas.

**Denúncias de destruição ambiental são freqüentes no estado** - Denúncias de crimes ambientais promovidos pelas usinas e pela expansão da cana-de-açúcar no Estado são frequentemente encaminhadas ao Ibama. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), quase todas as essas usinas já haviam sido denunciadas anteriormente pela entidade. Alguns exemplos emblemáticos de crimes ambientais, denunciados pela CPT, só este ano no estado, são os casos da Usina Trapiche, localizada no município de Sirinhaém, zona da mata sul de PE e da Usina Salgado, no município de Ipojuca.

De acordo com a denúncia realizada ainda no mês de abril, a Usina Trapiche vem poluindo os rios, contaminando as fontes d'água, o solo e subsolo da região com o vinhoto

(substância tóxica, resultante do processo de transformação da cana-de-açúcar em etanol). Recai também sobre a Usina Trapiche a denúncia de devastação de mangues, principalmente por aterramento para plantação de cana, além de outros crimes ambientais.

Já o caso da Usina Salgado é um exemplo de como os órgãos de fiscalização estaduais têm sido omissos no cumprimento de suas funções. Segundo Daniel Viegas, advogado da CPT, “enquanto a Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH) declarava que a Usina Salgado cumpria o cronograma de seu projeto de reflorestamento, o Ibama confirmava, em seus laudos, as denúncias feitas pela CPT - de danos ambientais causados pela Usina e que não foram citados pelo CPRH”. A Usina acabou sendo autuada pela destruição de mata ciliar em área de preservação permanente, o que caracteriza infração administrativa e crime ambiental.

"Apesar da autuação pelo Ibama, a CPRH vem sendo bastante omissa na fiscalização desses casos", completa Viegas. No final de 2007, foi assinado um termo de compromisso entre a CPRH, a Secretaria de Ciência e Tecnologia, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e o Sindaçúcar, com o objetivo fixar mecanismos e prazos de adequação das usinas de açúcar à legislação ambiental e de recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APP). Entretanto, o caso da Usina Salgado demonstrou que a CPRH, em muito de seus acordos, apenas mascara e esconde os diversos crimes ambientais cometidos pelas usinas do Estado, sem que as mesmas respondam pelas violações cometidas.

#### **Ibama multa 24 usinas de PE em R\$ 120 milhões – João Domingos - Estado de São Paulo – Vida & - 02/07/2008**

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) multou ontem 24 usinas de Pernambuco, em um total de R\$ 120 milhões. Elas teriam desmatado até as margens dos rios para plantar cana-de-açúcar. A multa aplicada a cada uma delas foi de R\$ 5 milhões. De acordo com o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, as usinas destruíram a cobertura vegetal nativa da mata atlântica e provocaram a contaminação de cursos de água com vinhoto.

A área desmatada foi calculada em 85 mil hectares. O Ministério Público exigirá que os infratores recuperem os danos causados pelos usineiros. Eles podem optar por recuperar suas propriedades ou fazer a compensação em outras áreas. De acordo com Minc, as usinas não tinham licenciamento ambiental para o plantio de cana. Ele informou ainda que hoje a cana ocupa 30% de Pernambuco.

O ministro disse que a ação do Ibama visou a fortalecer a estratégia brasileira de produção de etanol limpo e ambientalmente saudável, já que práticas criminosas podem justificar barreiras econômicas. “As lambanças dos usineiros de Pernambuco vão se converter em barreiras para todo o etanol brasileiro, inclusive de outros Estados que produzem dentro de critérios de sustentabilidade. O ministério aprova o etanol, que é um combustível limpo e melhor para o planeta. Então, não estamos, com a ação, obstruindo, mas viabilizando o etanol”, disse. O Sindicato de Açúcar e de Alcool repudiou a operação.

De acordo com informações do Ibama, além de não manterem suas reservas legais nem a cobertura florestal das Áreas de Proteção Permanente (APPs), como as margens dos rios, os usineiros pernambucanos também são acusados de comprometer o pouco que resta da cobertura de mata atlântica remanescente no Estado (2,7%), três vezes menos do que a média nacional, que é de 8%.

Entre as práticas adotadas estaria o uso do fogo no manejo das lavouras sem cuidados mínimos, como a abertura de aceiros para proteger áreas de vegetação nativa. O ministro lembrou que a queimada já foi abandonada em plantios como os do interior de São Paulo e de Goiás. Também em São Paulo e Goiás os usineiros utilizam o vinhoto como subproduto da cana, na condição de adubo, enquanto nas produções pernambucanas ele continua poluindo rios. Segundo Minc, o governo tomará medidas contra a ilegalidade. Citou como exemplo de “punição exemplar” multas aplicadas às empresas pernambucanas do pólo gesseiro. De cem autuadas por utilizarem carvão ilegal e destruir o pouco que resta da caatinga, 60 se adequaram às exigências. As que não fizeram foram embargadas.

Em seguida, fez ameaça direta aos usineiros: “Senhores usineiros, deixem de olhar para os seus padrinhos políticos e olhem o que aconteceu no pólo gesseiro. O pólo gesseiro ontem vai ser vocês amanhã. Quem quiser se regularizar, entrar na lei e na ordem, terá todo apoio técnico e financeiro”, disse, referindo-se à linha de crédito para recuperação de passivos ambientais. “Quem não quiser vai fechar.”

O ministro endossou as críticas feitas pelo Ministério Público e pelo atual governo pernambucano, que não reconhecem o acordo firmado pelo governo do antecessor Jarbas Vasconcelos (PMDB), que previa a regularização das usinas de cana mediante a plantação de seis hectares de floresta cada uma. Ao encerrar a entrevista, Minc fez uma pequena sessão de alongamento em frente aos repórteres.

**Sindicato repudia a operação** – Angela Lacerda – Estado de São Paulo – Vida & - 02/07/2008

O Sindicato de Açúcar e do Alcool de Pernambuco (Sindiaçúcar) repudiou ontem, por meio de nota, a forma como a operação Engenho Verde foi realizada pelo Ibama e pelo Ministério do Meio Ambiente. Informou ainda que pretende questionar administrativamente “a impropriedade e o equívoco” das autuações. “Isso é um contra-senso, pois o próprio Ibama concedeu as licenças de queima agrícola que valem até 2009”, afirmou o presidente do Sindiaçúcar, Renato Cunha. “A lei não mudou. O que eles querem agora é fazer uma nova versão do que já existe.”

Segundo o sindicato, as usinas de cana-de-açúcar de Pernambuco funcionam com licença da Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e têm um termo de compromisso agroindustrial (TCA) em vigor desde o ano passado, firmado com o órgão. O termo prevê o plantio, por três anos, de 132 mil mudas de espécies nativas da mata atlântica por ano nas margens dos rios que cortam suas terras.

Em 2009, devem ser firmadas novas metas, visando a recuperação das reservas florestais, que devem abranger 20% da área de cada usina. O setor sucroalcooleiro em Pernambuco emprega cerca de 100 mil pessoas durante o período de safra. A produção anual de cana-de-açúcar é da ordem de 19,5 milhões de toneladas e a de álcool de 475 milhões de litros. Já a produção de açúcar é de 1,6 milhão de toneladas, o que representa 30% das exportações do Estado.

### **Produção de etanol faz preço do açúcar subir – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 02/07/2008**

O preço do açúcar registrou o maior nível em 11 semanas ontem. Na Bolsa de Nova York (ICE Futures US), os contratos para outubro, mais negociados, encerraram o pregão com ganho de 4,73%, cotados a 13,72 cents/lb. Fundos recompraram contratos que tinham vendido e abriram novas posições, influenciados pelo forte crescimento da produção de etanol de cana-de-açúcar no Brasil. Segundo a União da Indústria de Cana-de-Açúcar, 61,8% da cana já esmagada nesta safra foi destinada à produção de álcool.

### **Pesquisa de etanol vai receber R\$ 73 milhões – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 04/07/2008**

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) lançou ontem um programa específico de apoio ao desenvolvimento de novas tecnologias na área de biocombustíveis. Entre elas, o melhoramento genético da cana-de-açúcar e a produção do etanol de celulose. O investimento inicial será de R\$ 73 milhões, amparado também pela indústria, pelo governo federal e o Estado de Minas Gerais.

O Programa Fapesp de Pesquisa em Bioenergia (Bioen) chega em boa hora. Especialistas presentes no lançamento ressaltaram que o Brasil é hoje líder absoluto em ciência e tecnologia do etanol, mas que essa liderança se torna cada vez mais apertada à medida que outros países começam a investir pesado também nos biocombustíveis. “Só vamos permanecer na vanguarda se produzirmos novos conhecimentos”, disse o presidente da Fapesp, Celso Lafer.

“Temos de continuar avançando”, reforçou o diretor científico da fundação, Carlos Henrique de Brito Cruz. “O Brasil não está acostumado a ser o melhor do mundo em ciência e tecnologia. A atitude tem de ser diferente de quando se está querendo aprender e copiar o que os outros estão fazendo.”

Trinta e sete instituições participarão do Bioen - 20 do Brasil e 17 estrangeiras. Um dos pontos fortes do programa será a pesquisa genômica, direcionada para o melhoramento genético da cana. Os cientistas querem entender melhor como funciona a genética da planta para, a partir daí, ativar, desativar ou multiplicar genes que sejam de interesse para a produção de etanol.

“Precisamos de plantas com mais açúcar, mais biomassa e melhor adaptadas a diferentes ambientes”, disse a especialista Glaucia Souza, do Instituto de Química da Universidade de São Paulo (USP). Na região Centro-Oeste, por exemplo, o problema é a baixa disponibilidade de água. “Se quisermos usar pasto em vez de derrubar floresta, precisamos de uma planta que seja resistente à seca.”

O Bioen dará seqüência a pesquisas iniciadas em 1999 com o projeto Sucest, que seqüenciou 90% dos genes conhecidos da cana-de-açúcar. O trabalho, porém, limitou-se às regiões codificadoras de proteínas, que representam uma parte pequena do genoma. Todo o maquinário genético que controla o funcionamento desses genes continua desconhecido. “Ainda temos muita pesquisa básica por fazer”, observa Glaucia. Uma das metas é fazer o seqüenciamento completo do genoma da cana.

**CELULOSE** - Outro objetivo é desenvolver a tecnologia do etanol de celulose, que permitiria ao País transformar também em combustível o bagaço e a palha da cana (hoje se aproveita só o caldo, o que é só um terço da energia contida na planta). Para isso, é preciso entender como se forma a parede celular da cana e - mais importante - como desconstruir essa parede para chegar à celulose embutida nela. “O que fazemos hoje é desmontar uma máquina supercomplexa com uma marreta”, disse o especialista Marcos Buckeridge, do Instituto de Biociências da USP. “Temos de descobrir quais são as ferramentas exatas para esse trabalho, e é isso que a genômica vai nos dar.” “O Brasil precisa dominar a tecnologia do etanol celulósico se quiser manter sua liderança”, disse José Luiz Olivério, vice-presidente da Dedini, empresa que faz pesquisa na área. Ele cobrou mais apoio financeiro para o escalonamento de processos industriais experimentais. “Se continuar assim, toda tecnologia vai parar na universidade (sem chegar à indústria).”

Dos R\$ 73 milhões, R\$ 10 milhões são da Dedini, R\$ 19 milhões do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e R\$ 2,5 milhões da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas.

**Projeto vai "desconstruir" a cana atrás de energia verde** – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência - 04/07/2008

Três programas científicos anunciados ontem darão R\$ 173 milhões até 2013 para armar cientistas brasileiros na guerra da bioenergia. Eles se destinam a "desconstruir" geneticamente a cana-de-açúcar, uma planta que é estratégica, mas cujas entranhas ainda não são bem conhecidas pelos cientistas -apesar de um projeto genoma dela já ter sido feito. Os programas foram lançados na sede da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). Serão liberados R\$ 73 milhões até o fim deste ano e outros R\$ 100 milhões entre 2009 e 2013.

Os recursos sairão dos cofres paulista, federal, mineiro e também da iniciativa privada. A gama de assuntos, em todos os casos, é grande. Até o impacto social da cultura da cana, cada vez mais hegemônica, será estudado. "Acredito que teremos projetos também nesse campo, não apenas do lado tecnológico", afirma Carlos Henrique de Brito Cruz,

diretor científico da Fapesp. O programa principal, no entanto, visa soletrar todo o DNA da planta. "Agora, vamos fazer o genoma completo", disse Marie-Anne Van Sluys, do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. O projeto genoma anterior, encerrado em 2003 e comemorado pela comunidade científica, na verdade, revelou só as chamadas seqüências expressas da planta (pedaços de genes transcritos em moléculas de RNA).

"A pergunta importante é: Qual a diferença entre a cana e o arroz?", diz Van Sluys. Se for contado apenas o número de genes, tanto a cana quanto o arroz e até mesmo o homem estarão mais ou menos próximos. Todos têm entre 40 mil e 43 mil genes.

"O que faz da cana ser a cana?", pergunta a cientista. A resposta, disse ela, está também no desconhecido, nos 13% dos genes da cana que não foram ainda estudados. A cana é considerada um grande "frankenstein" genômico porque muitas variedades foram cruzadas entre si.

### **Álcool sobe 12,5% no Nordeste; postos apontam falta do produto – Fabio Guibu – Folha de São Paulo – Dinheiro - 10/07/2008**

Os postos de revenda de combustíveis do Nordeste reajustaram o preço do álcool em até 12,5% nos últimos dias, sob alegação de falta do produto.

Segundo os empresários do setor, o desabastecimento está ligado ao aumento do consumo, ao período de entressafra da cana-de-açúcar na região e à falta de estoques reguladores. O consumo de álcool, dizem, dobrou este ano em relação a 2007, sem que houvesse um plano estratégico de estocagem para a entressafra. As distribuidoras passaram a buscar o combustível em São Paulo, Minas Gerais e Goiás e o custo extra está sendo repassado ao consumidor, dizem os empresários.

Eles afirmam que houve reajuste no frete, com a decisão do governo federal de aumentar o percentual de mistura do biodiesel no óleo diesel, de 2% para 3%, a partir de 1º de julho. Caminhões-tanque passaram a transportar o produto, reduzindo a oferta de veículos para carregamento de álcool.

Nos três maiores Estados nordestinos -Pernambuco, Bahia e Ceará-, os reajustes na bomba variaram de R\$ 0,10 a R\$ 0,20 por litro, nas capitais.

Em Pernambuco, onde existem 24 usinas de cana, houve o maior aumento: de R\$ 1,59 para R\$ 1,79. Na Bahia e no Ceará, o valor médio chegou a R\$ 1,89.

Apesar do aumento, o abastecimento continua irregular. Wladimir Figueiredo, diretor do Sindicato dos Revendedores de Combustíveis de Pernambuco, disse que cerca de 40% dos 1.200 postos estaduais foram afetados. Na Bahia, revendedores não receberam álcool "três ou quatro dias seguidos", afirmou o presidente do sindicato estadual, Walter Tannus. "As distribuidoras melhoraram a entrega esta semana, mas não é uma situação definitiva." No Ceará, o desabastecimento atinge 15% dos 900 postos do Estado, estimou o presidente do sindicato da categoria, José Carlos Oliveira. Ele diz que também há falta de álcool anidro para misturar à gasolina.

## **Minc chama heróis de Lula de fora-da-lei** – O Globo – Capa – 02/07/2008

Ao anunciar que o Ibama autuou 24 usinas de cana em Pernambuco por crime ambiental, o ministro Carlos Minc disse que há uma “lambança generalizada com apoio político”, e acusou os usineiros de “fora-da-lei”. Há um ano, o presidente Lula os chamou de “heróis nacionais”. Página 5

## **Os 'heróis' de Lula viram foras-da-lei para Minc** – Evandro Éboli – O Globo – O País – 02/07/2008

Ministro ataca usineiros e diz que Ibama vai multar todas as usinas de cana-de-açúcar de Pernambuco **Evandro Éboli**

BRASÍLIA. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, anunciou ontem que o Ibama autuou as 24 usinas de cana-de-açúcar de Pernambuco, que terão de pagar multa total de R\$ 120 milhões por crimes ambientais, como desmatar a Mata Atlântica sem autorização e não apresentar licenciamento para funcionamento.

Segundo o Ibama, as usinas funcionam em situação completamente irregular.

— Pernambuco é um desastre do desastre. O que ocorre lá é uma lambança generalizada com apoio político e impunidade.

Esses usineiros estão na ilegalidade, são uns fora-da-lei.

Pernambuco é o pior estado do Brasil na preservação da Mata Atlântica. Não vamos dar sossego para os usineiros com costas quentes na política. Acabou a moleza — disse Minc.

Há um ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao falar do interesse mundial pelo etanol brasileiro, chamou os usineiros do país de heróis nacionais.

— Os usineiros, que até dez anos atrás eram tidos como bandidos do agronegócio deste país, estão virando heróis nacionais e mundiais — disse Lula: — E por quê? Porque está todo mundo de olho no álcool, porque tem política séria, porque, quando a gente quer ganhar o mercado externo, temos de ser mais sérios.

Proprietários terão que replantar 85 mil hectares. Ontem, o governo entrou com ação civil pública para que os proprietários replantem 85 mil hectares e recomponham a floresta.

Eles vão responder ainda a processo criminal.

As usinas não mantêm 20% da área em reserva legal. Também estão com problemas de regularização fundiária. As 24 usinas ocupam uma área de 400 mil hectares de Mata Atlântica, quase toda destruída pelo plantio irregular da cana. Só 2,7% da Mata Atlântica de Pernambuco está em pé: a média no Brasil, já muito baixa, é de 8%.

Os usineiros têm se recusado, ao longo dos anos, segundo o ministro, a respeitar a legislação.

Minc disse que eles têm sido notificados, mas não aceitam um acordo: — Eles são criminosos ambientais.

Essa turminha é braba.

Minc disse que os usineiros fazem queimadas irregulares e adotam a estratégia de pedir autorização para queimar uma pequena área, usando o documento para queimar toda a propriedade, de até 20 mil hectares.

— Que entrem na linha enquanto há tempo. Se tiverem juízo — afirmou Minc.

O plantio da cana ocupa 30% das terras de Pernambuco. O Ibama constatou que as usinas plantam cana até às margens dos rios, destruindo as matas ciliares.

Para o ministro, a ação dos usineiros pode comprometer a exportação do etanol. Minc afirmou que podem ser criadas barreiras protecionistas no exterior contra a compra do produto brasileiro, por causa dos crimes ambientais.

Minc disse que não comunicou a ação ao ministro das Relações Institucionais, José Múcio, que é de Pernambuco: — Não pedi para ser ministro.

Nem queria. Mas, quando aceitei, coloquei algumas condições para o presidente. Ele me garantiu que não haveria ingerência política nessas ações do Ibama.

Não consulto ninguém.

### **GE se rende à cana** – Nicholas Vital – Isto é dinheiro rural – julho de 2008

O que uma das maiores empresas do mundo, atuante em diversas áreas, desde a fabricação de turbinas de avião até serviços financeiros, com faturamento de US\$ 173 bilhões por ano faria no emergente setor de álcool e cana-de-açúcar no Brasil? Ganhar mais dinheiro, é claro. É exatamente nisso que a GE está de olho. Há menos de um ano neste mercado, a multinacional norteamericana vem focando as cerca de cem novas usinas de processamento de álcool e açúcar que devem ser construídas no País até 2011, um negócio que gira na casa dos US\$ 12 bilhões. Com expertise de quem tem mais de 100 anos de história, a empresa agora quer equipar as novas usinas brasileiras com tecnologia de ponta.

Além das soluções para o tratamento da água, que já têm uma boa penetração no mercado brasileiro, a GE agora aposta suas fichas na geração de energia, automação, segurança e instrumentação das usinas. **"Temos soluções para quase toda a usina", garante Claudio Loureiro, diretor de Desenvolvimento Comercial da GE, lembrando que a empresa está presente de alguma forma em mais de 100 das 350 usinas em operação no Brasil.**

"Começamos recentemente este trabalho junto às usinas, mas já trabalhamos nisso há anos. Energia é um dos grandes negócios da GE. Só o setor de infra-estrutura, onde está a divisão de energia, representa o maior faturamento da empresa e vem crescendo ano a ano. Em 2007 tivemos um aumento de 17%", continua o executivo, acreditando em ganhos ainda maiores do que os US\$ 57,9 milhões obtidos no último ano após fechar alguns negócios com as novas usinas que estão sendo montadas por aqui, principalmente no Centro-Oeste. "Hoje existem cerca de 100 usinas em construção. Cada uma a um custo em torno de US\$ 120 milhões, e a GE tem a tecnologia necessária para todas elas", revela.

**Mesmo com um cenário favorável, não foi nada fácil convencer os executivos da matriz, nos Estados Unidos, a ingressar no mercado de cana-de-açúcar. Influenciada pela mídia internacional, a cúpula da GE temia acabar envolvida em possíveis escândalos de desmatamento ou crise de alimentos.** O problema foi resolvido de uma forma pedagógica. Segundo Loureiro, a comitiva brasileira mostrou as diferenças



entre o etanol brasileiro e o feito nos Estados Unidos e explicou que o processo no Brasil já tem mais de 30 anos e não utiliza áreas de floresta, impróprias para o plantio da cana. No final, acabaram convencendo os gringos.

Todo o investimento feito pela GE nesta nova empreitada tem como foco apenas o mercado brasileiro de álcool. Neste primeiro momento, um possível aumento de demanda devido às exportações não está nas contas da empresa. Se acontecer, é lucro. "Esta expansão que vem sendo feita no Brasil visa atender apenas o mercado interno, que vem crescendo em um ritmo muito forte. Se continuar assim, o que deve acontecer, não precisamos nos preocupar com exportações. Estamos aqui para atender o nosso mercado", diz.

Outro trunfo da multinacional para conquistar novos clientes é sua preocupação com o meio ambiente. Tido como prioridade na empresa, o **"ecomagination" é um programa que visa desenvolver novas tecnologias limpas para o setor sucroalcooleiro, estimulando a criação de novas soluções que reduzam a emissão de gases e façam um uso mais racional de energia.** A linha de produtos já chega a 45 itens, dos mais variados tipos, mas, com um orçamento na casa de US\$ 1,5 bilhão para os próximos três anos, a gama de produtos deve aumentar significativamente em breve. "Queremos deixar claro que não estamos montando usinas. Nosso negócio é prover soluções técnicas para a indústria. Sempre com o compromisso com o meio-ambiente. Queremos vender apenas soluções ambientalmente corretas, assim como as que usamos em nossos escritórios", completa o executivo, revelando que para provar a eficiência de seus produtos, a GE lançou um desafio interno para reduzir em 20% o consumo total de água em seus escritórios até 2012. Ninguém duvida que conseguirão.

**Etanol 2.0 a segunda geração** – Eduardo Savanachi – Isto é Dinheiro Rural – julho de 2008.

A busca por combustíveis superiores, mais limpos e ecologicamente corretos está despertando uma febre mundial: o etanol de celulose. Considerado a evolução de seu predecessor, esse novo combustível, ainda sem produção em escala comercial, pode abrir um novo ciclo na corrida pelos melhores biocombustíveis e, como não poderia deixar de ser, o Brasil está no páreo. No caso brasileiro, assim que a tecnologia for dominada, será aberto um novo flanco para as usinas de todo o País. Será possível produzir etanol não apenas da cana-de-açúcar, mas também de seu bagaço e de sua palhada.

Quem comanda as pesquisas é o Centro de Tecnologia da Cana (CTC), espécie de Embrapa da iniciativa privada, que possui orçamento anual de R\$ 100 milhões. Apesar de as pesquisas não estarem tão avançadas como em outros países, não há, segundo o gerente de desenvolvimento do CTC, Jaime Finguerut, risco de o Brasil perder o bonde da história e ficar para trás. "No Brasil o cenário não é crítico, pois temos muitas áreas. Mas com o etanol de celulose poderemos aumentar a produção entre 30% e 80%, sem expandir a área", define.

Financiado por cerca de 175 empresas, o CTC mantém pesquisas estudando o etanol feito a partir do bagaço da cana. “Ele mostra o maior potencial, não só pela quantidade como também por já ser uma matéria prima das usinas, diz Finguerut”. Ou seja, com o etanol de bagaço da cana será possível ampliar a produção nas usinas já instaladas, sem ter de mudar a matéria-prima, tampouco adquirir novas áreas.

A possibilidade é vista com bons olhos pela indústria, como ressalta o consultor técnico da União da Indústria Canavieira (Única), Alfredo Szwarc. “Nossa produção é de sete mil litros por hectare. Acreditamos que poderemos chegar a 13 mil litros por hectare. Isso aumenta a produtividade com efeitos interessantes para o País.” O bagaço da cana é utilizado para gerar energia elétrica, o que, em alguns casos, chega a ser o segundo negócio da empresa. Mas, para Szwarc, essa possível concorrência não trará problemas. “Será uma outra alternativa para o usineiro. Quando esse etanol existir em escala comercial, o mercado determinará a produção”, diz. Em outras palavras, o produtor produzirá aquilo que for mais rentável. Além disso, o consultor lembra que existem outras alternativas para o etanol celulósico. “Quando esse etanol existir, poderemos aproveitar a palha da cana. Um material pouco usado pelas usinas.” Nos Estados Unidos, país que desembolsou em 2007 US\$ 1 bilhão em pesquisas para a produção do etanol de celulose, a estimativa é de que até 2011 o produto seja uma realidade. Naquele país, as pesquisas caminham em diversas frentes, usando resíduos de diferentes produtos. Já no Brasil, essa previsão ainda é vaga, porém uma coisa é certa: tudo dependerá dos investimentos. “Temos totais condições de vencer essa corrida, mas apenas se tivermos apoio e investimento”, pondera Finguerut.

#### **Usinas de cana de Pernambuco autuadas por crime ambiental - Lúcia Leão – Sítio Eletrônico do MMA - 01/07/2008**

O ministro do Meio Ambiente Carlos Minc anunciou nesta terça-feira (01) a autuação das 24 usinas de cana-de-açúcar de Pernambuco, todas infratoras da legislação ambiental e responsáveis pela destruição da cobertura vegetal nativa, especialmente de Mata Atlântica, e contaminação dos cursos d'água.

Sem licenciamento ambiental para os plantios de cana-de-açúcar, que ocupam 30% das terras do estado, a fiscalização do Ibama constatou que as usinas pernambucanas não respeitam as reservas legais (de 20% das propriedades, no Nordeste) e estendem as plantações às áreas de preservação permanente (APPs), especialmente às margens dos rios.

As usinas foram multadas em R\$ 120 milhões (R\$ 5 milhões cada) e seus responsáveis responderão a ações civis e criminais. O Ministério Público pedirá que a Justiça determine a recuperação dos danos ambientais causados pelos usineiros. O passivo florestal é estimado em 85 mil hectares. A recuperação pode ser feita nas propriedades ou, na forma de compensação, em outras áreas indicadas pelo Ibama.

Segundo Minc, a ação do Ibama vai fortalecer a estratégia brasileira de produção de etanol já que práticas criminosas, como as dos usineiros de Pernambuco, podem justificar barreiras econômicas contra o produto brasileiro.

"Essas lambanças dos usineiros de Pernambuco vão se converter em barreiras para todo etanol brasileiro, inclusive de outros estados que produzem dentro de critérios de sustentabilidade. O Ministério do Meio Ambiente aprova o etanol, que é um combustível limpo e melhor para o planeta. Então, nós não estamos, com essa ação, obstruindo, mas viabilizando o etanol", afirmou o ministro.

Além de não manterem suas reservas legais nem a cobertura florestal das APPs, os usineiros pernambucanos também são acusados de comprometer o pouco que resta da cobertura de Mata Atlântica remanescente no estado (2,7%), três vezes menos do que a média nacional que é de 8%, utilizando o fogo no manejo das lavouras de cana sem cuidados mínimos, como a abertura de asseiros para proteger do fogo áreas de vegetação nativa.

O ministro destacou que a prática da queimada já foi, inclusive, abandonada em plantios mais modernos, como os do interior de São Paulo, que também já utilizam o vinhoto como subproduto, enquanto que nas produções pernambucanas ele continua poluindo os rios.

Minc promete punições exemplares, como já foi feito no estado com empresas do pólo gesseiro: de 100 autuadas por utilizarem carvão ilegal e destruir o pouco que resta da caatinga, 60 se adequaram às exigências do Ibama. As que não o fizeram foram embargadas e estão fechadas.

Usando esse exemplo, o ministro mandou "um recado" aos usineiros: "Senhores usineiros, deixem de olhar para os seus padrinhos políticos e olhem o que aconteceu no pólo gesseiro. O pólo gesseiro ontem vai ser vocês amanhã. Quem quiser se regularizar, entrar na lei e na ordem, terá todo apoio técnico e financeiro (ele se referiu à linha de crédito do BNDES para recuperação de passivos ambientais). Quem não quiser, vai fechar".

Minc aproveitou o anúncio da autuação para endossar as críticas que já são feitas pelo Ministério Público e pelo atual governo pernambucano, que não reconhecem o acordo firmado pelo governo do seu antecessor, que previa a regularização das usinas de cana mediante a plantação de seis hectares de floresta cada.

Esta foi a primeira autuação do Ibama atingindo o setor sucroalcooleiro desde que o órgão foi criado e o ministro Carlos Minc considerou "simbólico" o fato de ela ter sido anunciada no dia em que entra em vigor a Resolução do Banco Central que cria restrições para concessão de crédito rural na Amazônia.

"Hoje é um dia histórico. O crédito é oxigênio das boas coisas, como emprego, profissão e renda. Mas também era o oxigênio para as más coisas: desmatamento, degradação e queimada. Acabou o crédito para desmatamento e queimada ilegal. Acabou o oxigênio para crime ambiental. Só vai ter crédito para produção sustentável e empreendimento

sustentável. A partir de agora, nós vamos pedir ao Conselho Monetário Nacional que, com as devidas adequações, estenda essas medidas aos outros biomas brasileiros também ameaçados, como a Mata Atlântica, o Pantanal, a Caatinga e o Cerrado". \* *ASCOM*

Veja lista das usinas autuadas:

1. Usina Bom Jesus S/A
2. Cia Usina Bulhões
3. Companhia Industrial do Nordeste Brasileiro
4. Usina Central Nossa Sra. de Lourdes S/A
5. Usina Central Olho D'Água S/A
6. Usina Cruangi S/A
7. Zihuatanejo do Brasil Açúcar e Álcool S/A
8. Interiorana Serviços e Construções Ltda
9. Usina Ipojuca S/A
10. J.B. Ltda
11. Usivale Indústria e Comércio Ltda
12. Cachool Comércio e Indústria S/A
13. Destilaria PAL Ltda
14. Usina Petribú S/A
15. Usina Pumanty S/A
16. Usina Salgado S/A
17. Cia Agro Industrial de Goiana
18. Usina São José S/A
19. Usina Trapiche S/A
20. Una Açúcar e Energia Ltda
21. Una Álcool Export Ltda
22. Usina União e Indústria S/A
23. Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda
24. Vitória Agroindustrial Ltda

**Todas as usinas pernambucanas são autuadas por destruir Mata Atlântica – Sítio Eletrônico do MST – 01/07/2008**

O Ministério do Meio Ambiente anunciou nesta terça-feira medidas contra a destruição da Mata Atlântica em Pernambuco. As usinas de cana-de-açúcar são o principal alvo. Como resultado da Operação Engenho Verde, realizada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), foram autuadas todas as 24 usinas de cana-de-açúcar do Estado, com aplicação de R\$ 120 milhões em multas.

Além disso, os donos dos engenhos responderão a ação civil pública para reparação dos danos ambientais e a representação criminal. Segundo dados apresentados pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, as 24 usinas são responsáveis por "um passivo ambiental" de 85 mil hectares. "Não é só na Amazônia [que haverá fiscalização]. Acabou a moleza para os usineiros do Nordeste", disse. "Não interessa que costas quentes tenham os usineiros.

Vão ter que recuperar a área degradada", acrescentou o ministro, ao destacar que muitos produtores contam com "conivência política" para manter "irregularmente as usinas".

Durante a Operação Engenho Verde, ficou constatado que as 24 usinas não têm licença ambiental. Em decorrência do desmatamento, Pernambuco passou a ser o estado com o menor índice de áreas preservadas do bioma Mata Atlântica. Enquanto a média nacional é de 8%, o índice pernambucano é de 2,7%. "Essa turminha de Pernambucano está indo contra todas as ações de preservação ambiental", criticou Carlos Minc. *\*Fonte: Agência Brasil*

### **Moagem de cana cresce, mas produtividade cai** – Valor Econômico – Agronegócios - 01/07/2008

Os volumes de cana moída da safra 2008/09 totalizaram 107,028 milhões de toneladas até o dia 15 de junho no centro-sul do país, um crescimento de 4,45% em relação ao mesmo período do ciclo passado, segundo levantamento da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica). Apesar do aumento da moagem, a produtividade da cana caiu 2,14% por conta do clima chuvoso nas regiões produtoras.

A oferta de etanol, no mesmo período, atingiu 4,663 bilhões de litros, alta de 7,01%. A produção de álcool hidratado ficou em 3,213 bilhões de litros, com aumento de 14,56%, e a de anidro recuou 6,62%, para 1,450 bilhão de litros. A maior produção de álcool hidratado reflete as vendas crescentes de carros flexfuel. A produção de açúcar até o dia 15 de junho atingiu 4,694 milhões de toneladas no período, com queda de 13,84% sobre igual período do ano passado.

Levantamento da Unica mostra que o consumo de álcool hidratado no Brasil atingiu 5 bilhões de litros entre janeiro a maio deste ano, um crescimento de 54,8% sobre o mesmo período do ano passado. Em nove Estados brasileiros, o aumento ultrapassou a marca dos 100% nos primeiros cinco meses do ano, com ênfase para o Mato Grosso, cujo consumo cresceu em 219,7%.

Por conta das chuvas sobre as regiões produtoras no centro-sul, a Unica prevê que a colheita deverá ficar em 489 milhões de toneladas, ante os 499 milhões de toneladas divulgados no início da colheita. Esses atuais volumes, porém, poderão ser novamente revistos.

**Ibama autua usinas de Pernambuco sem licença** - Bettina Barros e Mônica Scaramuzzo  
– Valor Econômico – Agronegócios - 02/07/2008

O Ibama autuou ontem em R\$ 120 milhões as 24 usinas de açúcar e álcool de Pernambuco por falta de licenças ambientais e supressão de áreas de preservação permanente e reserva legal.

Os resultados da operação "Projeto Engenho Verde" desencadeada no Estado - o segundo maior produtor de cana do Nordeste - foram anunciadas, em Brasília, pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e pelo presidente do Ibama, Roberto Messias Franco. Segundo o Ibama, além do pagamento de multa, os usineiros responderão à Ação Civil Pública para recuperação da área degradada e também serão autuados por crimes ambientais relacionados à poluição por efluentes, queimadas e danos em áreas de conservação. O Estado tem apenas 2,7% de remanescente da cobertura original de Mata Atlântica, a floresta mais atingida pela expansão da cana.

"As usinas pernambucanas têm um passivo florestal de 80 mil hectares", afirma o superintendente do Ibama em Pernambuco, João Arnaldo. "A questão mais urgente é recuperar a mata ciliar (de beira dos rios). Sem ela, a água acaba, a cana acaba", diz.

A notícia preocupa especialmente no momento em que a União Européia estuda sanções ecológicas contra o biocombustível brasileiro [ver ao lado]. Segundo Arnaldo, a degradação ambiental gerada pelas usinas na região pode criar barreiras externas para o etanol produzido no país, comprometendo o setor como um todo. "É um caso pontual, mas pode se voltar contra nós".

De acordo com o superintendente, o setor sucroalcooleiro reuniu-se com as autoridades ambientais do Estado há dois anos, quando foram apresentados problemas e sugestões para a regularização do passivo das propriedades rurais. "Tentamos explorar ao máximo os canais de negociação, mas não se chegou a nenhum entendimento", diz ele.

Renato Cunha, presidente do Sindicato das Indústrias de Açúcar e Alcool de Pernambuco (Sindaçúcar/PE), diz que a ação do Ibama "é uma inversão de valores" e que o órgão "quer criar um factóide". Segundo ele, as usinas do Estado assinaram em julho de 2007 um protocolo de termo de compromisso ambiental, no qual cada usina se compromete a recuperar seis hectares e plantar 130 mil mudas por ano. O acordo foi fechado entre a Secretaria de Meio Ambiente, usinas e Universidade Federal de Pernambuco. "O Ibama foi convidado a participar, mas não se manifestou." O Sindaçúcar informou que vai entrar com defesa administrativa contra a autuação do Ibama.

"Os usineiros encontraram um subterfúgio no Estado, que não tinha os dados acumulados de passivo e entendeu se tratar de uma agenda positiva com o setor", rebate o superintendente. "A proposta de recuperar seis hectares por ano não atende nem a 1% do passivo que eles têm."

Com uma produção de quase 20 milhões de toneladas por ano, o Pernambuco é atualmente o maior exportador de açúcar refinado do país. Com custos de produção superiores ao da região centro-sul, os produtores de cana do Estado e também do Nordeste estão pedindo ao governo federal para incluir os fornecedores no Peppo, um programa de equalização de preços. O Ministério da Agricultura ainda estuda se incluirá o setor no programa.

**Morgan Stanley vai investir em usina de álcool no Brasil** - Mônica Scaramuzzo – Valor econômico – Agronegócios - 08/07/2008

O grupo Morgan Stanley vai investir em uma usina de álcool no Brasil e definirá até o fim do ano seu parceiro nesse novo empreendimento. O interesse de um dos três maiores bancos de investimento dos EUA no etanol brasileiro começou em setembro do ano passado, quando a divisão de commodities do grupo deu início no país à exportação do combustível.

Embora seja um negócio relativamente novo para a companhia, as exportações de etanol contratadas pela área de commodities do Morgan Stanley para 2008 deverão somar de 10% a 15% do total embarcado no país. A Unica (União das Indústrias de Cana-de-Açúcar) estima exportações totais de até 5 bilhões de litros para a safra 2008/09.

"O Morgan Stanley tem interesse em álcool à base de cana", disse ao Valor Irineu Meira, vice-presidente da divisão de commodities no Brasil e coordenador de energia, que inclui petróleo e derivados, braço controlado pelo Morgan Capital Group, que será responsável pelos investimentos em usinas no Brasil. Nos Estados Unidos, o grupo teve participação em uma usina de etanol à base de milho, mas se desfez do negócio para concentrar forças do álcool de cana.

Os investimentos do Morgan Stanley serão definidos nos próximos meses e não deverão ficar restritos a apenas uma unidade industrial. Neste primeiro momento, contudo, o grupo analisa uma participação em torno de 40% nessa primeira planta.

O que é certo é que essa primeira usina deverá ser próxima de um porto, de preferência o de Santos (SP). "A localização geográfica é muito importante por causa da logística de escoamento da produção até o porto", disse Meira, um dos três executivos contratados pelo grupo para tocar os negócios de etanol. Os outros dois executivos também já foram contratados e atuam em Nova York e em Londres.

No país, a divisão de commodities do grupo começou a negociar álcool a partir de setembro de 2007. Meira trabalhava na Noble Group, empresa de capital asiático que fez sua estréia na produção de álcool no país no ano passado. Ele foi chamado pelo Morgan Stanley para dar impulso aos negócios de etanol no país.

O Brasil já abastece mais de 50% do volume global de etanol negociado pelo Morgan Stanley, segundo Irineu Meira. O grupo tem empresas próprias de formulação de gasolina nos EUA e na Europa. Metade do volume exportado pelo Morgan Stanley é consumido pelas empresas do próprio grupo e o restante no mercado internacional.

Com tradição em commodities, essa divisão do Morgan Stanley opera desde o início dos anos 80 e emprega cerca de 370 pessoas no país, EUA, Canadá, Reino Unido, Rússia, China, Japão e Cingapura. "Operamos com todas as commodities, inclusive agrícolas, mas nossa atuação consiste, sobretudo, em hedge [fixação de preços]. Somente em álcool há movimentação física", afirmou o executivo.

Nos Estados Unidos, o Morgan Stanley tem terminais com áreas de armazenagem, docas para petroleiros, estrutura para formulação de gasolina e uma distribuidora, a Transmontaigne, adquirida em 2006 e com capacidade para armazenar 21 milhões de barris em 49 terminais. Essas empresas são controladas 100% pelo Morgan Capital Group.

Segundo Meira, parte do etanol exportado pelo grupo a partir do Brasil é enviado para Transmontaigne, que trabalha na formulação da gasolina que será distribuída para os postos de combustíveis americanos. Essa gasolina formulada tem uma mistura de cerca de

10% de álcool anidro brasileiro. O Morgan Stanley formula aproximadamente 20 bilhões de litros de gasolina por ano.

Na Europa, o álcool anidro do país chega pelo porto de Roterdã, na Holanda, e também é adicionado à gasolina antes de ser distribuído aos postos de combustíveis. Meira afirmou que o grupo também tem interesse em fazer o mesmo no mercado asiático, sobretudo Japão e Cingapura.

O interesse estrangeiro no setor sucroalcooleiro do país não é novo e reflete o potencial de demanda por etanol no mercado internacional. Grupos ligados ao mercado financeiro também passaram a olhar o segmento como forma de investimento. O primeiro foi o banco americano Goldman Sachs, que por meio de um fundo, negociou participação minoritária no grupo Santelisa Vale, de Sertãozinho (SP), em 2007.

### **É lento o ritmo de moagem de cana no centro-sul – Valor econômico – Agronegócios - 15/07/2008**

A colheita de cana da safra 2008/09 no centro-sul do país totalizou 140,555 milhões de toneladas até o fim de junho, aumento de 4,39% sobre igual período do ano passado, segundo levantamento da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica).

Apesar da maior moagem, o ritmo da colheita é considerado lento, por conta das chuvas que ocorreram durante o mês de maio sobre as regiões produtoras. Segundo Antonio de Padua Rodrigues, diretor-técnico da Unica, o clima chuvoso também afetou a produtividade da matéria-prima, que está quase 2% menor. "Vamos aguardar o desempenho da colheita nas próximas semanas para uma nova análise da safra", disse. A Unica trabalha com colheita de 498 milhões de toneladas para o centro-sul, mas os volumes serão ser revistos.

Até o fim de junho, a produção de açúcar alcançou 6,47 milhões de toneladas, 13,17% menos que no mesmo período do ciclo passado. A oferta de álcool atingiu 6,208 bilhões de litros, aumento de 18% em relação à safra 2007/08. Esse balanço confirma a safra alcooleira. Do total processado até o fim do mês passado, 61% foram destinados à produção de álcool.

No mercado interno, o consumo do combustível continua aquecido. As usinas negociaram 1,607 bilhão de litros na região, mas parte foi destinada ao Nordeste, que está em plena entressafra. Os embarques de etanol entre abril e junho somaram 1,1 bilhão de litros, um crescimento de 43,8% sobre igual período de 2007. "Cerca de 70% foram para os EUA", disse Padua. O mercado americano já importou 770 milhões de litros, no período, com vendas diretas ou via Caribe, 84% mais sobre abril a junho de 2007. Somente em junho, as exportações do centro-sul foram de 500 milhões de litros, alta de 28% sobre junho de 2007.

Segundo a Unica, o número de usinas novas que deveriam entrar em operação nesta atual safra recuou. A previsão era de que 32 novas plantas iniciariam a safra 2008/09. No entanto, até o fim de junho apenas seis tinham começado a operar. (MS)



## POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEIS

### **Etanol**

**Minc ataca "lambança" de usineiros e anuncia multa** – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil - 02/07/2008

**Ibama cobrará R\$ 120 mi de 24 usinas de Pernambuco, que também serão processadas - Ministro do Meio Ambiente diz que medida tomada pelo governo é para evitar danos à imagem no exterior do álcool produzido no país**

As 24 usinas de cana-de-açúcar de Pernambuco foram multadas em R\$ 120 milhões por danos ambientais, anunciou o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente), dizendo que a punição "inérita" pretende evitar danos à imagem no exterior do álcool produzido no país.

"Essa lambança generalizada que os usineiros fazem em Pernambuco com apoio político e impunidade, isso vai se converter em barreira para a exportação de etanol produzido até em outros Estados", disse Minc, referindo-se aos argumentos que a agressão ao ambiente pelos produtores de cana poderiam dar aos que defendem barreiras protecionistas à importação do álcool brasileiro.

Além da multa de R\$ 5 milhões para cada um, os usineiros também responderão a processo por crime ambiental. O Ibama estima em 800 quilômetros quadrados o tamanho do "passivo ambiental", área equivalente a mais da metade da cidade de São Paulo. Esse seria o resultado da soma da área de reserva legal e de preservação permanente (sobretudo às margens dos rios) que os usineiros têm de recuperar.

O Ibama aplicou a mesma multa a todas as usinas de Pernambuco alegando "a impossibilidade" de levantamento de campo preciso sobre a dimensão dos danos ambientais de cada uma. Os usineiros podem recorrer da punição.

Atualmente são quatro as instâncias de recurso: a superintendência regional do Ibama, a presidência do instituto, o Ministério do Meio Ambiente e, finalmente, o Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente). Um novo decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve reduzir esse processo, com o objetivo de aumentar o valor efetivamente arrecadado com as autuações.

As principais irregularidades atribuídas aos usineiros são o desrespeito à reserva legal de 20%, a ocupação das áreas de preservação permanente, a falta de licenciamento ambiental, a queima ilegal e a poluição, por meio do lançamento inadequado de resíduos. "A ilegalidade é completa e absoluta. Eles são os fora-da-lei", observou Minc.

As plantações de cana-de-açúcar das 24 usinas autuadas somam 3.700 quilômetros quadrados. Isso representa 30% da mata Atlântica de Pernambuco. A taxa de degradação do bioma no Estado supera a média nacional, de 8%. "É o desastre do desastre", disse Minc. "Só faltou plantarem cana dentro dos rios", criticou.

O Estado foi responsável por 3,8% da produção nacional de cana-de-açúcar do país em 2007, segundo dados da última safra registrados pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento). Ainda de acordo com a Conab, Pernambuco produziu 5,8% do açúcar e

2,1% do álcool do país. A participação nacional da cana-de-açúcar pernambucana perdeu espaço para São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que atualmente lideram o ranking.

Carlos Minc ameaçou embargar a produção pernambucana caso os usineiros não se adequem à legislação ambiental dentro de prazo a ser estabelecido. O ministro apresentou usineiros de São Paulo como "bom exemplo".

Ao anunciar o enquadramento dos usineiros de Pernambuco, Minc mencionou padrinhos políticos com que eles não poderiam mais contar. "Não vamos dar sossego para os usineiros que estão destruindo a mata Atlântica com costas quentes políticas e impunidade ambiental. Não perdem por esperar: acabou a moleza dos usineiros do Nordeste."

### **O etanol e a solidão das vaquinhas brasileiras – Rogério Cezar de Cerqueira Leite – Folha de São Paulo – Opinião - 06/07/2008**

DE TODAS as críticas que se erigiram nos últimos cinco ou seis meses ao álcool combustível de cana-de-açúcar, a mais renitente é aquela que se refere à competição com a produção de alimentos. No que segue, vamos demonstrar que há muita ignorância e uma certa dose de má-fé no alicerce desses argumentos. Afirmam os especialistas que a população do globo deverá estacionar entre 9 bilhões e 10 bilhões de habitantes. Como todo mundo sabe, a máquina biológica humana consome em média 2.000 kcal por dia. Isso corresponde a aproximadamente 600 gramas de cereal por dia, o que, para um vegetariano, é suficiente.

O Homo sapiens, porém, pode usar o dobro: para cada quilo de carne, consome entre 7 kg (gado confinado) e 2 kg (frango de granja) de cereal. Supondo um consumo individual de 40 kg a 60 kg de carne por ano (frutos do mar etc. vão de lambujem), podemos deduzir que mais 600 gramas de cereal serão necessários por dia.

Com isso, a humanidade, para viver saudavelmente, deverá consumir anualmente, direta e indiretamente, entre 4 bilhões e 5 bilhões de toneladas por ano de cereais, o que demandaria uma área de cerca de 800 milhões de hectares com tecnologias atuais (produtividades entre 10 toneladas/ha por ano, que é o caso do milho, e 4 toneladas/ha por ano -arroz, trigo, soja- são correntes).

Para substituir todo o combustível fóssil consumido hoje por etanol, incluídas tecnologias que aproveitassem integralmente os resíduos lignocelulósicos da produção de álcool e cereais, seriam necessários entre 300 milhões e 400 milhões de hectares. Ora, a FAO informa que o total de terras cultivadas é de 1,5 bilhão de hectares, havendo ainda uma disponibilidade adicional de terras cultiváveis de 3,5 bilhões de hectares.

Ou seja, não será preciso ampliar a área cultivada para suprir a humanidade de toda a comida e energia de que precisa hoje e precisará no futuro, mesmo que o consumo de energia dobre e a população do globo atinja o limite superior. Bastaria usar tecnologias atuais que aumentam a produtividade. E ainda há terra disponível, aquela atualmente não

cultivada, para uma população extra de 30 Chinas ou 4,5 vezes a população final da humanidade. Ainda bem que os chineses ainda não perceberam essa abundância de terras cultiváveis.

Outra fantasia criada pela mente mórbida dos ecoidiotas transnacionais e ecoada por nossos verdolengos com e sem colete propõe uma espécie de mecanismo dominó. Assim, a expansão da cultura da cana-de-açúcar estaria impelindo a soja para o norte, que, por sua vez, estaria empurrando o gado, que, como consequência, estaria invadindo a floresta amazônica. Ora, a invasão da Amazônia pela soja e por pastagens ocorreu antes de qualquer aumento de produção de cana. Vamos, todavia, ver por que esse ecobesteirol, além de ser pura fantasia inconsistente, é fruto de má-fé.

A cultura da cana ocupa cerca de 6,5 milhões de hectares (aproximadamente metade para o álcool, metade para o açúcar), a soja ocupa 22 milhões, e as pastagens, 200 milhões. Dobrando a produção do álcool e mantidas as mesmas deficiências tecnológicas atuais, seriam ocupados menos que 2% da área de pastagens. Nosso rebanho tem cerca de 200 milhões de cabeças (uma vaca por hectare). Ou seja, a distância média intervacas, que é de 100 metros, seria reduzida para 98 metros. Seria um transtorno muito grande para as pobres vaquinhas ou, ao contrário, contribuiria para a redução da solidão em que se encontram essas senhoras?

Como não é possível acreditar que os ecofestivos brasileiros sejam incapazes de uma aritmética tão elementar como a aqui utilizada, só nos resta crer que não se vexam de utilizar argumentos pífios e de má-fé. Ai, que saudades da Marina! Então, como se explica a onda neomalthusiana que abala os alicerces das políticas de biocombustíveis, inclusive a do álcool de cana-de-açúcar? Há certamente várias vertentes.

Em primeiro lugar, um inequívoco jogo de interesses comezinhos de nações, empresas e políticos. Em segundo, uma imensa e indesculpável ignorância de fatos corriqueiros e de aritmética elementar. E o que há de mais extraordinário é que essa militância pseudoconservacionista se põe a serviço de inconfessáveis interesses de empresas de petróleo e especuladores no setor de alimentos.

*\*ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE , 76, físico, é professor emérito da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e membro do Conselho Editorial da **Folha***

### **Que matemática é essa?** – Maurílio Biagi Filho – O Globo – Opinião – 07/07/2008

Ninguém é bonzinho nessa “guerra”. O petróleo importado custou ao Brasil quase US\$ 12 bilhões no ano passado, mas aqui quem impede a alta dos derivados é o etanol. Armado de um simples pé de cana, o Brasil está imune, até aqui, à avassaladora alta que faz o mundo refém do combustível caro, fóssil e poluente, “manipulado por dedos sujos”, como denunciou o presidente Lula.

Somos auto-suficientes em petróleo graças aos 400 mil barris diários equivalentes de etanol. Essa contribuição representa economia anual de pelo menos US\$ 20 bilhões.

Estranhamente, tamanho benefício para as contas públicas nunca aparece nas contas oficiais. A Europa insiste em que os biocombustíveis comprometem a produção de

alimentos. Não é o caso do Brasil. Que matemática é essa? Um combustível — o etanol — que representa, quando misturado à gasolina, menos de 1% dos combustíveis consumidos no mundo inflaciona o preço da comida, enquanto a espetacular alta do petróleo, que representa os outros 99,1%, não tem nada a ver com essa elevação? São cultivados 1,3 bilhão de hectares em todo o mundo, e só 20 milhões se destinam à produção de biocombustíveis. Quer dizer que 1,5% das lavouras matérias-primas de biocombustíveis inflacionam o custo dos alimentos? Se fosse verdade que os biocombustíveis inflacionam, o que seria de nós, pobres brasileiros? Afinal, aqui, o álcool já representa mais de 50% do consumo e é justamente um dos maiores freios da inflação. O outro derivado da cana, o açúcar, não subiu nem um centavo nos últimos dois anos, contendo o custo da cesta básica. Ao contrário, o preço do açúcar caiu. E o álcool concorrerá, ainda, para o ingresso no país de cerca de US\$ 4 bilhões, proporcionado pela exportação, este ano, de cinco bilhões de litros.

Enquanto multinacionais de alimentos, principalmente, unem-se contra a produção de biocombustíveis no Primeiro Mundo, no Brasil, dos 140 milhões de toneladas de grãos que produzimos, pelo menos 10 milhões são cultivados em 1,6 milhão de hectares de renovação dos canaviais. Ao contrário da Europa, para nós o biocombustível etanol propicia (e barateia) a produção de alimentos.

O álcool ajuda a inibir o preço da gasolina porque, enquanto ele tem preço, a gasolina tem tarifa. Em consequência, tudo o que depende da gasolina, da produção ao mercado, também fica com custo menor com a ajuda do álcool. Seu preço é fruto da livre economia de mercado, enquanto até quem não tem carro é obrigado a pagar pela gasolina (que não usa!).

Como se, ao final de uma refeição, quem acabou de chegar ou não jantou também é forçado a pagar a conta.

Pense, antes de dizer que algo barato é vendido “a preço de banana”.

Enquanto a Ceagesp de São Paulo paga R\$ 700 por uma tonelada de banana, o produtor canavieiro recebe R\$ 27,35 pelos mesmo mil quilos no campo(!). “Por isso, ninguém rouba caminhão de cana”, diz um amigo. Quer uma comparação humilhante? Na semana passada, uma tonelada de substrato de esterco era vendida por R\$ 255,55, em Ribeirão Preto, capital brasileira do agronegócio e maior pólo produtor de açúcar e álcool do mundo. Um litro de álcool hidratado, que abastece o carro com motor flex, saía da usina outro dia por R\$ 0,67. Há exatos sete anos, saía por R\$ 0,69 (os preços da cana, do açúcar e do álcool cobrados pelas usinas transparentes e estão à disposição de todos no site do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo — [www.cepea.esalq.usp.br/cepea](http://www.cepea.esalq.usp.br/cepea)).

Toda essa realidade revela algo importante: além de o etanol sustentar o preço da gasolina artificialmente baixo, ele ainda colabora para que esses cálculos afetem menos o bolso do país.

Estendamos esse raciocínio para a energia, como um todo. Da mesma maneira que o etanol segura o preço da gasolina, o bagaço da cana pode vir a se tornar um inibidor do preço das energias hidrelétrica, térmica, proveniente de gás natural, do carvão... O futuro pode nos reservar uma situação energética mais independente, é só o país não perder tempo e utilizar o conhecimento e o material que já tem como experiência.

São muitos os frutos que o mercado da cana pode gerar.

Com os avanços produtivos que o Brasil tem feito nos canaviais e com etanol tão barato, podemos continuar resistindo às crises do petróleo e à sua avassaladora alta que faz o mundo refém do combustível caro e poluente.

Conseguimos essa imunidade armados de um simples pé de cana.

*\*MAURÍLIO BIAGI FILHO é empresário. Email: mbf@maubisa.com.br.*

*N. da R.: Hoje, excepcionalmente, Paulo Guedes não publica seu artigo.*

**Deus fez a sua parte** - CARLOS ALBERTO SARDENBERG – O Globo – Opinião – 10/07/2008

Visto de fora, com a vantagem da distância que embaça os detalhes, o Brasil parece muito bem.

Visto em perspectiva global, parece excepcionalmente bem.

De que o mundo precisa e vai continuar precisando? No essencial, de alimentos e energia. Ora, o Brasil já é grande produtor e exportador de alimentos, tem terras e capacidade para melhorar sua posição. Energia, o país já tem para o gasto, ou quase, e pode se tornar grande fornecedor mundial.

Há aqui, aliás, outra combinação que favorece o Brasil. O mundo quer também energia verde — e o país já tem desenvolvida a capacidade de produção do etanol da cana-de-açúcar.

É verdade que essa energia tem alcance limitado. Nem plantando toda a terra agricultável do mundo com cana seria possível produzir o etanol necessário para mover a frota mundial de automóveis.

O etanol será mistura para a gasolina. Vai daí que o petróleo continuará sendo a principal fonte para os carros, assim como para a indústria global. Tudo bem, a mão de Deus colocou o Brasil nesse jogo.

Pelo que apontam as recentes descobertas de óleo na camada de pré-sal, o país poderá ser um exportador importante de petróleo já por volta de 2015.

Conforme as estimativas de técnicos da Petrobras, não seria difícil alcançar vendas externas líquidas de 1 milhão de barris/dia. Mas, leitores e leitoras terão reparado, é tudo na base do “pode ser”. Há países não abençoados por Deus, com escassos recursos, que souberam crescer e enriquecer. Japão e Coréia do Sul, por exemplo.

E não é preciso procurar muito para encontrar nações abençoadas mergulhadas em guerras, atraso e miséria.

Ou com um crescimento lento e mal distribuído.

Eis uma boa comparação: Israel, sem uma gota de petróleo, com pouca terra boa para plantar, em meio a um deserto, tem uma renda per capita em torno de US\$ 23 mil. É quase o dobro da Arábia Saudita (US\$ 13 mil/ano), entretanto, a maior produtora e exportadora mundial de petróleo. E ainda tem gás, minério de ferro, ouro e cobre.

A história mostra que não é fácil transformar recursos naturais em riqueza da qual as pessoas possam desfrutar.

E quando um país consegue combinar a bênção da Natureza com a capacidade da população e a sabedoria de seus líderes, simplesmente decola, como aconteceu com os EUA.

Portanto, o problema brasileiro hoje é como lidar com toda essa potencialidade.

O primeiro desafio é não começar a brigar desde já por uma riqueza que ainda não existe.

Qual nosso problema principal? Mobilizar investimentos.

Tome-se o caso do petróleo. Sabe-se onde está e já se conhece, no essencial, a tecnologia necessária para retirá-lo de lá. Mas para fazer isso é preciso construir/ comprar/ alugar sondas, navios, oleodutos, gasodutos e refinarias.

Além de formar e contratar o pessoal. Haja capital.

Há capital no Brasil, mas está longe, muito longe de ser o suficiente. Serão necessários investimentos estrangeiros de porte. Logo, o modelo de exploração precisa atrair o investidor e garantir que a empresa bem-sucedida no negócio poderá fazer e levar o lucro para seus acionistas.

Após a descoberta dos novos campos, o governo brasileiro passou a discutir não exatamente o modelo de exploração, mas quanto disso tudo — que ainda não existe — vai ficar para o Estado. Governos estaduais e prefeituras já cobiçam essa mesma riqueza do futuro.

Já se discute sobre uma nova estatal, por exemplo, que seria a dona exclusiva dos novos campos. Mau começo.

Mesmo porque o atual modelo — leilão e concessão de campos — já se mostrou muito eficiente no que é necessário, aumentar investimentos, nacionais e internacionais, e a produção.

Mas os novos campos vão dar muito dinheiro, comenta-se, não é possível deixar tudo isso para os gringos ou para os capitalistas nacionais. Mas quanto maior o lucro, mais impostos o governo recolhe. E para fazer o lucro, são necessários os investimentos que geram desenvolvimento, emprego e renda aqui mesmo.

Em resumo, é preciso abrir espaço e criar condições para o investimento privado, nacional e internacional, e estatal, da Petrobras. Quanto aos alimentos? Aí é mais fácil.

A terra está aí, é só criar condições para a expansão do agronegócio. Quase se poderia dizer: não atrapalhar o agronegócio.

*\*CARLOS ALBERTO SARDENBERG é jornalista. E-mail: sardenberg@cbn.com.br.*

**Brasil desenvolve norma para certificar álcool, com acompanhamento desde a fazenda até a bomba de combustível. O modelo dará maior uniformidade ao produto, facilitando os negócios** – Luciana Franco - Globo Rural – Julho de 2008

A Tripla A Standards, organização multinacional que atua na área de certificação de processos produtivos, é a primeira empresa a desenvolver um certificado internacional para o etanol. "A norma atende a uma demanda crescente, uma vez que existe grande pressão dos compradores pela padronização. Além disso, muitas empresas não querem seu nome associado a situações como desmatamento e trabalho infantil", diz Wilson Tomanik, diretor da companhia, que atua exclusivamente no desenvolvimento de normas para os processos produtivos ligados ao agronegócio e bioenergia. Na prática, a Tripla A não certifica o produto em si, mas credencia empresas para o fazerem.

A expectativa de Tomanik é que já na safra 2010/2011 cerca de 60 milhões de toneladas de cana-de-açúcar sejam certificadas, além de 6 bilhões de litros de etanol. "Atuamos em conformidade com a legislação de mais de 140 países", diz ele. A criação de um modelo de certificação ocorre em um momento oportuno para o Brasil evidenciar as qualidades do etanol no mercado externo. "Na verdade, o selo não abrirá mercados, mas impedirá que as nações que já compram do País se fechem ao produto brasileiro", avalia Antonio Roberto Pereira, professor titular de Ciências Exatas da Esalq - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", de Piracicaba, SP.

Segundo o professor, o grande desafio para os produtores brasileiros será implantar o certificado no menor tempo possível. "O selo é altamente benéfico, pois ele muda os paradigmas e propõe que a cadeia trabalhe com as melhores práticas disponíveis", avalia Pereira. Uma questão primordial para a certificação é a padronização. Hoje, cada usina tem seu próprio padrão, mas é preciso que o mercado defina qual é o modelo do produto de qualidade. "A quantidade de água permitida por litro, por exemplo, varia muito. É preciso estabelecer um limite para essa variação", diz Tomanik. Outra vantagem é que a certificação ajudará a tornar o etanol uma commodity internacional.

### **Safra 2010/2011**

**>>>60 milhões de toneladas de cana >>>6 bilhões de litros de etanol**

Entre as exigências internacionais para a aquisição do produto destacam-se a obrigatoriedade da padronização e uniformidade, respeito aos aspectos sociais e ambientais, produção sustentável, além de promoção da redução na emissão dos gases causadores do efeito estufa. A norma "Triplo A - Etanol" atua simultaneamente em todos os elos da cadeia produtiva, ou seja, da fazenda à bomba de combustível. A certificação poderá ocorrer no Brasil, na Jamaica, na Nigéria, no Caribe e em qualquer outro país do mundo. Seja etanol de cana ou de milho.

Vanguardista, a Sekab BioFuels & Chemicals, de origem sueca, foi a primeira empresa do mundo a anunciar que vai vender etanol produzido de maneira sustentável. O produto, cuja matéria-prima é a cana-de-açúcar brasileira, terá um certificado de garantia de qualidade a partir de perspectivas ambientais, climáticas e sociais. "Os consumidores precisam ter certeza de que o etanol é comprovadamente sustentável", disse Anders Fredriksson, vice-presidente executivo da Sekab. Em vista disso, a empresa desenvolveu, em parceria com alguns produtores brasileiros, seu próprio certificado, com critérios que cobrem todo o ciclo de geração do etanol, desde as plantações de cana-de-açúcar até o uso em veículos tipo flex. Tais critérios atendem também às exigências das Nações Unidas, da União Européia e da Organização Internacional do Trabalho. Entre as normas adotadas pela Sekab para seus fornecedores, destacam-se a ausência absoluta de trabalho infantil e escravo nos canaviais, bem como de desmatamento das florestas tropicais. Existem também regras sobre condições de trabalho, leis trabalhistas e salários. A colheita tem de ser, no mínimo, 30% mecanizada, devendo alcançar a totalidade das plantações até 2014.

Uma companhia internacional e independente de verificação fará a auditoria em todas as unidades de produção - credenciadas duas vezes por ano -, para garantir que os critérios estabelecidos sejam cumpridos. "Essa iniciativa é a primeira do tipo no mundo e um grande passo para acelerar a substituição da gasolina e do diesel", disse Anders Fredriksson. A Sekab fornece 90% do etanol consumido na Suécia sob a forma de combustíveis E85 e ED85 (para veículos pesados). A empresa é também uma das líderes mundiais no desenvolvimento de tecnologia e processos de produção do etanol a partir de celulose, com uma usina piloto em operação desde 2004. Seu principal escritório e usina piloto estão localizados em Ornskoldsvik, na Suécia.

### **A vida explode no canavial – Janice Kiss – Globo Rural – julho de 2008-08-13**

O veado-catingueiro, o lobo-guará e a onça-parda andaram sumidos por um longo tempo das matas do entorno de Ribeirão Preto, município situado no nordeste do estado de São Paulo. O extenso cultivo de cana-de-açúcar, com práticas agrícolas nem sempre parceiras do meio ambiente, como a queimada da palha para facilitar a colheita, destruíam a matéria orgânica do solo e afugentavam os bichos para bem longe dali. No passado, havia apenas uma preocupação com os canaviais cultivados nesse lugar de terra avermelhada: fazer deles um dos principais pólos sucroalcooleiros no país - atualmente, eles respondem por 10% da produção nacional de açúcar e álcool. Há 30 anos, estava fora de questão a preocupação em manter diferentes habitat de uma variedade de organismos em diversos ecossistemas. Até então, a palavra biodiversidade pertencia apenas ao universo dos pesquisadores.

Leontino Balbo foi um dos agricultores que retirou a biodiversidade daquele reduto, quando decidiu descobrir quais eram os animais que freqüentavam os 7.868 hectares da Usina São Francisco, em Sertãozinho. A iniciativa fazia parte da extensão do Projeto Cana Verde, iniciado em 1986, que a tornou a maior exportadora mundial de açúcar orgânico - com cerca de 55 mil toneladas para quase 60 países -, batizado de Native. O diretor queria um estudo científico sobre o impacto da mudança nas lavouras do manejo tradicional para o ecológico. "A necessidade foi uma decorrência da curiosidade dos nossos clientes", explica Leontino. Ele sabia responder que muitas espécies reapareceram por ali. "Mas não tinha comprovações", emenda. Quando ele encasquetou com aquilo que os pesquisadores chamam de inventário da biodiversidade, o pai, na época vice-presidente da empresa, não pensou em dissuadir o filho. Afinal, havia sido ele o responsável pela implantação do cultivo sem agrotóxicos e da colheita sem queimadas, num momento em que essa forma de agricultura não era merecedora de tanto crédito no Brasil. Segundo Leontino, o apoio às inovações é freqüente dentro da empresa, mantida pela família há mais de seis décadas. "Não alimentamos o ranço da antiguidade", brinca.

A parceria para o novo projeto foi encontrada na Embrapa Monitoramento por Satélite, em Campinas, SP. Essa unidade desenvolve tecnologias que possibilitam a implantação da agricultura de precisão - o manejo da atividade agrícola com dados sobre a localização e o crescimento das lavouras. É por meio dela que os produtores, em especial



do agronegócio, conseguem analisar melhor a aplicação de insumos. Leontino Balbo queria o uso desses satélites, sensores e softwares para monitorar as fazendas. E esse era o plano que o pesquisador José Roberto Miranda tinha a intenção de um dia tocar. Doutorado em Ecologia da Paisagem por uma universidade francesa, o biólogo defende a tese de que a agricultura e a preservação podem habitar o mesmo espaço, ao contrário das práticas usadas no Brasil, que ainda derrubam vegetações em nome da produtividade. "E aí vem um produtor que compartilha dessa opinião", comenta José Roberto.

Por isso, o rastreamento da fauna na Usina São Francisco tornou-se um dos projetos mais representativos para uma equipe da Embrapa e da Ong Ecoforça. Durante 16 anos, um grupo de 20 profissionais, entre agrônomos, biólogos e zoólogos, instalou redes, armadilhas - com a garantia de que elas não ferissem as presas - e máquinas fotográficas com raios infravermelhos. Eles registravam as pegadas dos bichos e recebiam as imagens em alta definição, provenientes de três tipos de satélites, a cada 15 dias. "Um acampamento foi montado para fazer a observação dos animais que saem mais à noite", explica o biólogo.

#### **Energia: oportunidade e ameaça para o Brasil** – Carlos Lessa – Valor Econômico – Opinião - 02/07/2008

Os piores malefícios da onda liberal para a vida brasileira se situam no tema da energia. FHC conduziu o Brasil ao "apagão" elétrico. A "política" de fomento ao consumo industrial de gás se desdobra agora num "apagão" de gás. Em 1996, o Brasil consumia cerca de 10 milhões de metros cúbicos diários e passou a receber três vezes mais gás da Bolívia. O consumo de gás aumentou excessivamente, apesar do medíocre crescimento da economia. Nos últimos dois anos, com a recuperação industrial, bateu em seu limite. A indústria química, cerâmica, têxtil e vidraceira terão que paralisar seus projetos de investimentos, pois não haverá gás disponível.

Em 2006, o governo Lula lançou o Plano de Aceleração de Gás Natural (Plangás). Como é da tradição, lançado com atraso histórico, o Plangás está atrasado em 2008. A Petrobras pretende se transformar numa importadora de gás liquefeito. Enquanto isto, o gasoduto que ligaria Venezuela, Brasil e Argentina continua sendo um espaço de retóricas geopolíticas desencontradas. É sabido que a Petrobras é contra o gasoduto que integraria o continente sul-americano. Enquanto o Itamaraty luta pela integração, a Petrobras, com seu projeto de ser uma empresa petroleira internacional, se move contra a integração via gasoduto.

Toda a produção é, em última instância, trabalho do esforço humano potencializado pelas energias disponíveis. Nada é tão frenador do crescimento quanto a falta de energia; sua disponibilidade tem de caminhar à frente do crescimento do consumo. Hoje, apesar de nosso imenso potencial hidrelétrico, estamos instalando termelétricas movidas a gás e derivados de petróleo. Os ambientalistas, que são hostis aos reservatórios, devem aplaudir as emissões de calor de nossas termelétricas.

O presidente Lula aposta, corretamente, em bioenergia. Deveríamos robustecer a produção de etanol de álcool. Seria necessária uma pesquisa para a utilização da palha dos canaviais. Hoje, com um fósforo se dissipa, em fumaça, calor equivalente a toda a produção

de açúcar e álcool, pois o canavial, para ser colhido, é queimado. Deveríamos priorizar a busca de um equipamento que permitisse colher a palha seca do canavial e uma política social de geração de emprego para os trabalhadores da cana-de-açúcar que seriam dispensados.

---

### **O Estado brasileiro deveria criar uma enorme estatal de energia, situando nela o petróleo, o gás, o urânio, bioenergia e hidroeletricidade**

---

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva apostou na mamona a ser produzida pelos assentamentos agrários do Nordeste. Deveria pagar um preço estimulante aos assentados, porém o óleo é tão valioso que não deve ser utilizado como matéria-prima de biodiesel. O óleo que está sendo usado é o de soja. Sobra muita glicerina, que deveria ser objeto de um programa prioritário de pesquisa científico-tecnológica, uma gliceroquímica. A construção de grandes hidrelétricas e um esforço coordenado para a bioenergia são prioritários. Afinal, são recursos energéticos renováveis.

Estamos igualmente bem-dotados em termos de energéticos não-renováveis. O carvão brasileiro é pouco e ruim. Porém, temos a sexta reserva mundial de urânio, dominamos a tecnologia de enriquecimento de urânio, e ainda não pesquisamos este minério na maior parte do território nacional. Em matéria de petróleo, a pesquisa da Petrobras mapeou, na Amazônia Azul brasileira, gigantescas reservas de petróleo de boa qualidade em águas profundas e debaixo de uma grande camada de sal fóssil, e estamos na ponta tecnológica para explorar o petróleo do pré-sal. É necessário colocar a centralidade de uma discussão político-estratégica sobre a energia para o futuro brasileiro. Nossas potencialidades apresentam a oportunidade histórica de atingir, em uma geração, a plena maturidade econômica e exorcizar de vez a pobreza e a miséria. Há também uma ameaça, dada a "fome" mundial pelo petróleo e o cenário de falta progressiva de alimentos.

Na primeira crise do petróleo, o preço internacional do produto saltou de US\$ 2,50 para US\$ 11 o barril. Na mesma década, a crise no Irã empurrou o barril para cima. No novo milênio, o petróleo já passou de pouco mais de US\$ 20 para US\$ 140. Todo cuidado geopolítico é pouco, pois não apenas nossa Amazônia Verde é "objeto de cobiça" internacional, como também nossa Amazônia Azul do pré-sal será disputada.

Creio que o Estado brasileiro deveria criar uma enorme estatal de energia, nela situando o petróleo, o gás, o urânio, a hidroeletricidade e a bioenergia. Isto é fazer o oposto que a onda neoliberal preconizou. O argumento de que seria um monopólio deve ser comparado com as práticas oligopolistas das empresas privadas de energia. Essa estatal deveria ter um direto controle das principais frações da sociedade brasileira; sua presença acabaria com a descoordenação, e preveniria futuros "apagões"; restauraria a presença nacional nas instituições energéticas, que não devem ser privadas e, em princípio, não devem estar abertas a capital estrangeiro. Essa estatal poderia praticar tarifas cruzadas e se converteria no principal instrumento de uma política de desenvolvimento de um Brasil para os brasileiros.

Em princípio, o Brasil deve ser um exportador de produtos com o máximo valor agregado sobre o trabalho dos brasileiros. Reservar nossa energia não-renovável para esta estratégia exportadora é correta, sob o ângulo de aplicação financeira. É um erro estratégico exportar petróleo acima do necessário para o investimento em energia. Nada melhor que dispor de reservas provadas de petróleo para o futuro. Nossa bioenergia - em resumo, nossa água, solo agriculturável e insolação - exige fertilizantes, máquinas e combustíveis para ser

produzida. Deve ser reservada para a produção dos brasileiros em território nacional. É outro erro estratégico exportar bioenergia se for possível utilizá-la para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro.

**\*Carlos Lessa é professor-titular de economia brasileira da UFRJ. Escreve mensalmente às quartas-feiras.**

### **Justiça derruba lei que limita área de cana em Goiás - Marta Watanabe e Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 02/07/2008**

As usinas de álcool de Goiás derrubaram na Justiça uma lei que restringia a plantação de cana-de-açúcar a 10% do território agricultável no município de Rio Verde, principal pólo produtor de grãos do Estado. A decisão abre caminho para que outras regiões do país, como sul do Mato Grosso do Sul e Triângulo Mineiro, consideradas novas fronteiras canavieiras, retirem a delimitação de área para a cultura.

Embora o município de Rio Verde tenha argumentado que a limitação para cana tem como objetivo assegurar o desenvolvimento propiciado pela soja na região, o órgão especial do Tribunal de Justiça de Goiás considerou inconstitucional a sua lei. Ganhou o argumento de que a imposição de limites à propriedade é atribuição da União e não das prefeituras. A decisão pode ser questionada nos tribunais superiores, como STJ (Superior Tribunal de Justiça) e STF (Supremo Tribunal Federal).

O principal raciocínio foi de que a livre iniciativa em prol dos canaviais é tema de interesse nacional por se tratar de "assunto de repercussão geopolítica e estratégica mais ampla, mormente com a anunciada falência da matriz energética global baseada nos combustíveis fósseis e a assunção pelo Brasil de liderança no mercado internacional de biocombustíveis, com destaque para o etanol" .



A região de Rio Verde concentra importante produção de aves e suínos. Lá a Perdigão tem seu maior complexo agroindustrial. O grupo teme que a expansão da cana ocorra sobre as áreas plantadas com grãos, matéria-prima da ração dos animais.

O prefeito de Rio Verde, Paulo Roberto Cunha, afirma que, com a limitação, a cana teria 50 mil hectares no município. Hoje os canaviais ocupam 17 mil hectares, mas prometem avançar mais com a instalação de duas novas usinas. Ele diz querer manter a região como forte produtora de grãos. "Essa produção [de grãos] tem dado desenvolvimento econômico e social ao município. A cana, ao contrário, só ocupa as pessoas durante o corte e torna-as dependentes da cultura. Isso gera desemprego e despesas à saúde pública."

A decisão de Rio Verde levou vários municípios do país a tomarem a mesma iniciativa. Segundo Cunha, mais de 100 municípios de vários Estados pediram cópias e informações sobre a lei. A 60 quilômetros de Rio Verde, a cidade de Jataí, também forte pólo de grãos, decidiu que apenas quatro usinas de açúcar e álcool poderiam se instalar na cidade, restringindo a cultura canavieira a entre 15% e 20% da área agricultável, explica o prefeito da cidade Fernando Peres, ao Valor. Ele diz que não abre mão de manter os projetos sucroalcooleiros a apenas quatro unidades para evitar confronto com outras culturas. Em Dourados, pólo de grãos do Mato Grosso do Sul, a área para cana está restrita a 30% do total.

Mas o Sindicato das Indústrias de Álcool de Goiás (Sifaeg) argumenta que, no caso de Rio Verde, a lei resultou de uma "canofobia" resultante da defesa dos interesses da produção de soja e da Perdigão.

Com investimentos projetados em R\$ 1,1 bilhão para o Estado, concentrados sobretudo no sudoeste goiano, a Perdigão depende dos produtores de grãos de Jataí, Mineiros e Rio Verde para abastecer os animais que serão abatidos em suas unidades. "O grupo não fez lobby para que a lei de Rio Verde fosse aprovada. A empresa manifestou preocupação em relação à expansão canavieira nas áreas plantadas com grãos", diz Ricardo Menezes, diretor de relações institucionais do grupo.

Segundo André Rocha, presidente do Sifaeg, a lei foi aprovada como uma tentativa de combate à monocultura, mas o que domina atualmente o município de Rio Verde é a soja, seguida pelo milho. "A cana seria a quarta ou quinta atividade do município e contribuiria para a diversificação econômica da região", diz. Para ele, é legítimo o município ter intenção de fomentar determinada atividade econômica. "Isso deve ser feito por meio de incentivos aos segmentos que ser estimular, com benefícios fiscais ou logísticos, por exemplo. Mas não pode ser feito com restrição a uma outra atividade."

O prefeito de Rio Verde afirma que irá recorrer da decisão judicial que derrubou a lei do município. "Vamos também organizar o uso de outras medidas, como as ações populares", revela. Esse tipo de ação judicial pode ser proposta por qualquer cidadão que queira questionar na Justiça o que considera um ato lesivo ao patrimônio público ou ao meio ambiente.

O secretário de Agricultura de Goiás, Paulo Martins, tenta se manifestar de maneira neutra. "Em princípio os municípios são autônomos para definir o uso e a ocupação do solo, mas o Estado considera a cana bem-vinda e vê a chegada da indústria canavieira como uma oportunidade para impulsionar a região com os biocombustíveis." A idéia, porém, é respeitar casos de municípios que já possuem um perfil agroindustrial definido.

Goiás tem 86 projetos de novas usinas, com investimentos estimados em R\$ 12 bilhões. Mas só cerca de 50 unidades deverão sair do papel. A expectativa é de que a produção de cana salte dos atuais 20 milhões para 60 milhões de toneladas em 2012.

No início do ano, as indústrias de álcool de Goiás já tinham ido à Justiça contra uma lei de Quirinópolis que pretendia regular a compra da cana. A lei obrigava as usinas a

comprar parte da cana de produtores que não tivessem vínculo com os sócios das usinas até a terceira geração de parentesco, explica o advogado que representa o Sifaeg, Luiz Augusto Filho, do escritório Augusto, Asprino, Blanche, Camazano, Carraro e Nazima.

O sindicato obteve uma liminar suspendendo os efeitos da lei de Quirinópolis, informa o presidente da entidade. O Sifaeg estuda os impactos de uma nova lei do município de Santa Helena de Goiás, que faz divisa com Rio Verde. Mais voltada para a questão ambiental, a lei delimita o plantio da cana a distâncias mínimas de reservas nativas, margens de rios e córregos. Também proíbe canaviais num raio de dois quilômetros do perímetro urbano e estabelece um cronograma de restrição à queima a determinadas distâncias do centro da cidade. Para os canaviais já instalados nas áreas proibidas há prazo até 2018 para a retirada. Santa Helena é cidade natal do governador de Goiás, Alcides Rodrigues Filho. O município tem como prefeita Raquel Rodrigues, que também é a primeira-dama do Estado.

Na região do Triângulo Mineiro, as usinas do Estado conseguiram derrubar a decisão dos municípios de Guaranésia e Uberaba, que restringiam o plantio de cana em 30%, segundo Luiz Cotta Martins, do Sindicato das Indústrias de Açúcar e Alcool de Minas (Siamig).

A preocupação do governo federal é estabelecer o zoneamento nacional da cana para evitar que a cultura avance em regiões do bioma amazônico e no Pantanal. "Esse zoneamento ficará pronto no final de julho", diz Manoel Bertone, secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura.

### **Demanda por etanol elevará a produção de cana no Brasil – Valor Econômico – Agronegócios - 09/07/2008**

A crescente demanda por etanol no Brasil levará as usinas sucroalcooleiras do país a colher novamente uma safra recorde de cana-de-açúcar, de acordo com o levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A produção da matéria-prima deverá atingir 588 milhões de toneladas em 2008, um volume 14% maior que o ano passado. Em relação à estimativa de maio, a produção será 0,4% maior.

São Paulo continua como maior produtor de cana do país, com 57,3% da oferta nacional. As regiões produtoras de Goiás, Minas Gerais e Paraná também tiveram aumento expressivo de produção. "O 'boom' do etanol explica esse resultado, já que a maior parte da cana produzida destina-se à produção de álcool", disse Mauro André Andreazzi, gerente do departamento de Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE. (**\*RR, do Valor Online**)

## **Usina terão taxa para preservação ambiental – Valor Econômico – Brasil - 10/07/2008**

O governo federal vai exigir que as usinas geradoras de energia elétrica "adotem" áreas de preservação ambiental, como parques e reservas indígenas, destinando parcela da tarifa cobrada dos consumidores para atividades de conservação que serão fixadas em contrato. As geradoras atuais, que já pagam taxas para preservação, precisarão se adequar, mas ainda não se sabe como.

"O empreendimento estará acoplado a um grande parque, a uma grande reserva indígena com um projeto que tenha o interesse de preservação ambiental", afirmou o diretor brasileiro da Itaipu binacional, Jorge Samek.

A decisão do governo, tomada ontem pelos ministros do Meio Ambiente, Carlos Minc, e de Minas e Energia, Edison Lobão, é "carimbar" os recursos para parques específicos e assim suprir carências administrativas do Ibama com a falta de funcionários e equipamentos. Na terça-feira, Minc havia exposto essa idéia numa entrevista coletiva. Aparentemente, seu colega Lobão não havia tomado conhecimento dos planos da área do meio ambiente, pois se disse surpreso com as declarações de Minc, ao ser informado delas, poucas horas depois. "Eu não sei em que ele está se baseando para fazer essa proposta", afirmou Lobão.

## **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

### **Etanol**

## **Lula defenderá etanol durante G-8 – Silvia Amorim – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 01/07/2008**

Irritado com a associação da crise mundial de alimentos à produção de biocombustível, uma das vitrines do seu governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apontou ontem um outro vilão para o problema e disse que pretende colocá-lo em debate no encontro do G-8 (grupo dos oito países mais ricos do mundo e a Rússia), no Japão, na próxima semana. "Estou viajando agora para o G-8 e vou com um único objetivo: tentar estabelecer uma discussão séria sobre o que está acontecendo no mundo na área de alimentos", afirmou. "E tem algumas coisas que alguns não querem discutir, como quanto o preço do petróleo tem de incidência no custo do alimento", provocou.

O presidente voltou a criticar países, entre eles os Estados Unidos, que apontaram a expansão da produção de etanol e biodiesel como um dos motivos da crise mundial de alimentos. "O mundo passa por uma pequena crise de alimentos. Alguns mais precipitados logo tentam jogar a culpa em cima da nossa pequena produção de biocombustível, seja do etanol ou do biodiesel."

Lula reiterou também que a escassez de alimentos não deve ser encarada como um problema para o Brasil, mas uma oportunidade de crescimento econômico. "Nós não temos preocupação. Pelo contrário: é uma grande oportunidade para o País. Este País tem terra, tem água, gente que sabe trabalhar e essa combinação perfeita entre o desenvolvimento industrial brasileiro, da construção civil e da agricultura é que vai transformar o Brasil,

finalmente, numa pátria economicamente forte e socialmente justa.”

O governo, segundo Lula, se encarregará de estimular esse aumento de produção. Uma das medidas, citou ele, será o investimento de R\$ 25 bilhões em financiamento para a agricultura familiar.

**'ESPECULAÇÃO'** - O presidente mostrou-se preocupado com o que chamou de “especulação” no mercado de alimentos. “Em cinco anos, o Brasil produziu a mais 149 milhões de toneladas de alimentos. Mas há uma especulação no mercado de alimentos. As pessoas estão vendendo hoje o milho que vão produzir daqui a dois, três anos e a minha preocupação é de que o preço de 2010 seja precificado no de hoje.”

Em relação à inflação, Lula disse que todo o esforço do governo é para mantê-la sob controle, apesar do cenário mundial desfavorável. “A expectativa inflacionária é ruim e nós precisamos trabalhar para que ela não volte. Se você olhar o quadro inflacionário no mundo hoje, você verá que o Brasil é onde a inflação cresceu menos, numa demonstração de que estamos tomando as medidas adequadas.”

**Brasil quer derrubar exigência da UE para etanol** – Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 09/07/2008

Nos debates de hoje com o G-8, o presidente Lula deverá repudiar a tentativa da União Européia (UE) de condicionar a abertura do mercado ao etanol brasileiro ao compromisso de que Brasília dê garantias de que a produção é ambientalmente sustentável e não usa trabalho escravo. Nos últimos dias, o presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso, voltou a insistir nessa condição, que vai além da implementação do selo ambiental pelo governo brasileiro. “Não vejo por que a União Européia precisa de garantias”, rebateu Amorim. “O selo já é uma garantia. Não há necessidade de nenhum acordo.”

No rápido debate dos líderes do G-5, a discussão sobre a ampliação da produção dos biocombustíveis acabou tangenciada até mesmo pelo seu maior patrocinador, o presidente Lula. Até o início da madrugada de hoje, horário do Japão, o documento final do encontro não havia sido divulgado pelo governo mexicano. Segundo Amorim, o texto reforça a argumentação brasileira de que o álcool derivado da cana-de-açúcar, ao contrário dos biocombustíveis produzidos com milho e oleaginosas, não figura entre as causas do aumento dos preços dos alimentos. A mesma posição tem sido apoiada pelo Banco Mundial.

O debate sobre o etanol ficou reservado às conversas bilaterais de Lula, que se reuniu ontem com Calderón e com os presidentes sul-coreano, Lee Myung-Bak, e chinês, Hu Jintao.

**Brasil abrirá 18 usinas de etanol no Sudão** – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 12/07/2008

Em plena instabilidade que vive o Sudão, o Brasil abrirá 18 usinas de etanol no país africano e o governo de Cartum quer o País seja “a segunda China” em termos de investimentos na economia sudanesa. Pequim já investiu mais de US\$ 10 bilhões no Sudão, principalmente no setor do petróleo. O regime ditatorial sudanês enfrenta críticas e embargos internacionais pelo massacre que ocorre em Darfur e alguns de seus ministros estão sendo indiciados na Corte Penal Internacional por crimes contra a humanidade. Mesmo assim, estão buscando novos parceiros e querem comprar tecnologia brasileira para iniciar a produção de biocombustíveis. “Temos planos de expandir a produção de açúcar e queremos a ajuda do Brasil nisso”, afirmou o vice-secretário de Relações Exteriores, Mutrif Siddig.

A primeira usina foi comprada da empresa Dedini e desembarcará no porto do Mar Vermelho do Sudão nas próximas semanas, com o valor de US\$ 15 milhões. Os sudaneses, porém, querem um total de 18 usinas, todas brasileiras. “Não vamos produzir a partir de milho. Queremos a tecnologia brasileira”, disse o vice-secretário.

O Sudão é um dos principais produtores de açúcar da África, com mais de 1 milhão de toneladas por ano. Grande parte é exportada ao Oriente Médio pela Kanana Sugar Company - 35% da empresa é de propriedade do governo, enquanto o restante das ações estão nas mãos de investidores árabes e bancos da região. O Brasil abriu sua embaixada no Sudão há pouco mais de um ano e, até este ano, era o único país latino-americano a estar em Cartum. Neste mês, a Venezuela, de olho no petróleo sudanês, desembarcou no país.

O comércio com o Sudão ainda é de apenas US\$ 100 milhões. Mas é dez vezes maior que o que existia antes da abertura da embaixada. “O Sudão pode ser o trampolim do Brasil para a África”, afirma Siddig. Diante da pressão internacional, o Sudão hoje respira graças aos investimentos da China de cerca de US\$ 10 bilhões. São cerca de 40 mil chineses vivendo no Sudão, trabalhando nas obras de infra-estrutura e no setor de energia. Restaurantes chineses se proliferam para atender a essa população, nem sempre da classe dirigente de Pequim. Setenta por cento da produção de petróleo do Sudão é exportada diretamente para a China, em um acordo que não deixaria nada a desejar aos entendimentos da era colonial.

Pequim está construindo uma extensão do aeroporto de Cartum e inaugurando vôos diretos à capital do Sudão. Ao mesmo tempo, a diplomacia chinesa é a primeira a vetar qualquer tentativa do Conselho de Segurança da ONU de impor sanções contra o país pelos massacres em Darfur.

**PETROBRÁS** - O Brasil afirma que não quer se envolver na polêmica do conflito, não tomando uma posição aberta de condenação ao governo local. Mas Guilherme Estrella, diretor de Exploração da Petrobrás, confirmou que, por enquanto, a empresa não tem interesse em investir no país africano diante da instabilidade. Outro setor de interesse é a agricultura. Os chineses e árabes estão comprando terras no Sudão para garantir seu abastecimento. O vice-secretário de Relações Exteriores alerta que, se essa dependência do Sudão pela China ocorrer, a culpa será do Ocidente. “Se tivéssemos a oportunidade de negociar com outros países, isso não ocorreria”, afirmou Siddig.



**ENERGIA LIMPA CRESCEU 60%, AFIRMA ONU** – folha de São Paulo – Ciência - 02/07/2008

A explosão dos preços do petróleo e os temores sobre o aquecimento global incentivaram fortemente os investimentos em energias renováveis no mundo em 2007, segundo estudo do Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) publicado ontem. O aumento dos investimentos nessas fontes foi de 60%, ou US\$ 148 bilhões ano passado, em relação a 2006. A energia eólica atraiu a maioria dos investimentos, com US\$ 50,2 bilhões, ou seja um terço de todo o investimento em energia limpa.

**FMI culpa países ricos pela alta da inflação** – Sergio Dávila – Folha de São Paulo – Dinheiro - 02/07/2008

Subsídios aos biocombustíveis, principalmente os praticados por países ricos como os EUA, contribuem para a atual alta nos preços dos alimentos. A continuar essa situação, em que esses incentivos governamentais e a elevação do preço do petróleo empurram o preços da comida para cima, alguns governos não conseguirão mais alimentar suas populações.

A relação parece óbvia e já foi citada anteriormente por diversas entidades e países. A novidade é o autor da conclusão: o Fundo Monetário Internacional, que tem nos Estados Unidos seu maior contribuinte. O enfoque mais social, ou mais ao centro, tem o dedo do novo diretor-gerente do FMI, o francês Dominique Strauss-Kahn.

Ao anunciar o estudo "Preços de Alimentos e Combustíveis -Desenvolvimentos Recentes, Impactos Macroeconômicos e Ações Políticas", ontem na sede do Fundo, em Washington, Strauss-Kahn disse: "Não há uma só resposta, um "tamanho único" de conclusão, o que às vezes é conhecido como o tradicional jeito de o FMI pensar".

Pois, de acordo com o "novo" jeito de o FMI pensar, a atual equação das coisas deve levar esses países a uma "situação-limite". "Se os preços de alimentos aumentarem e os do petróleo continuarem iguais, alguns governos não terão mais capacidade de alimentar suas populações e, ao mesmo tempo, manter a estabilidade de suas economias", disse.

Entre os motivos citados pelo estudo, estão subsídios como o que os EUA concedem aos produtores de etanol de milho, atualmente de 45 centavos de dólar por galão, ou 20 centavos de real por litro [leia texto ao lado]. "Os subsídios aos biocombustíveis devem ser cuidadosamente revistos, principalmente nos países desenvolvidos", afirma o estudo.

Segundo o levantamento, a primeira geração de biocombustíveis promovida por essas políticas não é uma alternativa eficiente, seja do ponto de vista de custos, seja do ambiental. Além disso, "políticas menos ambiciosas e mais favoráveis ao comércio ajudariam a diminuir a pressão sobre o preço dos alimentos, via redução da competição com os alimentos por recursos e por terra para plantio."

Segundo o estudo, o aumento da produção do álcool à base de milho respondeu por cerca de 75% do aumento do consumo mundial do cereal em 2006 e 2007. O programa

brasileiro não é citado -feito a partir da cana, o álcool brasileiro é considerado eficiente e não conta com subsídios governamentais.

Outra conclusão do estudo é que a alta do petróleo atinge mais duramente os países pobres. A escalada recente no produto, que teve o preço do barril triplicado para os atuais US\$ 140 em menos de uma década, custou US\$ 35,8 bilhões a 59 países de baixa renda -o que respondeu por 2,2% de seus PIBs em 2007. O Fundo admite que há espaço em alguns desses países para que as posições fiscais sejam afrouxadas, sem que a estabilidade econômica seja colocada em grande risco. Em outros, será necessária a expansão dos programas sociais e a ajuda externa. O diretor-gerente disse que o FMI já dá auxílio financeiro adicional a sete países de baixa renda, mas ressaltou: "O Fundo não é uma agência de desenvolvimento. É preciso que outros também prestem auxílio".

### **Crise pode levar a suspensão de tarifa do álcool – Folha de São Paulo – Dinheiro - 02/07/2008**

A crise atual dos alimentos e do petróleo nos EUA pode levar o governo e o Congresso americanos a um acordo inédito: diminuir ou mesmo suspender por tempo determinado a tarifa cobrada ao álcool brasileiro, atualmente de 54 centavos de dólar por galão, ou 24 centavos de real por litro. Segundo a recém-aprovada lei agrícola do país, a taxa teve sua validade renovada por mais dois anos.

Mas cada vez mais congressistas apontam o contra-senso da medida neste momento. Nos últimos dias, antes de o Congresso entrar em seu recesso de verão, dois representantes (deputados federais) democratas apresentaram medida que pede que a tarifa seja diminuída até alcançar o novo subsídio dado pelo governo aos produtores de álcool locais, de 45 centavos por galão.

A idéia original do subsídio e da tarifa, argumentam Mark Udall e Ed Perlmutter, do Colorado, era que um anulasse o outro. Com a nova lei agrícola, o comprador norte-americano tem a percepção de que está pagando mais do que antes pelo mesmo produto, já que o valor do crédito fiscal que receberá caiu nove centavos de dólar.

A proposta segue linha de medida apresentada há algumas semanas no Senado pelos democratas Dianne Feinstein (Califórnia) e Maria Cantwell (Washington) e o republicano Judd Gregg (New Hampshire). "A proposta faz ajustes de senso comum que podem ajudar o bolso dos consumidores no curto prazo e diversificar nossa carteira de energia no longo prazo", disse Udall.

Agora, outro peso-pesado do Senado entra na história. Em discurso previsto para ser feito na manhã de hoje no centro de estudos American Enterprise Institute, em Washington, o republicano Richard Lugar (Indiana) exortará o presidente George W. Bush a aproveitar a reunião do G8 para "demonstrar liderança e suspender a tarifa sobre o álcool brasileiro".  
**(SD)**

**Preço de alimentos subiu 75% devido ao álcool, afirma jornal** – Folha de São Paulo – Dinheiro - 04/07/2008

Os biocombustíveis aumentaram em 75% os preços dos alimentos no mundo, segundo relatório do Banco Mundial (Bird) obtido pelo jornal britânico "The Guardian". Segundo fontes ouvidas pelo "Guardian", o relatório, finalizado em abril, não foi publicado para evitar uma saída justa entre o Bird e o governo dos EUA. O presidente George W. Bush é um dos principais incentivadores do uso do álcool (no caso americano, à base de milho, principalmente) e os EUA são um dos maiores financiadores do Banco Mundial -o atual presidente da entidade, Robert Zoellick, foi funcionário da administração Bush.

Os Estados Unidos são um dos países que defendem que a alta no preço dos alimentos ocorreu pelo aumento da demanda em emergentes como Índia e China e que o impacto dos biocombustíveis nesse aumento é pequeno.

O estudo, porém, diz que a "rápida expansão da renda nos países em desenvolvimento não levou a grandes aumentos no consumo global de grãos e não foi um fator importante na grande elevação dos preços".

Anteontem, o Banco Mundial afirmou que a economia mundial está "entrando em zona perigosa", com o aumento nos preços dos alimentos e do petróleo.

**Empresas dos EUA pedem fim da tarifa sobre álcool de cana** – Folha de São Paulo – Dinheiro - 04/07/2008

Em meio a uma campanha da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) para promover o álcool de cana brasileiro nos Estados Unidos, um grupo de empresas do setor de alimentos pede a redução da tarifa sobre o produto no país. Entre as companhias que querem o fim da tarifa de US\$ 0,54 por galão de álcool, estão Coca-Cola, Pepsico e Tyson Foods.

O grupo argumentou, em nota, que a isenção "vai beneficiar os norte-americanos por introduzir concorrência a um produto que tem grande demanda, além de reduzir a pressão sobre o álcool feito de milho e os estoques do grão". Eles também acreditam que a liberação da taxa sobre o álcool de cana reduziria os preços do milho.

Para o grupo, a lei agrícola aprovada recentemente, que determina a tarifa, eleva a competição por álcool de milho, levando a uma "imprevisível e severa inflação de alimentos".

A campanha da Unica, voltada aos consumidores de gasolina da Flórida e Califórnia, usa o mesmo mote, ligando a tarifa à alta dos preços do milho, do álcool e da gasolina.

Especialistas como Joe Petrowski, executivo-chefe da petrolífera Gulf Oil, acreditam que a medida surtiria efeitos. "Estamos em uma crise energética séria, e retirar a tarifa do álcool brasileiro seria um primeiro passo importante."

**Alta nos alimentos** - Um relatório do Banco Mundial (Bird) obtido pelo jornal

britânico "The Guardian" diz que os biocombustíveis aumentaram em 75% os preços dos alimentos no mundo.

Segundo fontes ouvidas pelo jornal, o relatório não foi publicado para evitar uma saia justa entre o Bird e o governo dos EUA. O presidente George W. Bush é um dos principais incentivadores do uso do álcool, e os EUA são um dos maiores financiadores do Bird. O estudo diz que a alta da renda nos países em desenvolvimento não levou a grandes aumentos no consumo global de grãos nem foi importante na elevação dos preços.

**UE pressiona Brasil a provar sustentabilidade do álcool** – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro - 08/07/2008

O presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso, cobrou ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dê "garantias de sustentabilidade do biocombustível", ou seja, uma demonstração inequívoca de que nem "destrói a floresta nem é feito em substituição à produção agrícola" [para alimentação humana].

Lula chega hoje a Hokkaido, no Japão, para participar primeiro de uma reunião com seus pares do G5 (México, China, Índia e África do Sul) e, amanhã, de outra cúpula, agora entre o G5 e o G8 -clube formado pelos sete países mais ricos e a Rússia.

O presidente brasileiro tem dito à exaustão que o Brasil tornou-se líder na produção de álcool ao mesmo tempo em que é uma grande potência agrícola, o que significa que o combustível não interfere com a produção alimentar.

Na recente cúpula sobre segurança alimentar, em Roma, usou um exemplo fácil de entender para demonstrar que a cana-de-açúcar, da qual o Brasil extrai o álcool, fica tão longe da floresta amazônica como o Vaticano fica do Kremlin.

Mas a frase de Barroso revela o quanto é complicada a tarefa do presidente brasileiro de defender o álcool das críticas. Foi justamente o presidente da Comissão Européia quem se encantou com o entusiasmo de Lula pelo álcool, durante visita ao Brasil há cerca de dois anos. Tanto se encantou que, no ano passado, levou Lula a Lisboa e depois a Bruxelas para vender o álcool brasileiro ao público europeu.

De lá para cá, no entanto, avolumou-se o ruído em torno dos danos que o álcool supostamente causa à floresta e sobre sua responsabilidade no aumento dos preços agrícolas. Barroso deixou claro ontem que continua a favor do álcool, porque acha que "pode ser parte da resposta para reduzir as emissões de gases que causam o aquecimento global". Mas sente-se obrigado, como presidente do braço executivo da União Européia, a tomar nota do "debate no mundo inteiro a esse respeito".

Tem razão. Ontem, na abertura da cúpula do G8, as duas autoridades que se apresentaram para entrevistas coletivas tocaram no assunto.

**Fim das tarifas** - Primeiro foi Robert Zoellick, presidente do Banco Mundial, a instituição da qual vazou documento que diz que os biocombustíveis respondem por 75% da disparada de preços dos alimentos.

Zoellick disse que há "um amplo leque de estimativas" sobre os efeitos dos biocombustíveis nos preços agrícolas. "Que há efeito, há", disse, sem quantificá-lo. Mas separou claramente o álcool derivado da cana, feito no Brasil, do etanol do milho (especialidade norte-americana) e de oleaginosas.

Chegou a dizer que de dois terços a três quartos da produção adicional de milho foi desviada para o etanol. Aproveitou para pedir que tanto a União Européia como os Estados Unidos eliminem as tarifas sobre a importação de álcool, o que soará como música ao ouvido das autoridades brasileiras.

Os EUA cobram US\$ 0,54 por galão de álcool importado, o que, como é óbvio, aumenta o preço para o consumidor e dificulta as importações.

A segunda autoridade a tocar no assunto foi o secretário-geral da ONU, o coreano Ban Ki-moon, para quem "não é claro o impacto" da produção de álcool sobre os preços agrícolas. "São necessárias mais análises e pesquisas, inclusive sobre a segunda geração de biocombustíveis" [que extrairá o combustível de produtos que não servem para consumo humano como cascas de árvores].

Jogou um cálculo mais preciso sobre os efeitos do álcool nos preços para a conferência internacional que o governo brasileiro convocou para novembro, no Brasil. É nela também que Lula aposta para estabelecer, sem paixão, o efeito que o álcool tem tanto sobre os preços agrícolas como sobre o ambiente. (CR)

**Sarkozy na UE: ilegais e bioenergia na pauta** - Deborah Berlinck – O Globo – Economia – 01/07/2008

PARIS. Nicolas Sarkozy assume hoje a presidência da União Européia em plena crise institucional do bloco. Como fez ao assumir a Presidência da França em maio de 2007, Sarkozy foi ontem para a TV anunciar uma lista de projetos: quer fechar a torneira da imigração clandestina no continente, reduzir impostos para "tudo o que seja ecológico" e até eliminar o imposto sobre o petróleo quando o preço do barril atingir um nível muito alto — sugestão já rejeitada por alguns países do bloco.

Um detalhe: na Presidência da França, Sarkozy tem um mandato de cinco anos; à frente da UE, ficará apenas seis meses. Uma das propostas que Sarkozy fará ao bloco poderá ser uma boa notícia para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que iniciou uma espécie de cruzada mundial em defesa de fontes dos biocombustíveis.

Sarkozy disse que o combate ao aquecimento global é uma de suas prioridades e propôs que 20% da energia consumida no continente em 2020 sejam de fontes renováveis.

O presidente francês também fixou dois outros objetivos até 2020: reduzir em 30% em relação a 1990 as emissões de gases poluentes na atmosfera e fazer a Europa economizar pelo menos 20% no consumo energético.

Além disso, ele quer reduzir o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) para 5,5% para veículos de tecnologia limpa e até propor a construção de edifícios que utilizem menos energia.

Em entrevista à TV France 3, Sarkozy citou até o Brasil: — O Planeta dorme sobre um vulcão (aquecimento da Terra). É preciso agir já. A Europa tem que dar o exemplo para fazer países como Estados Unidos, China, Brasil e Índia se mexerem — disse.

Resta saber que tipo de energia renovável Sarkozy vai defender na presidência da UE.

No campo energético, as disparidades e divergências na Europa são enormes. Como sublinhou o próprio Sarkozy, enquanto na França 85% da eletricidade gerada vêm da energia nuclear, na Áustria, 90% da população são contra a energinuclear, e 90% da energia consumida na Polônia provêm do carvão, que é altamente poluente.

Sarkozy assume a Presidência da UE num momento de crise institucional, provocada pela rejeição pelos irlandeses, num referendo, do Tratado de Lisboa, uma proposta de Constituição europeia costurada numa reunião na capital portuguesa em 2007.

### **Biocombustível de grãos vira alvo de críticas em reunião dos mais ricos - Gilberto Scofield Jr. – O Globo – Economia – 06/07/2008**

RUSUTSU, Japão. Num dia que deveria ser marcado por discussões sobre como o G-8 — grupo formado pelos países mais ricos do mundo (EUA, Japão, Alemanha, Canadá, França, Itália e Reino Unido) mais a Rússia — poderia aumentar a ajuda financeira a África, reduzindo a pobreza no continente, os biocombustíveis roubaram a cena no recorrente papel de grande vilão da alta nos preços dos alimentos no mundo.

Reportagem publicada na sexta-feira pelo jornal britânico “The Guardian” — e que circulava ontem de mão em mão no Centro Internacional de Imprensa em Hokkaido — traz um estudo sigiloso do Banco Mundial (Bird) afirmando que a produção de biocombustíveis a partir de milho e sementes oleaginosas, como fazem EUA e União Europeia, forçou uma alta de 75% nos preços dos alimentos nos últimos seis anos.

O estudo destacaria ainda que a produção de etanol a partir de cana-de-açúcar, tecnologia largamente dominada pelo Brasil, não teve tanto impacto.

A reportagem foi citada ontem, primeiro dia do encontro do G-8, em seminários e exposições de nove entre dez organizações não-governamentais presentes à reunião. Especialmente porque o estudo desarma a argumentação dos EUA de que a fabricação de biocombustíveis foi responsável por um impacto de menos de 3% nos preços dos alimentos.

Zoellick defende redução de subsídios de países ricos O presidente do Bird, Robert Zoellick, não confirmou a existência do estudo em coletiva de imprensa dada ontem juntamente com o secretáriogeral das Nações Unidas, Ban Ki-moon. Mas assegurou que os biocombustíveis a partir de milho e oleaginosas contribuíram para a alta dos preços dos alimentos e sugeriu que EUA e União Europeia invistam mais recursos no desenvolvimento de fontes de energia que não utilizem grãos consumidos em larga escala.

— Acredito que seja preciso mais pesquisa científica para que possamos saber com clareza o impacto exato da produção de biocombustíveis nos preços dos alimentos — disse Zoellick, que pediu o fim dos subsídios dados ao produto nos países ricos. — Os países do G-8 precisam conjugar uma política que reduza os subsídios dados à produção de etanol com uma redução tarifária que permita a compra de combustíveis mais limpos.

E afinal, se os preços do milho já estão altos, em tese os subsídios já não são necessários. Muitos entenderam isso como uma abertura para a reivindicação brasileira de mais mercado para o etanol de cana-de-açúcar, hoje praticamente expulso dos mercados europeus e americanos por conta de pesada tarifação. O secretáriogeral da ONU chegou a citar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva: — Temos que estimular a produção da chamada segunda geração de biocombustíveis, que utilizam alimentos não consumidos em larga escala. O presidente do Brasil, Lula, inclusive, está convocando os países para uma conferência internacional sobre o etanol brasileiro em novembro.

Para Max Lawson, consultor político da ONG inglesa Oxfam, a dificuldade dos países ricos em acabar com a produção de biocombustíveis à base de alimentos está na ligação desses governos com a indústria petrolífera e no poderoso lobby dos produtores agrícolas europeus, japoneses e americanos junto a seus parlamentos: — A falta de apoio ao etanol brasileiro, bem menos prejudicial ao mercado de alimentos, é protecionismo puro.

Mas Julie Wilson, do Grupo de Pesquisa do G-8 do Centro Munk de Estudos Internacionais da Universidade de Toronto, no Canadá, afirmou que os biocombustíveis são um ponto de divergência entre os países ricos, que têm posições tão díspares quanto a defesa do fim de sua produção — caso do Reino Unido —, o estabelecimento de limites para o uso de alimentos na produção do etanol — caso da União Européia — até a concessão de mais subsídios e estímulos à produção — caso dos EUA

### **Bush frustra expectativa de reunião do G-8 - O Globo – Capa – 07/07/2008**

Em sua última participação no G-8, o presidente dos EUA, George W. Bush, baixou as expectativas sobre a possibilidade de alguma decisão para alta do petróleo e aquecimento global. Líderes buscam soluções para a fome dos países mais pobres. Página 14

### **Sem acordo à vista no G-8 - Gilberto Scofield Jr. – O Globo – Economia – 07/07/2008**

O presidente dos EUA, George W. Bush, chegou ontem na ilha de Hokkaido, no Japão, para reunião do G-8 (EUA, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Canadá e Rússia) amanhã e, na quarta-feira, do G-8 com o G-5 (Brasil, China, Índia, África do Sul e México), baixando as expectativas mundiais sobre a possibilidade de que alguma decisão importante em torno dos preços do petróleo ou do aquecimento do planeta seja tomada pelos líderes dos países que respondem por mais de dois terços da população mundial.

Desgastado junto à opinião pública americana (e planetária) e a apenas seis meses do fim de seu mandato — esta é a última reunião do G-8 a que Bush comparece como chefe de Estado americano —, o presidente dos EUA chegou com uma plataforma de combate às altas do petróleo que se resume a tentar ampliar a exploração do produto em áreas protegidas do Alasca e a pedidos para que os países da Opep (cartel que reúne os exportadores) aumentem a produção.

— No futuro, faremos a transição para além dos hidrocarbonetos (petróleo e gás), mas, por hora, estamos num período de transição e precisamos é de mais petróleo — disse ele, deixando os presentes na ilha de Hokkaido com a certeza de que qualquer decisão de peso terá que esperar pelo novo representante na Casa Branca.

Pouca disposição para mexer no dólar Segundo analistas internacionais, excessivamente comprometido com a indústria petrolífera dos EUA, Bush falha também ao não agir em dois pontos essenciais: medidas para evitar a desvalorização do dólar e estabelecer limites para a emissão de gases pela indústria americana, como propõe o Japão. Quando perguntado sobre possíveis intervenções para conter a queda do dólar — esse é um dos fatores que pressionam a alta do petróleo e também dos alimentos — Bush apenas afirmou que uma melhora na economia dos EUA irá se refletir nas cotações da moeda.

— No que diz respeito ao dólar, os Estados Unidos acreditam numa política de dólar forte e crêem que a força da nossa economia estará refletida no dólar — afirmou Bush, que reconheceu, porém, que a economia americana “não está crescendo de forma robusta como se gostaria”.

O tom não foi mais animador sobre o aquecimento global. Bush, de novo, empurrou o problema para os países emergentes: — Serei construtivo. Eu sempre defendi que precisamos de um entendimento comum que pode começar com metas acertadas, mas sou realista o suficiente para dizer a vocês que, se a Índia e a China não dividirem as mesmas aspirações, então não vamos resolver o problema — disse ele, que fez 62 anos ontem.

Pior para o primeiro-ministro japonês Yasuo Fukuda, que pretendia coroar o encontro do qual está sendo anfitrião com um acordo — ou esboço de acordo — sobre ações a serem tomadas nos mais importantes assuntos da reunião: inflação, clima, petróleo e alimentos. Não há consenso nem mesmo em torno do impacto do uso de milho, nos EUA, e outros grãos, na Europa, para a produção de biocombustíveis, o que vem afetando a oferta de alimentos e aumentando seus preços.

Apesar de este impacto ser mais do que sabido entre os países ricos, não há disposição efetiva para estabelecer limites no uso dos alimentos como fonte para os biocombustíveis, o que beneficiaria enormemente o Brasil, cujo etanol de cana-de-açúcar não afeta os preços dos alimentos. E não é à toa que uma das maiores bandeiras do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que chega amanhã em Hokkaido, será buscar um consenso sobre o tema.

Ontem, em sua benção semanal, o Papa Bento XVI exortou o G-8 a cumprir suas promessas de ajuda aos países pobres, neste momento em que essas nações sofrem com a alta de preços de alimentos e energia.

**BUSH: BOICOTAR JOGOS É AFRONTA A CHINESES, na página 20**

Líderes costumam ajuda para compensar alta de alimentos

Países pobres teriam dinheiro a fundo perdido

NISEKO, (Japão). Diante da relutância dos países ricos em mexer na questão do petróleo, os esforços em Hokkaido, no Japão, parecem convergir para o problema da alta nos preços dos alimentos (e da conseqüente inflação mundial). Hoje, um grupo de sete países africanos convidados para a reunião do G-8 vai cobrar mais ajuda financeira e mais



oferta de alimentos para as nações pobres, especialmente de Ásia, África e América Central, onde acontecem protestos populares e crises políticas.

O projeto que começa a ser esboçado em Hokkaido, segundo diplomatas, buscará resolver o problema em três flancos. A primeira medida prevê o apoio financeiro, provavelmente a fundo perdido, para ajudar os 50 países mais afetados pela fome a comprar alimentos em caráter emergencial.

Também está em discussão a criação de uma espécie de superestoque, com grãos fornecidos por cada país de acordo com cotas a serem fixadas futuramente.

Esta é uma sugestão do Japão, país com o maior estoque de arroz hoje no mundo.

E, finalmente, está sendo esboçado um fundo de US\$ 10 bilhões, a ser gerenciado pelo Banco Mundial ou pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), para ajudar os países a resolver gargalos na produção de grãos e no transporte de alimentos, este último afetado pelos altos preços do petróleo.

A chanceler alemã Angela Merkel enviou uma mensagem aos líderes do G-8 pedindo uma ação urgente contra a crise. Um grupo de trabalho liderado por especialistas alemães chegou à conclusão de que os 30 países mais pobres do mundo vão precisar de US\$ 20 bilhões para a compra de alimentos. O governo da Alemanha já se comprometeu a destinar US\$ 750 milhões para a ajuda emergencial.

“A crise dos alimentos ameaça a democratização, desestabiliza os países e leva a problemas de segurança internacional”, disse Merkel na carta enviada aos líderes e reproduzida na revista alemã “Der Spiegel”.

Segundo o Banco Mundial, a crise dos alimentos já empurrou cem milhões de pessoas de volta para baixo da linha da pobreza.

Caso o encontro entre o G-8 e o G-5 avance, a idéia é criar um grupo de trabalho especial para executar o plano de combate à falta de alimentos, que os especialistas atribuem não apenas ao crescimento econômico mundial, mas também à falta de investimentos na expansão da produção agrícola.

— As crises do petróleo e dos alimentos estão tendo um impacto negativo na economia mundial — disse o premier japonês Yasuo Fukuda. (G.S.J)

### **Presidente volta a defender o etanol – Chico de Gois - O Globo – O País – 11/07/2008**

HANÓI, Vietnã. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu ontem sua política externa de priorizar relações comerciais com países da África, da América Latina e, agora, da Ásia, alegando que, além de grandes possibilidades de negócios, a diversificação de parceiros dá mais segurança aos países em momentos de crise internacional.

Em seu giro pela Ásia, Lula esteve ontem no Vietnã e seguiu para o Timor Leste. No sábado desembarca na Indonésia e, em agosto, deve ir a Cingapura. Lula, que defendeu o etanol e os biocombustíveis como uma possibilidade para a África ficar menos pobre, disse o mesmo no Vietnã.

Lula afirmou que os biocombustíveis são uma ferramenta para a redução da dependência mundial do petróleo e para a democratização da energia.

Brasil e Vietnã assinaram acordo de cooperação para o desenvolvimento da produção e uso do etanol e começaram a discutir o intercâmbio de variedades de

cana-de-açúcar, capacitação de recursos humanos e estratégias de aumento de renda para a agricultura familiar.

— Os biocombustíveis têm relevância especial para países como os nossos. Têm potencial formidável de geração de empregos, diversificam e democratizam o acesso à energia e diminuem a dependência mundial de combustíveis fósseis, mais caros e poluentes — disse Lula.

Diversificação de parceiros comerciais favorece países

A autoridades e empresários brasileiros e vietnamitas, Lula disse que a diversificação de parceiros comerciais favorece o país, e o deixa em situação de menor risco em crises internacionais, como aumento de preços na agricultura ou estagnação dos países mais ricos. O Vietnã — que recebeu pela primeira vez a visita de um presidente brasileiro — vem crescendo econômica e socialmente desde 1986, quando começou a implementar uma política de renovação denominada Doi Moi.

Entre 1993 e 2007, o nível de pobreza caiu de 58% para menos de 14%. Embora seja um país comunista, avançou em reformas que permitiram o ingresso de empresas estrangeiras, a ampliação de pequenas e médias empresas privadas nacionais e o aumento das exportações.

O aumento da capacidade de consumo vietnamita pode ser visto nas ruas atulhadas de motos, num trânsito caótico e sem regras — o pedestre deve sempre olhar para todos os lados, mesmo que haja uma placa de contramão. No primeiro semestre, em relação ao mesmo período do ano anterior, houve aumento de 141% na comercialização de carros. Lula participou do encerramento de fórum de empresários.

Cerca de 30 executivos nacionais compareceram, sobretudo da área de construção civil e alimentos. Entre 2002 e 2007, o comércio entre os dois países saltou de US\$ 43 milhões para US\$ 323 milhões, num aumento de 650%. A meta é atingir US\$ 1 bilhão em 2010. Foram assinados cinco memorandos de cooperação nas áreas de ciência e tecnologia, esporte, luta contra a fome e pobreza.

Vietnã apóia Brasil no Conselho de Segurança

Além do comércio, importa a Lula, nesse giro pela Ásia, obter apoio em questões como a participação no Conselho de Segurança da ONU (o Vietnã apóia o Brasil), a política de biocombustíveis e um acordo da Rodada de Doha — em 2007, o Vietnã passou a integrar a Organização Mundial do Comércio.(Chico de Gois)

**Lula defende na Ásia produção de etanol** - Chico de Gois – O Globo – Economia – 13/07/2008

JACARTA (Indonésia). Na última etapa de sua visita à Ásia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem, na Indonésia, que as nações ricas querem jogar a culpa nos países emergentes pela alta dos preços dos alimentos no mundo.

— Não são os biocombustíveis ou o etanol os responsáveis pelo aumento dos preços dos alimentos — disse Lula. — Os países ricos não querem discutir a crise americana nem os prejuízos dos bancos europeus, e tentam jogar a culpa em cima dos países em desenvolvimento.

Para Lula, redução do custo de alimento passa pela OMC Como o Brasil, a Indonésia é um grande produtor de etanol.

Para obter o produto, o país utiliza, sobretudo, a palma e está entre as nações criticadas pela comunidade internacional por, supostamente, derrubar as florestas para produzir combustíveis.

Brasil e Indonésia assinaram ontem um protocolo de intenções de cooperação técnica para biocombustíveis.

Lula defendeu um acordo na Rodada de Doha, que está sendo negociado pelos países associados à Organização Mundial do Comércio (OMC), como uma das possibilidades para reduzir o custo dos alimentos: — As pessoas vão descobrir que um bom acordo da Rodada de Doha pode resolver o problema da produção de alimentos com incentivo para os países em desenvolvimento produzirem mais. A única coisa que não podemos aceitar é pedir para os pobres não comerem. Peçamos para produzir mais, porque temos competência para isso.

Ao lado do presidente indonésio, Susilo Bambang Yudhoyono, Lula voltou a dizer que os países ricos não podem dar palpites sobre os destinos das florestas tropicais. Como no Brasil, a Indonésia ainda tem uma grande área verde.

— Ninguém quer mais preservar nossas florestas do que nós. Os países que produzem mais precisam discutir como reduzir a emissão de gases.

**China abre oportunidade para o etanol brasileiro** – Sítio Eletrônico do MAPA – 01/07/2008

**Brasília (1º.7.2008)** - Com o objetivo de abrir oportunidades de investimentos em diversas áreas, entre elas, a de biocombustíveis, comitiva brasileira visitará as cidades de Macau e Pequim (Beijing), na China, nos próximos dias 7 e 9.

O programa nacional de agroenergia será tema de exposição do diretor do Departamento de Cana-de-açúcar e Alcool, da Secretaria de Produção e Agroenergia, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Alexandre Strapasson, que integra a comitiva. Ele defenderá a oferta brasileira de energia renovável e limpa para o país que suspendeu o seu programa de produção de biocombustíveis. “Cidades chinesas como Xangai e Pequim, com populações estimadas em mais de 11 milhões de habitantes, poderão se beneficiar da melhoria da qualidade do ar pelo uso do etanol nos veículos. A abertura do mercado consumidor chinês para o etanol poderá alavancar vultosos investimentos, com geração de emprego e renda para as zonas rural e urbana do Brasil”, ressalta Strapasson. *(Inez De Podestà)*

**Relatório secreto afirma que agrocombustíveis causaram a crise alimentar – Sítio Eletrônico do MST – 09/07/2008**

Os agrocombustíveis forçaram em 75% a subida dos preços globais dos alimentos - valor bem mais alto do que se havia estimado previamente - de acordo com um relatório confidencial do Banco Mundial obtido pelo jornal *The Guardian*.

A avaliação condenadora, e que não foi publicada, é baseada na análise mais detalhada da crise até agora, realizada por um economista de um respeitado corpo financeiro global: Don Mitchell, economista sênior no Banco Mundial

Os números contradizem enfaticamente as reivindicações do governo dos EUA de que os agrocombustíveis contribuem com menos de 3% da alta dos preços dos alimentos. Este dado aumentará a pressão sobre os governos de Washington e da Europa que voltaram-se para os agrocombustíveis para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e para reduzir sua dependência no petróleo importado.

Fontes superiores do setor de desenvolvimento do BM acreditam que o relatório, concluído em abril, não foram publicadas para evitar um embaraço ao presidente George Bush. "O relatório colocaria o Banco Mundial em um ponto político quente com a Casa Branca " disse ontem uma destas fontes.

A notícia chega em um momento crítico nas negociações mundiais com respeito à política dos agrocombustíveis . Os líderes dos países industrializados G8 encontram-se na próxima semana em Hokkaido, Japão, onde discutirão a crise alimentar sob forte campanha dos militantes contra agrocombustíveis que chamam para uma moratória no uso de combustíveis derivados de planta.

Este dados também irão exercer pressão sobre o governo britânico, que está para liberar seu próprio relatório sobre o impacto dos agrocombustíveis, o relatório Gallagher. O *The Guardian* já relatou antes que o estudo britânico indicará que os agrocombustíveis tiveram um papel "significativo" em aumentar os preços dos alimentos para níveis recorde.

Embora se esperasse sua divulgação na semana passada, o relatório ainda não foi liberado ainda. "Os líderes políticos parecem intencionados a suprimir e ignorar as fortes provas de que os agrocombustíveis são um fator central na subida recente do preço dos alimentos, " disse Robert Bailey, conselheiro da política da Oxfam. " É imperativo que nós tenhamos o quadro completo desta situação. Enquanto os políticos se concentram em manter os lobbies da indústria felizes, os povos em países pobres não têm recursos suficientes para comer."

O aumento dos preços dos alimentos empurraram 100 milhões de pessoas no mundo inteiro para abaixo da linha da pobreza, segundo estimativas do Banco Mundial, e acenderam e foram a causa de motins de Bangladesh ao Egito. Os ministros do governos aqui descreveram os altos preços dos alimentos dos combustíveis como "a primeira crise econômica real da globalização".

O presidente Bush relacionou os altos preços dos alimentos a uma demanda maior da Índia e da China, mas o estudo que vazou do Banco Mundial desafia esta explicação: " O crescimento rápido da renda em países em desenvolvimento não conduziu aos grandes aumentos no consumo global da grão e não foi um fator central responsável dos grandes aumentos dos preços."

Mesmo as secas sucessivas na Austrália, calcula o relatório, tiveram um impacto marginal. Em lugar disso, o relatório discute que a movimentação da UE e dos EUA para

agrocombustíveis teve, de longe, o maior impacto no abastecimento e nos preços da cadeia alimentar.

Desde abril, toda a gasolina e diesel no Reino Unido tem de incluir 2.5% de agrocombustíveis . A UE tem considerado aumentar esta meta para 10% em 2020, mas esta sendo confrontada com mais e mais evidências de que isso irá agravar ainda mais a alta dos preços dos alimentos. "Sem o aumento no uso dos agrocombustíveis, os estoques globais do trigo e do milho não teriam declinado consideravelmente e o aumento dos preços devido a outros fatores teriam sido moderado", diz o relatório. A cesta básica dos preços de alimentos examinados no estudo aumentou em 140% entre 2002 e fevereiro de 2008. O relatório estima que preços mais altos da energia e dos fertilizante reponderam por um aumento de somente 15%, enquanto os agrocombustíveis foram responsáveis por 75% de salto nos preços durante esse período.

relatório discute que a produção de agrocombustíveis distorceu mercados de alimentos de três maneiras. Primeiramente, desviou a grão de alimento para combustível, com mais de um terço do milho dos E.U.A sendo usado hoje para produzir etanol e sobre a metade dos óleos vegetais na União Européia sendo utilizados para a produção de biodiesel. Em segundo, os fazendeiros foram incentivados reservar terras para a produção de agrocombustíveis. Em terceiro lugar, os agrocombustíveis deflagraram a especulação financeira nos grãos, levando os preços ainda mais para cima.

Outras revisões da crise alimentar observam o fenômeno desde um período mais ampliado, ou não ligaram estes três fatores, e desta forma, chegaram em estimativas menores sobre o impacto dos agrocombustíveis .

Mas o autor do relatório, Don Mitchell, é um economista sênior no Banco Mundial e fez uma análise detalhada, mês a mês, do impulso nos preços dos alimentos, o que permite um exame muito mais próxima da ligação entre agrocombustíveis e a cadeia alimentar.

O relatório indica que os agrocombustíveis derivados da cana-de-açúcar, como o etanol no qual o Brasil se especializa, não tiveram um impacto tão dramático.

Os apoiadores dos agrocombustíveis discutem que estes são uma alternativa ?mais verde? à dependência do petróleo e outros combustíveis fósseis, mas mesmo este argumento vem sendo questionado por alguns peritos, que argumentam que isso não se aplica à produção de etanol dos E.U.A. " É claro que alguns agrocombustíveis têm impactos enormes sobre os preços dos alimentos, " disse ontem à noite o Dr. David King, ex-conselheiro científico principal do governo, "Tudo que estamos fazendo apoiando isto é continuar subsidiando os altos preços dos alimentos enquanto não fazemos nada para lidar com as mudanças climáticas?.

**Etanol do Brasil pode ser vítima de "armadilha ecológica" da UE - José Roberto Campos – Valor Econômico – Agronegócios - 02/07/2008**

Considerado uma energia limpa, o etanol brasileiro pode ser vítima de uma armadilha ecológica que está sendo armada nos projetos de regulamentação dos biocombustíveis na União Européia.

Pressões brasileiras para mudar o documento ainda em debate em uma das comissões do Parlamento europeu estão sendo feitas pela indústria e governo para clarificar regras que podem ser potencialmente danosas para o etanol.

No dia 16, a Comissão de Indústria e Energia fará uma votação preliminar do texto. Ele estabelece que biocombustíveis produzidos em determinadas áreas não serão considerados para efeito de obtenção das metas para substituir em 10% o uso de combustíveis fósseis em veículos por biocombustíveis.

A União Européia reconhece que a combinação de produção local e importação dará conta das metas. Os critérios para verificação da utilização, porém, têm restrições suficientemente amplas para limitar as compras do produto.

Uma das condições que constam do projeto diz que o produto "não poderá ser feito com matéria-prima obtida em terras com reconhecido valor de alta diversidade".

A definição dos termos tem o poder de colocar sob suspeição o plantio feito em terras do cerrado brasileiro, temem fontes que acompanham de perto as discussões. Entre as áreas consideradas de alta biodiversidade encontram-se as "florestas não submetidas a significativa atividade humana" ou áreas de preservação, "a menos que haja evidência de que a produção não interfira neste propósito".

Outra restrição amplia os termos da anterior. Ela veta benefícios fiscais ou a inclusão na contagem das metas de terras com alto estoque de carbono, como "pastagens de alta biodiversidade" - aquela que é rica em espécies, não fertilizada e não degradada.

Entram também nas áreas virtualmente proibidas as terras úmidas, isto é, "as saturadas de água permanentemente ou por uma parte significativa do ano". O documento toca nestes pontos várias vezes, de diversas formas. Afirma, por exemplo, que o uso crescente dos biocombustíveis não deve encorajar a destruição de terras com alta biodiversidade, atitude que o "consumidor europeu considera moralmente inaceitável".

Se aprovado o projeto, a UE estabelecerá critérios próprios para áreas geográficas que preencham as condições desejadas. Neste sentido, o bloco buscará acordos multilaterais e bilaterais que estejam adequados às novas regras.

As exigências ecológicas não são as únicas. Há a ameaça de que cláusulas sociais sejam aprovadas, entre elas a que considera como critério que o país tenha ratificado dez convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), uma condição radicalmente exagerada. Os EUA não ratificaram nenhuma delas, por exemplo.

Outra das cláusulas do projeto prevê uma economia mínima de 35% nas emissões de gases que provocam o efeito estufa, uma barreira que o etanol poderá saltar com alguma facilidade, mas há quem peça um teto maior para considerar o biocombustível adequado ao uso na União Européia. Entretanto, o uso do subproduto, o bagaço de cana, para a geração de energia, que poderia contar ainda mais a favor do etanol, não será considerado no cálculo. O Brasil articula com outros países a assinatura de carta endereçada ao Parlamento europeu solicitando que os países interessados sejam ouvidos a respeito de todos os pontos restritivos. A intenção pode não ser protecionista, mas seu efeito será inegavelmente este se não forem consideradas as especificidades locais. Uma crítica ao projeto é a de que ele

tenta colocar um figurino único para todo o mundo, o que prejudica o esforço brasileiro de exportar uma fonte de energia mais limpa.

A disputa de fontes alternativas de energia também coloca o Brasil em desvantagem na Europa, embora a taxação seja um obst  culo de grande peso. Ela é de ? 19,2 por hectolitro, o que corresponde a 60% do custo do etanol, diz Emmanuel Desplechin, consultor que desde abril foi encarregado pela Unica (União das Indústrias da Cana-de-Açúcar) de atuar em Bruxelas junto ao Parlamento europeu.

Ele v  riscos nas discussões que estão sendo feitas nas comissões, embora acredite que eles ainda não se consumaram. O Brasil exporta cerca de um terço do consumo de biocombustíveis europeus, e as vendas não devem crescer muito porque a maioria dos veículos do continente são movidos a diesel. Na semana passada, o Brasil exportou US\$ 115 milhões de etanol para a Suécia, país onde o sistema flexfuel foi implantado. Para isso, a Suécia obteve um "waiver" da UE e reduziu a taxação para 6,5%.

Outros críticos das posi es européias apontam ainda como adversários de uma expansão do etanol brasileiro a indústria automobilística, atualmente mais voltada para encontrar solu es alternativas para o diesel e que não tem mostrado grande interesse pelo sistema flex. **\*O jornalista viajou a convite da Comissão Européia**

#### **Copersucar exportará álcool para o Japão - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 03/07/2008**

A Copersucar, a maior cooperativa de açúcar e álcool do mundo, assinou ontem um acordo comercial com a companhia japonesa JBSL (Japan Biofuels Supply LLP), que representa dez distribuidoras de combustíveis do Japão, para exportar 200 milhões de litros de álcool carburante (anidro) por ano. O contrato de exporta o - assinado no momento em que o ministro da economia japonês Akira Amari visitava o Brasil - é de quatro anos e poderá ser renovado. A receita com os embarques anuais deve somar cerca de US\$ 100 milhões, considerando as cota es atuais do combustível.

Pelo acordo fechado com a companhia japonesa, a Copersucar exportará 200 milhões de litros de álcool anidro para a Lyondell, uma das maiores companhias petrolíferas dos EUA. Em Houston (Texas), o álcool brasileiro será utilizado na composi o do ETBE ( ter etílico terc-butílico), um aditivo que cont m etanol misturado com derivados de petróleo. Após a industrializa o, o ETBE será misturado à gasolina no Japão. "Nosso contrato prevê fornecimento exclusivo de álcool para que a Lyondell faça a mistura na gasolina", afirmou Hermelindo Ruete de Oliveira, presidente da Copersucar.

A mistura do ETBE   uma das alternativas que o Japão estuda para misturar   gasolina. Nesse sentido, a Petrobras também tem acordo com a japonesa Mitsui para produzir álcool no Brasil em parceria com usinas locais para levar o combustível ao Japão. A estatal já exportou álcool carburante para o país, mas em pequena escala, como teste. Ontem, a Petrobras informou que deverá fazer parceria com uma usina de Itarumã (GO) para iniciar a produ o de etanol para vender ao mercado japonês.

O Japão consome 60 bilhões de litros de gasolina por ano. E o governo daquele país já estuda, há alguns anos, a mistura de 3% de álcool na gasolina, o que geraria uma demanda de 1,8 bilhão de litros anuais. No futuro, pretende elevar a mistura para 10%,

o que criaria uma demanda maior, de 6 bilhões de litros/ano. Atualmente, o Japão importa cerca de 200 milhões de litros de álcool, mas a maior parte é destinada para as indústrias químicas, de bebidas e farmacêuticas.

No domingo, o diretor de recursos naturais e política energética do Ministério da Economia japonês, Hiraku Tomofumi, antecipou que importadores japoneses iriam firmar acordo com exportadores brasileiros para a compra de etanol.

Segundo Ruete, no contrato firmado com a JBSL há cláusulas de sustentabilidade, no qual a Copersucar se compromete a não produzir álcool em áreas de riscos ambientais e fora do bioma amazônico, sem a contratação de mão-de-obra infantil. Esse tipo de cláusula tem ganhado força no Brasil, por conta das exigências internacionais.

Em fevereiro passado, a Copersucar fechou contrato de entrega de álcool industrial, com preços indexados ao petróleo, com a multinacional Solvay do Brasil. Esse contrato, firmado por 10 anos, prevê a entrega de 150 milhões de litros por ano.

Como não há um índice para o preço internacional do álcool, os contratos de exportação têm como referência as cotações do produto no mercado físico, com base nos preços nos EUA e no Brasil, os dois principais players globais.

Nesta safra, a 2008/09, a Copersucar deverá exportar 1,05 bilhão de litros. Se confirmadas as estimativas, será um crescimento de 38% em relação ao ciclo 2007/08.

Embalado pelo mercado crescente de etanol no exterior, o faturamento da Copersucar para 2008/09 deverá ficar em R\$ 5,5 bilhões, aumento de 22% sobre a safra anterior, se confirmadas as expectativas. Fundada em 1959, a cooperativa tem 33 unidades de açúcar e álcool e deve processar nesta safra 70 milhões de toneladas de cana, 7,5% mais que em 2007/08. A produção de álcool está estimada em 3,7 bilhões de litros, alta de 14%, e a de açúcar em 3,9 milhões de toneladas, incremento de 10%.

### **Japão dá mais ênfase à energia nuclear do que aos biocombustíveis – Valor Econômico – Internacional - 07/07/2008**

O Japão promove no G-8 mais a energia nuclear, e não os biocombustíveis, para conciliar redução de emissões de gases de efeito-estufa com segurança energética e preço de energia relativamente baixo.

Tóquio quer arrancar o compromisso do G-8 e das grandes economias emergentes de relançarem programas de geração nuclear até que haja energia renovável esteja tecnologicamente pronta para utilização em ampla escala.

Para isso, defende salvaguarda contra proliferação, segurança da energia e contra terrorismo nuclear. Os japoneses listam 31 países, incluindo Brasil e Argentina e México, que querem expandir a geração de energia nuclear. E outros 29, como a Venezuela, Irã e Argélia, grandes produtores de petróleo, que querem desejar introduzir esse tipo de energia.

O plano de fazer o renascimento da energia nuclear pode ser torpedeado pela Alemanha, a única grande economia que ainda resiste ao nuclear depois que a Itália, agora sob a direção de Silvio Berlusconi, decidiu apoiar a energia.

A chanceler alemã, Ângela Merkel, até aceitaria pôr fim ao plano herdado do governo Socialistas-Partido Verde, de fechamento progressivo das centrais até 2021. Mas



sabe que, se apoiar o nuclear G-8, corre o risco de quebrar a já frágil coalizão com os socialistas.

O G-8 prepara com o G-5 (Brasil, China, Índia, África do Sul e México) uma declaração conjunta sobre segurança energética e mudança climática, no qual aparecem as opções de energias renováveis e também do nuclear.

Deverão se comprometer a trabalhar na imposição de padrões de eficiência energética para construção de prédios, por exemplo, além de abordagem setorial no combate a emissões, por exemplos nos setores mais poluidores. (AM)

### **G-8 cobra garantias de sustentabilidade do etanol do Brasil** - Assis Moreira- Valor Econômico – Internacional - 08/07/2008

O presidente da Comissão Européia, José Durão Barroso, cobrou ontem do Brasil garantia de sustentabilidade do bioetanol - de que não destrói a Amazônia e não substitui produção agrícola. E deixou claro que o país só poderá avançar sua estratégia de transformar o bioetanol em commodity global se assumir "comprometimentos concretos" no combate a mudança climática.

As pressões sobre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aumentaram na véspera de sua participação no encontro anual do G-8, grupo das maiores economias e espécie de diretório econômico do planeta, refletindo a dificuldade da tarefa de propagar o etanol depois da virada na imagem do combustível.

O G-8 prepara-se para discutir nesta terça-feira o impacto do carburante verde na alta dos preços de alimentos. Indagado sobre o que esperava do Brasil, Barroso retrucou: "A UE defende que deve haver uso de bioetanol desde que não seja feito em substituição à produção agrícola e não destrua a floresta. Daí é importante que o Brasil e Lula dêem garantias de sustentabilidade do biocombustível".

Acrescentou que o "Brasil tem sido o campeão mundial na questão do biocombustível e a única forma de conseguir progresso nisso é precisamente com posição também mais ambiciosa na mudança climática, com comprometimentos concretos".

Para Barroso, a posição do presidente Lula sobre o clima na reunião com o G-8 será especialmente importante para influenciar o mundo em desenvolvimento. "Espero que seja um sinal importante para os países do Sul em geral", afirmou.

O encontro entre o G-8 e o G-5 (Brasil, China, Índia, África do Sul e México) ocorrerá nesta quarta-feira em meio a fortes divergências sobre o que fazer na luta contra a mudança climática, que implicará transformações gigantescas nas economias.

Pela quarta vez, José Durão Barroso representa a Comissão Européia no G-8 como membro pleno do grupo. Na prática, esse clube dos ricos tem nove membros, além dos Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Itália, Reino Unido, Canadá e Rússia.

Barroso conclamou os outros dirigentes a adotarem o compromisso "ambicioso e significativo" e a reconhecerem que os ricos devem reduzir as emissões líquidas de gases de efeito estufa em pelo menos 50% até 2050 comparado aos níveis de 1999. Mas acha que os países desenvolvidos deveriam ir além e se comprometerem com reduções entre 60% e 80% - numa posição oposta à dos Estados Unidos.

Além disso, defendeu que o G-8 consiga pelo menos um acordo de "princípio" para os industrializados cortarem emissões no médio prazo, provavelmente 2020, como reclamam as nações em desenvolvimento.

Nesse cenário, a UE quer engajar também os emergentes como Brasil, China e Índia e países em desenvolvimento em função de suas "responsabilidades comuns, mas diferenciadas e de suas capacidades respectivas".

Os europeus explicam que os "compromissos" com metas para os cortes ficam com os países ricos. E que, do lado dos emergentes como o Brasil, o que se quer é "plano de ação", por exemplo, para combater o desmatamento, desde que seja "verificável e monitorável".

Em entrevista em português, enquanto uma dezena de jornalistas japoneses gravavam tudo sem entender nada, Barroso disse que a UE está pronta a apoiar esses países com tecnologia e financiamento, inclusive para acelerar a produção da segunda geração de biocombustíveis, que não competem com a produção de alimentos.

No debate global sobre o impacto do biocombustível, ele reiterou que não é contra e sim a favor do carburante verde porque acha que pode ser parte da resposta de energia renovável para reduzir as emissões.

"Não é a solução, mas parte da solução", afirmou.

Mais tarde, uma fonte europeia esclareceu que a União Europeia vê exagero nas críticas envolvendo impacto de etanol na crise alimentar e que Bruxelas é "realmente" favorável ao produto sustentável.

Explicou que a garantia de etanol sustentável cobrada por Barroso ao Brasil poderia vir através de acordo bilateral, exigência de Bruxelas já revelada pelo Valor. Os europeus argumentam que isso é necessário até para tranquilizar os investimentos no setor, de que o produto não será afetado no comércio internacional.

"O ideal seria fazer isso num acordo internacional, como na Rodada Doha, mas como vai complicar, então é passar mesmo por acordo bilateral", disse a fonte.

Um relatório do Programa das Nações para o Meio Ambiente confirma que capital-risco e capital-investimento nos biocarburantes diminuíram quase um terço nos Estados Unidos no ano passado, ficando em US\$ 2,1 bilhões. Mas que o investimento no carburante verde não terminou completamente, com uma transição em direção ao Brasil, à Índia e à China.

Os europeus lembram que um ponto crucial da parceria estratégica da UE com o Brasil é na área energética, que significa basicamente etanol. Mas que Brasília precisa mostrar que o desmatamento da floresta amazônica diminuiu, e não o contrário, como foi anunciado justamente quando o presidente Lula se encontrava em Roma, no mês passado, durante o encontro de cúpula mundial que discutiu medidas contra a crise alimentar.

Em outro sinal do que espera Lula, o primeiro-ministro britânico Gordon Brown desembarcou no Japão preparado para pedir moratória sobre alguns biocombustíveis, que um estudo britânico acusa de contribuírem para a crise alimentar global.

O estudo faz uma distinção entre o bom e o mau etanol, alvejando visivelmente o produto dos Estados Unidos feito a partir de milho. No entanto, em meio ao debate, poucos fazem a distinção, o etanol brasileiro é também afetado e o plano brasileiro de tornar o produto uma commodity global também sofre.

**Brasil propará selo para o etanol** – Assis Moreira - Valor Econômico – Internacional -  
09/07/2008

O governo brasileiro considera que um selo sócio-ambiental para o etanol será uma garantia suficiente para que a União Européia aceite o biocombustível brasileiro como sustentável.

Foi o que indicou ontem o ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, ao reagir à cobrança do presidente da Comissão Européia, José Durão Barroso, de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva faria bem em dar garantias de que o etanol brasileiro não destrói a floresta e não substitui produção agrícola, para poder se expandir internacionalmente.

A idéia em Bruxelas é de arrancar do Brasil essa garantia através de um acordo bilateral. Amorim, porém, não vê necessidade disso, embora não o descarte. O selo sócio-ambiental pode vir através da certificação anunciada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva quando passou no ano passado em Bruxelas.

Barroso disse que a UE quer estimular sobretudo o etanol de segunda geração, que não concorre com a produção de alimentos. Lula deve insistir hoje que o etanol brasileiro já tem características que se assemelham a essa situação.

Os biocombustíveis continuam no debate, mas na declaração do G-5 ontem o presidente do México, Felipe Calderón, coordenador do grupo, não mencionou uma só vez o termo etanol.

Amorim disse, porém, que Lula abordou a produção do biocombustível tanto com Calderón quanto com os presidentes da China e da Coreia do Sul, com os quais teve reuniões bilaterais.

O chinês acenou também com aumento da cooperação na área de satélites. E o coreano acenou interesse pela licitação do trem-bala entre Rio de Janeiro e São Paulo. Hoje, em bilateral com o primeiro-ministro do Japão, Lula poderá reiterar a demanda de "estímulo" do governo japonês para empresas nipônicas investirem no Brasil, como ficou acertado durante a definição do modelo de TV digital.

O ministro Miguel Jorge chegou a qualificar o acordo que o Brasil fez com o Japão, na época, de puro "blá-blá-blá". Amorim reagiu ontem dizendo que já viu muito "blá-blá-blá" se transformar em realidade. (AM)

**Uruguai adere ao álcool combustível** - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico –  
Agronegócio - 11/07/2008

Foi um verdadeiro choque. Em 1950, quando a seleção uruguaia bateu o Brasil por 2 a 1 em pleno Maracanã, ninguém imaginava que o pequeno país sul-americano levantaria a taça Jules Rimet, sagrando-se campeão mundial. A verdade é que o Uruguai nunca aceitou o papel de coadjuvante, mesmo encravado entre o Brasil e a Argentina, dois protagonistas no mercado agrícola internacional.

E lá vem o Uruguai surpreender de novo. Fortemente dependente do petróleo, o país colhe este ano sua primeira safra de cana para a produção de álcool combustível, sem qualquer ajuda do Brasil, seu parceiro no Mercosul com maior expertise no assunto. Ainda

que os volumes de produção sejam baixos, cerca de 15 milhões de litros, o programa criado pelo governo uruguaio dá mostras de que está no caminho certo. Centenas de agricultores da região norte do país, que viviam de agricultura de subsistência, foram incluídos no projeto sucroalcooleiro do país.

Em entrevista ao Valor, Gerardo Gadea, vice-ministro de Indústria, Comércio e Energia do Uruguai, conta que o programa do álcool tem gerado novas oportunidades ao setor agrícola do país. E o maior impulso foi dado no ano passado, com a criação da lei número 18.195, garantindo "um marco jurídico claro que fomenta a produção de biocombustíveis".

Pela lei, a mistura de álcool na gasolina no país está estipulado em 5% até dia 31 de dezembro de 2014; o biodiesel em 2%, como mínimo, entre 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2010, para mesclar com gasolina e diesel. Depois, passa para 5% até 2012.

As energias não-renováveis do Uruguai representam 64% do total da matriz energética do país, com base no consumo de petróleo e gás. As renováveis respondem pelos 36% restantes. Do total, 16,2% são o uso de biomassa, 16,8% são hidroelétricas e energia importada, e 3% gás natural.

"Não dispomos de reservas de combustíveis fósseis. A possibilidade de incorporar as energias renováveis, como eólica, biomassa e biocombustíveis, permitirá ao país reduzir sua dependência do petróleo, gerando novas oportunidades ao setor agrícola", afirma Gadea.

Para colocar o programa em prática, a estatal petrolífera Ancap e a empresa, também estatal, de açúcar Alur, retomaram em 2005 o projeto sucroalcooleiro em Bella Unión, região norte do país. Em 2006, o país colheu sua primeira safra açucareira. Gadea lembra que esse setor encontrava-se totalmente desestruturado. A estatal já investiu cerca de US\$ 36 milhões, que inclui uma destilaria, uma caldeira e um turbo gerador.

No ano passado, a Alur desenvolveu um plano de desenvolvimento e fez aportes de US\$ 10 milhões para a instalação de uma caldeira em um engenho, substituindo equipamentos antigos. Essa caldeira é a maior do país e produzirá energia de 12 Megawatts a partir da queima do bagaço de cana. E possibilitará a venda de 10 MW de eletricidade para UTE, estatal de energia - a oferta mais barata de eletricidade gerada a partir da biomassa que a empresa já recebeu.

Se colocados no papel, os números viram traço, comparados ao Brasil, gigante em etanol. No Uruguai, a área plantada com cana saltou de 3 mil hectares em 2006, para 6,5 mil hectares em 2007. A previsão é que a Ancap comece a fazer a mistura de álcool na gasolina a partir do segundo semestre. A meta de curtíssimo prazo é atingir uma área de 10 mil hectares com cana para açúcar e álcool. Ainda é pouco. O Brasil ocupa 6 milhões de hectares de área com cana.

Para ter cana mais produtiva, a Ancap instalou uma área na zona de Belén, de 140 hectares, para pesquisar novas variedades. Outros 40 hectares foram destinados a 44 famílias de trabalhadores e produtores que não tinham acesso a terras. O governo estima que mais de 400 agricultores se vincularam ao projeto, incluindo assalariados rurais e pequenos produtores. Mas poderá ter a adesão total de 2.600 trabalhadores no campo e 950 na indústria.

**Indonésia faz acordo para etanol, mas barreira à carne segue firme** - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócio – 14/07/2008

A rápida visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Indonésia, no sábado, resultou em um acordo de cooperação em etanol, mas não aliviou a barreira dos asiáticos contra a carne bovina brasileira, o principal tema hoje na pauta de comércio bilateral.

Os frigoríficos Bertin e JBS-Friboi assinaram contrato de abastecimento de carne halal com a Dekopin, grupo de mais de 100 mil cooperativas da Indonésia, na frente do presidente Lula e do ministro de Agricultura daquele país, Anton Apriyantono, no encerramento de um seminário sobre a economia dos dois países, em um elegante hotel da capital. Mas isso só demonstra a impaciência de exportadores e importadores. Na prática, o mercado continua fechado. Logo após a assinatura do acordo, o ministro Apriyantono, caminhando um pouco atrás do presidente Lula, disse ao Valor que o sinal verde para a carne brasileira "vai demorar meses". Ele alegou que o Brasil "precisa estar totalmente livre de febre aftosa", confirmando que a Indonésia não aceita o princípio da regionalização sanitária, pelo qual o importador admite receber carne de áreas livres da doença, como ocorre com boa parte dos países.

A expectativa de Bertin e JBS-Friboi era poder exportar antes do Ramadã, em setembro, quando o consumo aumenta bastante. Trouxeram a Jacarta inclusive um representante da federação islâmica de São Paulo para garantir que o abate é feito em conformidade com a religião muçulmana. Está em jogo um negócio de mais de US\$ 300 milhões/ano. A Indonésia consumiu 396 mil toneladas de carne bovina em 2007, 30% do total importado de Austrália, Nova Zelândia e Canadá. Na semana passada, Jacarta proibiu a entrada da carne neo-zelandesa, alegando que o certificado de carne halal tem de vir em inglês e indonésio - o que foi interpretado como puro protecionismo.

O presidente Lula não mencionou publicamente uma só vez o termo "carne" na visita, mas foi pródigo em sua campanha para transformar o etanol em commodity mundial. O ministro do Desenvolvimento, Miguel Jorge, admitiu o pouco impacto do acordo bilateral de cooperação em etanol, notando que a Indonésia sequer sabe quando - e se - vai misturar o produto na gasolina.

Mas o acordo é politicamente sensível, porque pode misturar na opinião pública o etanol brasileiro com o óleo de palma indonésio, fonte importante para biodiesel. Se o etanol brasileiro pode ser submetido a critérios de sustentabilidade ambiental na Europa, o biodiesel de óleo de palma está excluído por causa da concorrência com produção agrícola e destruição da floresta. Lula defendeu os biocombustíveis das acusações de causar a alta dos alimentos, acusou a especulação no mercado de petróleo, voltou a defender uma reforma no sistema financeiro internacional e conclamou a Indonésia a atuar em conjunto com o Brasil porque, caso contrário, "corremos o risco de que nos passem uma conta pela qual não somos responsáveis".

Em sintonia com o governo da Indonésia, Lula conclamou - "por favor" - aos países ricos que não peçam para os países em desenvolvimento deixarem de crescer, com exigências de duras metas de redução de emissões de gases de efeito-estufa. E terminou afirmando que o Brasil não tem nem terá crise de energia "no curto prazo". E depois de falarem muito de etanol e crise alimentar, Lula e o presidente indonésio Susilo Bambang Yudhoyono subiram num carrinho elétrico e foram para o banquete no outro lado do palácio presidencial, no centro de Jacarta.

## AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL

### Biodiesel

#### **Brasil Ecodiesel recorre ao sócio para crédito** - Graziella Valenti – Valor Econômico – Investimentos - 29/07/2008

Antes de completar dois anos como empresa a aberta, a Brasil Ecodiesel está tendo de recorrer ao bolso de um de seus principais acionistas e fundador do negócio, Nelson José Côrtes da Silveira, para manter seus pagamentos. De junho para cá, ele concedeu dois empréstimos à empresa, num total de R\$ 30 milhões - pouco mais de cinco vezes o que a companhia tinha em caixa no final de março.

O primeiro empréstimo, de R\$ 25 milhões, por dois meses, foi assinado no fim de junho. E na sexta-feira passada, foi aprovada uma linha de mais R\$ 10 milhões à companhia, financiada metade por ele e o restante pelos bancos Fibra, ABN Amro e Fator. Ambas as operações são de curto prazo.

Em novembro de 2006, a empresa obteve R\$ 378 milhões na oferta inicial de ações na Bovespa. O plano original era que a operação rendesse, no mínimo, cerca de R\$ 540 milhões e, no máximo, R\$ 695 milhões.

O objetivo era aplicar 60% dos recursos obtidos em ampliação de capacidade, pesquisa e infra-estrutura, e os 40% restantes na melhoria do capital de giro e no pagamento de dívidas.

Entretanto, pouco mais de seis meses depois da captação, os recursos já tinham sido quase integralmente consumidos. A empresa tinha R\$ 23 milhões disponíveis. E, de lá para cá, o caixa continuou minguando.



Em março, a companhia contava com R\$ 5,8 milhões aplicados. As dívidas totais, por sua vez, somavam R\$ 235 milhões, sendo que R\$ 205 milhões com vencimento em 12 meses. Do total devido, cerca de 40% são créditos dos bancos que participaram junto com o Nelson da Silveira da linha aprovada na sexta-feira.

Em resposta enviada ao Valor por meio de porta-voz, a Brasil Ecodiesel alega ter preferido um empréstimo de seu sócio no lugar de um aporte de capital - que ampliaria a

participação dele no negócio - pela agilidade da operação. Um aumento de capital, mesmo que dedicado apenas aos atuais investidores, exige o cumprimento de passos legais, como o período de preferência aos acionistas. Além disso, afirmou que um mútuo - empréstimo entre partes de um mesmo grupo - é considerado uma opção de financiamento, assim como a obtenção de crédito com "bancos parceiros".

A companhia vem sofrendo com a alta no preço da soja, sua principal matéria-prima para o biodiesel. Além disso, enfrentou problemas pela não retirada do produto, vendido em alguns leilões à Petrobras. A própria empresa também não honrou alguns acordos, alegando inadimplência da estatal. A discussão foi parar na Justiça no começo deste mês, quando a Brasil Ecodiesel decidiu cobrar judicialmente multa da Petrobras - procurada, a empresa não comentou o assunto.

Questionada sobre o cenário adverso, a Brasil Ecodiesel alegou que não fala sobre seu desempenho financeiro sem que os números sejam públicos. O próximo balanço, referente a junho, será divulgado em 14 de agosto.

A companhia é uma das maiores vendedoras nos leilões de biodiesel feitos pela Agência Nacional (ANP) e Petrobras. Entretanto, o baixo preço que vem oferecendo, somado à alta da cotação da soja, está retirando a rentabilidade do negócio.

No balanço dos três primeiros meses deste ano, o valor líquido das vendas não cobriu nem mesmo os custos do produto. Enquanto a receita líquida foi de R\$ 167,2 milhões, os custos somaram R\$ 180,3 milhões.

O prejuízo líquido da empresa ficou em R\$ 14,9 milhões. A perda na última linha só não foi maior porque a companhia teve uma receita extraordinária de R\$ 20 milhões referente a multas pagas por distribuidores de combustíveis que compraram mas não retiraram biodiesel da empresa.

No mercado, a percepção sobre a situação da companhia não é das mais animadoras. As ações acumulam perda de 76% frente ao preço da oferta na Bovespa - quando cada papel foi avaliado em R\$ 12,00. Ontem, o fechamento na bolsa apontava R\$ 2,88 para as ações. Nem mesmo as movimentações societárias que eliminaram a presença do sócio oculto do bloco de controle aliviaram as pressões sobre a empresa.

Em maio, o fundo estrangeiro Eco Green Solutions deixou o acordo de acionistas e vendeu suas ações ao sócio Nelson Côrtes da Silveira e à empresa Zartman Services, de Evron Zartman Vogt. Silveira ficou com 21% da empresa e a Zartman, com outros 29%.

Desde a oferta inicial de ações, a existência de um sócio oculto pesava sobre o negócio. Especialmente, pelas suspeitas (não confirmadas) de que o sócio por trás do fundo sediado em paraíso fiscal fosse Daniel Birmann, sócio de Silveira no início da empreitada. O tema era delicado porque o empresário, dono do grupo Arbi, foi inabilitado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para exercer cargo de administrador de companhias abertas (cabe recurso).

A discussão prejudicou a colocação de ações e a companhia captou 50% menos do que poderia.

Quando reorganizou sua estrutura societária, em meados de maio, a expectativa de Silveira, que na época conversou com o Valor, era que a Brasil Ecodiesel conseguisse melhorar o acesso a crédito, bem como a atratividade frente investidores de longo prazo, para eventuais novos aportes. No entanto, os sinais são de que o resultado pretendido ainda não foi alcançado. O sócio, que comprou parte das ações da Eco Green, continuou usando seus recursos na companhia.

**Petrobras inicia produção de biodiesel** - Raquel Salgado – Valor Econômico –  
Agronegócios - 29/07/2008

A Petrobras inaugura hoje sua primeira usina de biodiesel no país. A unidade, localizada em Candeias, cidade a 50 km da capital baiana, tem capacidade de produção de 57 milhões de litros por ano e iniciará sua operação com a presença do presidente Lula - mas processando oleaginosas compradas de médios e grandes produtores e utilizando inclusive soja cultivada em Goiás e em Mato Grosso.

Os produtos da agricultura familiar, como mamona, dendê e girassol, sempre exaltados pelo presidente como uma opção de atividade econômica para as famílias mais pobres do país, deverão chegar à usina a partir de outubro, e irão conviver com a presença de soja e outras oleaginosas vindas de fazendas que praticam, segunda a empresa, "a agricultura intensiva".

Segundo a Petrobras, 58% do volume de matéria-prima a ser processada neste ano foi adquirido da agricultura familiar. No Nordeste, para se valer de benefícios fiscais do governo federal concedidos à produção de biodiesel, a empresa deve adquirir pelo menos 50% dos insumos de pequenos agricultores familiares. A Petrobras espera que esses produtores forneçam nesse plantio 48,8 mil toneladas de grãos, sendo 30,6 mil toneladas de mamona, 18,2 mil toneladas de girassol e 1 mil toneladas de óleo de dendê.

A usina de Candeias absorveu investimento de R\$ 101 milhões e empregará 64 funcionários. Junto com duas unidades a serem inauguradas no fim de agosto - uma em Quixadá (CE) e outra em Montes Claros (MG) -, será controlada por uma nova empresa da estatal, a Petrobras Combustível. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciará hoje o quadro de diretores dessa companhia, que tem como presidente Alan Kardec. O investimento total nas três usinas será de R\$ 295 milhões.

Segundo Kardec, a decisão de criar uma nova empresa, que integrará atividades que já existem em diversos órgãos da Petrobras, foi tomada em março deste ano. "Com isso podemos contribuir para a redução do aquecimento global no planeta e agregar valor ambiental à questão da energia".

Maria das Graças Foster, diretora de gás e energia da Petrobras, diz que não é possível dar início à atividade da usina só com produtos da agricultura familiar porque essa cadeia ainda precisa de mais estrutura e escala de produção.

Em busca de maior produtividade para a usina de Candeias, a Petrobras forneceu 205,2 toneladas de sementes de mamona e girassol certificadas pela Embrapa a agricultores da Bahia e de Sergipe e contratou empresas de assistência técnica e rural para fornecer orientação aos agricultores no plantio e na colheita. No total, 28,9 mil agricultores plantam oleaginosas para surpreender esse empreendimento.

Maria lembra que o projeto dessas usinas nasceu há cerca de seis anos, quando a empresa construiu no Rio Grande do Norte uma planta para estudar o processamento desse tipo de combustível. "Agora, a partir de amanhã [hoje], seremos uma empresa que produz biodiesel em escala comercial", comemora.



## **Etanol**

**Governo controlará produção de álcool** – Luciana Otoni – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/07/2008

**Receita Federal vai instalar medidores de vazão nas usinas do combustível para coibir sonegação fiscal e arrecadar mais - Quase 50% da arrecadação de PIS/Cofins no setor de combustíveis, de R\$ 7,5 bi no primeiro semestre do ano, se deve à venda de álcool**

Preocupado com sonegação e visando aumentar sua arrecadação, o governo irá controlar a produção nacional de álcool. A Receita Federal fará o monitoramento diário da produção, com medidores de vazão que serão instalados nas usinas de álcool, que chegam a 350 e que produzem 24 bilhões de litros do combustível por ano. Do total de usinas, 170 operam no Estado de São Paulo.

Para tornar o controle eficaz, a Receita Federal alterou as regras de incidência de PIS/Cofins. Os dois tributos, que, de acordo com a Receita, somam 11,85% dos impostos do álcool, incidem sobre o faturamento e passam a ser concentrados nas usinas como forma de conter a sonegação, principalmente entre as distribuidoras e os postos de venda de biocombustível. Hoje eles são cobrados também nos postos.

Os procedimentos vão ser adotados a partir de resolução a ser publicada pela Receita brevemente.

O controle da produção do álcool é estratégico. Combustível que confere competitividade ao Brasil no exterior e que é motivo de discórdia entre os países produtores e os não-produtores, o álcool proveniente da cana-de-açúcar é um dos setores com maiores perspectivas de crescimento.

De acordo com a Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), US\$ 33 bilhões serão investidos entre este ano e 2012 na construção de novas usinas e na ampliação das já existentes. A meta é elevar a produção para 46,9 bilhões de litros em 2015 e para 65,3 bilhões de litros em 2020.

**Arrecadação** - O aumento da produção se destina a atender o crescimento do consumo no mercado interno, favorecido pela ampliação da frota de veículos flex, e pelas maiores perspectivas de exportação. E, para a Receita, não passou despercebido que esse forte desenvolvimento vai se refletir na arrecadação.

Segundo a Receita, o segmento de combustível é o segundo maior na arrecadação de PIS/Cofins. No primeiro semestre deste ano, a receita nesse setor foi de R\$ 7,485 bilhões, dos quais cerca de 50% devido à venda de álcool.

Embora esse número esteja 13% acima do recolhido em igual período do ano passado, a Receita avalia que o resultado poderia ser melhor se não fosse a sonegação, principalmente entre distribuidores.

O controle da produção de álcool é determinado pela lei nº 11.727, que entrou em vigor no final de junho e que estabelece outubro como mês de início do monitoramento. Assim como já é feito nas indústrias de cigarro e nas fábricas de refrigerantes, os medidores de vazão farão a leitura instantânea da produção de álcool nas usinas, informação que vai ser transmitida de forma simultânea, várias vezes por dia, à Receita.

O fisco irá comparar se o volume produzido nas usinas é compatível com o recolhimento de PIS/Cofins e das notas emitidas pelas distribuidoras e pelos postos.

**Apoio** - Oficialmente, o setor afirma apoiar as medidas do governo. "No setor, principalmente na distribuição, há empresas clandestinas, que não recolhem impostos, vendem o combustível por preço baixo e depois somem, fecham as portas e abrem outro negócio para começar de novo. Isso é concorrência desleal", diz o diretor técnico da Unica, Antônio de Pádua Rodrigues.

O vice-presidente-executivo do Sindicom (Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes), Alísio Mendes Vaz, foi outro que apontou os medidores de vazão e a mudança nos tributos como positivos para inibir companhias clandestinas. "Existem empresas oportunistas que se mantêm à base da sonegação. Em seis meses, algumas conseguem sonegar milhões e, com isso, baixam o preço do álcool nas bombas e alcançam lucros altíssimos", afirmou o dirigente.

A Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) é outra entidade que avalia o controle como positivo. Benedito da Silva, diretor de Agronegócio, disse que o controle é necessário para que o álcool tenha a sua produção regulada -visando à intenção de se tornar uma commodity.

### **"Cana em pé" atingirá 5% da produção – Valor Econômico – Agronegócios - 17/07/2008**

As usinas do centro-sul do Brasil deixarão de colher 5% da oferta total de cana nesta safra, a 2008/09, por causa do clima chuvoso no início da colheita, segundo relatório de oferta e demanda da consultoria Job Economia e Planejamento. Tradicionalmente, o volume de "cana em pé" gira em torno de 2%.

As chuvas ocorridas em maio no centro-sul atrasaram a moagem e também afetaram a produtividade da matéria-prima.

Para o Brasil, a Job estima uma produção de 555 milhões de toneladas de cana, alta de 12,5% sobre o ciclo anterior. O centro-sul terá uma oferta disponível de 487 milhões de toneladas. As usinas do Nordeste vão colher 68 milhões de toneladas. Para essa região, as

chuvas entre março e maio foram benéficas - a estimativa anterior era de 62 milhões de toneladas.

A produção nacional de açúcar será de 30,2 milhões de toneladas, recuo de 2%. A de álcool subirá 21,3%, para 27,1 bilhões de litros. Mas com o maior consumo e embarques crescentes, os estoques de passagem serão apertados e os preços na entressafra firmes.(MS)

### **ADM estréia na produção de álcool no Brasil - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 28/07/2008**

A gigante americana de etanol e grãos Archer Daniels Midland (ADM) deve anunciar no dia 20 de agosto sua estréia na produção de álcool no Brasil. O Valor apurou que a companhia será sócia de uma usina em Jataí (GO) e terá uma participação em outra unidade no mesmo Estado.

O anúncio deverá ser feito pela CEO da companhia, Patricia Woertz, que chega ao país no dia 19 e volta para os EUA três dias depois. A sociedade deverá ser formalizada durante a passagem da executiva pelo Brasil. A gigante assinou um pré-acordo de sociedade com o Grupo Cabrera, comandado pelo ex-ministro da Agricultura Antonio Cabrera. Patricia não pretende falar com a imprensa durante sua visita. E aproveitando sua estadia no Brasil, visitará a Amazônia.

Cabrera tem dois empreendimentos sucroalcooleiros no Estado de Goiás. Uma das usinas está sendo erguida em Jataí, no sudoeste goiano, e a outra unidade - que ainda não saiu do papel - deverá ser construída em Itarumã. Os investimentos totais em cada usina estão estimados em R\$ 400 milhões pelo mercado.

Os dois projetos de usina de álcool prevêem moagem de 3 milhões a 4 milhões de toneladas cada uma. A primeira unidade deverá entrar em operação em 2010. O Valor apurou que a ADM deverá ser acionista majoritária da unidade de Jataí e terá participação minoritária na unidade de Itarumã.

Com 82 mil habitantes, a cidade de Jataí tem quatro projetos para construção de usinas de etanol. Um deles, em fase mais adiantada, está sendo coordenado pelo grupo Cosan e entra em operação em 2009. O outro está sendo tocado pelo grupo Cabrera, e começa a operar em 2010.

André Rocha, presidente do Sindicato das Indústrias de Açúcar e Álcool de Goiás, confirmou o investimento da ADM no Estado. Goiás tem uma produção estimada de 33 milhões de toneladas de cana na safra 2008/09. Mas nem todo esse volume será processado pelas 19 usinas no Estado este ano por causa do clima. "Vários grupos voltaram-se para o Estado de Goiás porque há terras disponíveis."

Fundada em 1902 e com sede em Decatur, Illinois, a ADM é uma das maiores indústrias agrícolas do mundo, com faturamento líquido de US\$ 44 bilhões em 2007. Gigante em grãos, a ADM também é a maior produtora de etanol de milho dos EUA.

No Brasil, a ADM está entre as principais processadoras de soja. O interesse do grupo em produzir álcool no Brasil é antigo, mas o projeto não saía do papel porque a empresa não encontrava um forte parceiro agrícola. Nos últimos meses, a CEO da companhia esteve várias no país, visitando possíveis áreas para o grupo fazer investimentos. Procurada pelo Valor, a ADM informou, por meio de sua assessoria, que o

grupo mantém "constante interesse no mercado brasileiro e no setor de açúcar e álcool. No entanto, ressalta que não há qualquer acordo firmado, no momento".

Já o grupo Cabrera foi fundado em 1895 pelo avô do ex-ministro. Com tradição em pecuária leiteira e soja, a família Cabrera decidiu investir em usina em 2006. Além dos investimentos em Goiás, os Cabrera também estão fazendo aportes em uma usina sucroalcooleira no Triângulo Mineiro, em Limeira do Oeste. Procurado, Cabrera confirma os projetos de Goiás. Em relação ao seu futuro sócio, o ex-ministro não confirma, mas não desmente a parceria com o grupo americano

### **Zoneamento da cana no país deve blindar Amazônia Legal** - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 28/07/2008

O levantamento das áreas de exclusão e de aptidão plena para o plantio de cana-de-açúcar no Brasil, com atenção especial para o cinturão de proteção da Amazônia Legal, identificou a existência de 30 milhões a 40 milhões de hectares de terras, preferencialmente ocupadas hoje por pastagens, como disponíveis e recomendadas para o cultivo de cana nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste.

O estudo do consórcio de cinco órgãos de pesquisa estatais, que será apresentado amanhã ao ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, sugere forte restrição a áreas com temperatura média anual abaixo de 19°C e risco de geadas acima de 15%, apurou o Valor com secretarias estaduais com acesso aos dados.

A pesquisa sugere a exclusão de regiões com baixa deficiência hídrica, superior a 120 dias, no período entre setembro e março. O máximo de quebra de safra tolerada seria de 20% para variedades de cana com até cinco cortes. Por isso, os cientistas aconselham o governo a limitar o déficit hídrico a 200 ou 300 milímetros. O trabalho sugere ainda evitar recomendações em áreas com 90 dias sem excedente hídrico na época da colheita, além de desestimular incentivos em zonas de reservas florestais e beiras de rio. O governo deve aplicar como "filtro" os mapas de logística e hidrologia, ainda não considerados pela pesquisa. Essas áreas de exclusão devem sofrer limitações de financiamento do BNDES à construção ou ampliação de usinas de etanol, restrições na concessão de crédito rural ao plantio de cana e a redução na cobertura de seguro oficial. A adoção de eventuais medidas dependem de uma negociação política com o Congresso Nacional e também estão condicionadas a um acordo entre os ministérios, sobretudo da Agricultura e do Meio Ambiente, além de um consenso com a equipe econômica do governo.

Se tornadas exigências legais pelo governo, as recomendações devem criar uma "blindagem técnica" para o cultivo da cana na Amazônia Legal, avaliam os especialistas. A região amazônica, e também algumas áreas de transição entre o Cerrado e a floresta, não combinam com as condições de solo e de chuva indicadas pelo consórcio composto por pesquisadores de Embrapa, IBGE, Unicamp, Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Para determinar essas variáveis, os cientistas adotaram oito tipos de mapas com informações sobre clima, solo, relevo e uso atual das áreas, além de dados do zoneamento agrícola, que usa o monitoramento de quatro mil pontos de chuvas nos últimos 20 anos.

O estudo do consórcio do zoneamento da cana recomenda a utilização de terras com declividade máxima de 12%. O objetivo é incentivar a mecanização e evitar o uso de

queimadas nas futuras áreas de produção, condições impostas pelo Ministério do Meio Ambiente. As regiões mais favoráveis precisam ter média anual acima de 20°C , produtividade superior a 60 toneladas de cana por hectare e risco de geada menor que 15%. As recomendações, ainda sujeitas a injunções políticas no governo e no Congresso, exigem irrigação de "salvamento" (após o plantio) em áreas de Cerrado na linha acima de Goiânia (GO).

As recomendações dos cientistas excluem, em uma avaliação técnica preliminar do trabalho, áreas dedicadas à produção intensiva de grãos, como as fronteiras agrícolas do sul do Maranhão e do Piauí, além do sudoeste de Goiás, onde existe forte resistência à expansão da cana. Em Tocantins, seriam não-recomendadas as zonas próximas à Ilha do Bananal. Em Mato Grosso, seriam desencorajados empreendimentos na região de Rondonópolis e no médio norte do Estado, onde estão Sorriso, Sinop, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum.

Os "incentivos" do governo na Amazônia Legal seriam para a região de Gurupi (TO) e no Vale do Araguaia (MT). Os estudos estimam que a cana poderia ocupar até 2 milhões dos atuais 5,6 milhões de hectares de pastagens de Tocantins. Em Mato Grosso, poderiam ser convertidos até 3 milhões dos atuais 15,6 milhões de hectares de pastos.

À exceção do litoral, o Estado de São Paulo, maior produtor nacional de cana, estaria totalmente apto a novos cultivos. Sobretudo a região de Araçatuba. A pesquisa estima um crescimento potencial de 30% a 40% em áreas hoje ocupadas por pastagem São Paulo.

Outras áreas bastante promissoras, segundo o consórcio de pesquisadores, seriam o noroeste do Paraná, a região do chamada arenito cauiá, onde a cultura tem se adaptado facilmente. O norte do Rio Grande do Sul, o Triângulo Mineiro e o sul de Mato Grosso do Sul também seria zonas de alto potencial de solo, clima, relevo e uso atual para o plantio da cana.

### **Combate à sonegação em discussão – Monica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 29/07/2008**

As usinas do segmento sucroalcooleiro estão discutindo com a Receita Federal qual a melhor maneira de controlar o álcool combustível que sai das unidades produtoras para as distribuidoras do país, com o objetivo de evitar a sonegação fiscal do produto no mercado. A implantação de medidores de vazão de álcool é uma das alternativas, mas o martelo ainda não foi fechado. A decisão deve sair até outubro.

"Não há uma tecnologia ainda eficiente para esses tipos de medidores de vazão de álcool nas usinas", afirmou Antonio de Padua Rodrigues, diretor-técnico da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica). "No Mato Grosso, usinas do Estado em parceria com a Secretaria da Fazenda chegaram a implantar medidores de vazão. Mas não deu certo porque os medidores não eram eficientes. Tem que ter uma tecnologia voltada para o setor". Segundo Rodrigues, esse controle do álcool comercializado é feito pelo Ministério da Agricultura, que recebe relatórios mensais das usinas sobre os volumes negociados por cada unidade.

O controle da produção de álcool combustível faz parte do pacote da lei 11.727 (ex-Medida Provisória 413). Por essa lei, houve uma mudança no regime de cobrança de PIS e

Cofins na cadeia produtiva do álcool. A partir da entrada em vigor da lei, prevista para 1º de outubro, as usinas serão responsáveis pelo recolhimento de 40% dos impostos e as distribuidoras ficarão com 60%. Antes, somente as distribuidoras recolhiam os impostos.

Estimativas de mercado apontam que a sonegação na venda de álcool combustível chega a R\$ 1 bilhão por ano, o que equivale a cerca de 2 bilhões de litros. Para frear a sonegação, a ANP (Agência Nacional do Petróleo e Biocombustíveis) exigiu em 2006 a adição de corante amarelo na venda de álcool anidro para coibir as irregularidades. As medidas ajudaram a reduzir, mas não coibiram totalmente a prática irregular.

Com as alterações impostas com o novo recolhimento do PIS e Cofins, o governo espera aumentar mais a arrecadação. **\*(MS)**

### **Aposta no álcool é reforçada – Valor Econômico – Agronegócio - 29/07/2008**

Além de biodiesel, a Petrobras Combustível também ficará responsável pelos projetos de etanol da estatal. Após investir US\$ 45,4 milhões em uma usina de etanol em parceria com a empresa japonesa Mitsui e o grupo Cerrado Açúcar e Álcool, a estatal pretende investir em outros 22 complexos bionergéticos (CBios) para, até 2012, produzir 4,75 bilhões de litros de etanol por ano.

Segundo o presidente da Petrobras Combustível, Alan Kardec, toda a produção será voltada para a exportação. Segundo ele, o mundo está ávido por combustíveis menos poluentes e é importante para a empresa garantir mercados de longo prazo, para não ficar dependente apenas do mercado físico. A estatal voltará a produção para o mercado externo para evitar entrar na disputa com grandes grupos nacionais pelo mercado interno.

A Petrobras Combustível terá atuação global, mas não ficará com a logística de distribuição e comercialização dos produtos. "Isso fica com a Petrobras-mãe. Não faz sentido duplicar tais processos", explicou Kardec.

A usina Itarumã, localizada na cidade de mesmo nome em Goiás, produzirá 200 milhões de litros de etanol por safra. As operações da unidade terão início em 2011. "Nossa crença nesse produto é muito grande. Vamos agregar valor à geração de emprego e renda no campo", avaliou Kardec. Ele afirmou que a empresa também já tem estudos avançados de projetos para gerar etanol de segunda geração, ou seja, o de biomassa, feito com o bagaço da cana. "Podemos aumentar em 60% a produtividade do processo." **(RS)**

**Bunge planeja construir três usinas em Tocantins** - Mônica Scaramuzzo e Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico – Agronegócio - 30/07/2008

A gigante americana Bunge prepara-se para expandir suas operações no segmento sucroalcooleiro. Na cidade de Pedro Afonso, no Tocantins, começou a plantar cana em uma área pequena, de cerca de 2,2 mil hectares. Mas os planos da companhia são mais ambiciosos. A multinacional pretende ampliar os canaviais para quase 100 mil hectares, suficientes para abastecer três usinas de açúcar e álcool que o grupo planeja construir no Estado.

O governo de Tocantins informou que os três projetos de usinas da Bunge devem somar aportes de R\$ 1 bilhão, e que a primeira unidade entrará em operação em 2011. A Bunge começou o plantio dos viveiros de cana e criou uma empresa para fazer as contratações de trabalhadores. "A empresa protocolou no início deste ano os projetos de três usinas. E também deverá construir uma esmagadora de soja no Estado", afirmou ao Valor Roberto Saihum, secretário de Agricultura de Tocantins.

Os planos da Bunge para açúcar e álcool não se restringem às fronteiras do cerrado brasileiro. O Valor apurou que a Bunge também tem interesse em ativar o projeto Nova Ponte. Esse projeto foi adquirido pela múlti quando a companhia comprou a usina Santa Juliana, no Triângulo Mineiro, que pertencia ao grupo alagoano Triunfo, em setembro de 2007. Nesse pacote fechado com o Triunfo, além da usina em operação, a compra incluía a construção de uma nova unidade (Nova Ponte), também na região do Triângulo Mineiro.

À época, a Bunge informou que não tinha interesse em tocar essa segunda usina. Tradicional em grãos, a empresa também opera desde fevereiro de 2006 uma trading de açúcar no país. A interlocutores ouvidos pelo Valor, Carlo Lovatelli, diretor da Bunge no país, confirmou a estratégia da empresa em avançar no mercado brasileiro de açúcar e álcool nos próximos anos. Procurados, Bunge e Lovatelli não comentaram as informações.

A entrada da Bunge na produção de açúcar e álcool ocorreu somente no ano passado, muito tempo depois que outros grupos nacionais e estrangeiros anunciaram - e desistiram no meio do caminho - a construção e a compra usinas. De acordo com fontes do setor, o grupo "perdeu o timing". Outros especialistas, no entanto, defendem que o atual momento de investimentos nesta área é oportuno, já que a euforia com o "boom" de anúncios nesse segmento passou.

Fontes do segmento afirmaram que os investimentos em cana-de-açúcar em Tocantins podem ser mais caros, considerando que o plantio de cana tem de ser irrigado. O Estado tem apenas duas usinas sucroalcooleiras - e uma delas ainda não entrou em operação. A área plantada com cana ocupa cerca de 9,2 mil hectares no Estado, incluindo os viveiros da Bunge, segundo informou o secretário Saihum.

Apesar das críticas, o Estado é considerado a nova fronteira e pode se tornar atraente para escoamento da produção pela ferrovia Norte-Sul. "A produtividade com a cana irrigada chega a 120 toneladas por hectare. Mas trabalhamos com a média do centro-sul, de 85 toneladas médias", afirmou o secretário. O Estado oferece isenção de recolhimento de ICMS por 15 anos. "Cada caso é um caso. Analisamos cada empresa e concedemos o incentivo fiscal para que m tem interesse em se instalar no Estado." De acordo com Saihum, o grupo ainda não definiu como serão os investimentos em soja.

## **Colheita de cana avança no centro-sul do Brasil – Valor Econômico – Agronegócios - 30/07/2008**

A colheita de cana da safra 2008/09 avançou no centro-sul do país, beneficiada pelo clima seco nas regiões produtoras, segundo levantamento da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica). Até o dia 16 de julho, a moagem da matéria-prima totalizou 176,36 milhões de toneladas, com aumento de 5,7% sobre igual período de 2007/08.

Confirmando as estimativas anteriores da Unica, o perfil da produção mantém-se alcooleiro. Até 16 de julho, 60,49% da matéria-prima processada foi direcionada para a produção de etanol e 39,51% para açúcar. As usinas produziram, no mesmo período, 8,47 milhões de toneladas, 10,8% menos, e industrializaram 7,94 bilhões de litros de etanol, volume 9,31% mais sobre igual período do ano passado. Das 32 novas unidades previstas para entrar em operação nesta safra, somente dez estavam produzindo em 16 de julho, ainda segundo a Unica.

De acordo com consultorias independentes de açúcar e álcool, as usinas do centro-sul deverão colher menos cana que a oferta disponível por conta do atraso da colheita no início da safra. A Datagro, por exemplo, prevê que a colheita atinja 488 milhões de toneladas. Segundo a consultoria, cerca de 5% da cana ficará em pé. (MS)

## **POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEIS**

### **Biodiesel**

## **Governo cria a Petrobras Biocombustível - Maurício Thuswohl – Carta Maior – 31/07/2008**

Presidente Lula empossa diretoria da nova subsidiária no mesmo dia da inauguração da primeira das três usinas que a Petrobras está construindo no país para produzir biodiesel. Estimativa do governo é alcançar, com a nova empresa, a produção de 170 milhões de litros de biodiesel por ano.

RIO DE JANEIRO – A promessa feita pelo governo de criar uma empresa para cuidar exclusivamente dos biocombustíveis começou a se tornar realidade na terça-feira (29), quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva empossou a diretoria da Petrobras Biocombustível. A posse do presidente e dos quatro diretores da nova subsidiária aconteceu na cidade de Candeias (BA), minutos depois da inauguração oficial da primeira das três usinas que a Petrobras está construindo no país para produzir biodiesel.

Segundo a Petrobras, a usina instalada na Bahia tem capacidade para produzir 57 milhões de litros de biodiesel por ano, e está apta a trabalhar com matérias-primas de origem vegetal (mamona, girassol, soja, algodão, etc) e animal (sebo bovino, suíno ou de frango), além de óleos utilizados na fritura de alimentos. Com previsão de investimentos de



US\$ 1,5 bilhão até 2012, a Petrobras Biocombustível irá administrar duas outras usinas \_ em Quixadá (CE) e Montes Claros (MG) \_ que deverão entrar em operação até outubro. As três usinas, quando estiverem operando com capacidade completa, deverão alcançar a produção anual de 170 milhões de litros de biodiesel.

O presidente da Petrobras Biocombustível é o ex-gerente de Abastecimento da Petrobras, Alan Kardec. Experiente na gestão de usinas, Kardec travou recentemente intensa disputa política pela Diretoria de Abastecimento da Petrobras, mas acabou vencido por Paulo Roberto Costa, que permaneceu no cargo com o apoio do PT. Na presidência da nova subsidiária, Kardec conta com o apoio de diversos partidos da base aliada, como PCdoB, PMDB e PP.

A mistura de perfil técnico com apoio político também prevaleceu nas escolhas de Chanan Rubin (33 anos de Petrobras) para a Diretoria Corporativa e Financeira, de Ricardo Castello Branco (31 anos de Petrobras) para a Diretoria Industrial e de Fernando Cunha (30 anos de Petrobras) para a Diretoria de Participações. Rubin e Castello Branco contam com a simpatia dos sindicalistas e petroleiros, e Cunha, que era gerente de biocombustíveis da área internacional da Petrobras, foi indicado pelo PTB.

Para um lugar estratégico e que deve funcionar como o principal elo da nova empresa com a cadeia produtiva de biocombustíveis \_ a Diretoria de Desenvolvimento Agrícola e Suprimento \_, o presidente Lula já havia manifestado a intenção de nomear alguém de sua estrita confiança e de peso político. A escolha recaiu sobre o ex-ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, que já foi vice-governador do Rio Grande do Sul e tem grande experiência administrativa.

**Agricultura familiar** - Durante a inauguração em Candeias, Lula lembrou que a agricultura familiar será responsável pelo fornecimento de 58% do total de matéria-prima comprada para o funcionamento da usina: “A agricultura familiar pode compatibilizar a produção do alimento que comemos com o combustível que precisamos para transportar esse alimento até aos consumidores brasileiros. Não há incompatibilidade. É só fazer um zoneamento agrícola correto, demarcar a área para cada coisa”, disse o presidente.

Logo após a posse do presidente e dos diretores, aconteceu a primeira reunião do Conselho de Administração da Petrobras Biocombustível. Presidente do conselho, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, disse que a chegada da nova empresa vai permitir “um salto produtivo” para a agricultura familiar: “Estamos certos de que, com a Petrobras Biocombustível, os agricultores familiares passarão não somente a produzir mais oleaginosas para biocombustíveis, como também mais alimentos”, disse o ministro. O presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, anunciou que 28.922 produtores vinculados a cooperativas ou associações de agricultores familiares de 264 municípios da Bahia e de Sergipe já plantam girassol ou mamona para o suprimento da usina de Candeias. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Petrobras forneceu 205,2 toneladas de sementes de mamona e girassol certificadas pela Embrapa para agricultores dos dois estados, além de contratar empresas de assistência técnica e extensão rural para orientar os agricultores durante o plantio e a colheita.

**Biodiesel provoca alta no diesel e pressiona inflação** – Juliana Rocha – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/07/2008

A exigência do governo federal de elevar o percentual de biodiesel na mistura do diesel, em tempos de alta das commodities, fez com que o preço do combustível subisse 2,1% na bomba em julho, em comparação com o preço médio de maio. O reajuste tem efeito cascata na inflação, porque provoca elevação dos custos do frete e dos produtos no atacado até chegar ao varejo. O setor de logística responde por 76% do consumo de diesel no país.

Preocupado com o impacto na inflação, o Ministério da Fazenda monitora a escalada semanal dos preços dos combustíveis de perto. A Folha apurou que o reajuste do diesel em julho ficou dentro da expectativa da equipe econômica. Os técnicos da Fazenda projetavam que, ao aumentar o percentual obrigatório de biodiesel na mistura do diesel de 2% para 3%, o reajuste de preços seria também de 2% a 3%.

A Fazenda esperava, ainda, reajuste de 11% no diesel de maio a julho. O reajuste nos últimos três meses foi de 11,6%. O impacto dessa alta de preços no IPCA -índice usado no controle da meta de inflação- é de 0,02%. A projeção de aumento nos últimos três meses inclui o reajuste de 15% na refinaria, praticado pela Petrobras em maio. A variação cai para o consumidor final por causa do desconto da Cide-Combustíveis. Para um técnico da Fazenda, o preço do diesel não deve subir mais no segundo semestre. Ele pondera que a cotação internacional da soja estacionou e não há projeção de reajustes abruptos até o fim do ano.

O secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, José Lima de Andrade Neto, não arrisca projeções para o segundo semestre. Ele lembra que na primeira semana de agosto haverá um leilão de biodiesel para a fabricação de diesel do quarto trimestre do ano. O resultado, segundo ele, dará uma indicação de como os preços vão se comportar.

Andrade admite que a nova fórmula da mistura do diesel e a escalada de preços das commodities pesaram no aumento.

Segundo o presidente do Sindicom (Sindicato das Distribuidoras de Combustível), Alíseo Vaz, o aumento do preço do biodiesel foi de cerca de 70% no leilão para o terceiro trimestre, de R\$ 1,80 o litro para R\$ 3,10. "Quase 80% desse reajuste foi culpa do aumento da soja no período", disse.

**Repassa integral** - O presidente do sindicato das distribuidoras lamenta a decisão do governo de aumentar o uso de biodiesel no diesel neste momento. Ele disse que as distribuidoras pretendem repassar todo o reajuste para o consumidor final. "Isso afeta principalmente o custo para o caminhoneiro. Não temos como segurar esse custo nas distribuidoras. É tudo repassado."

Vaz também acredita que o ritmo de aumento de preços registrado desde maio não deverá se manter. Para ele, o impacto dos reajustes de commodities e da mudança na

fórmula da mistura já foi inteiramente repassado ao consumidor. Mais otimista, a ANP (Agência Nacional do Petróleo), responsável pela coleta de preços dos combustíveis, prevê queda do diesel até o fim do ano. A agência rejeita também a justificativa de que as commodities agrícolas, como a soja, sejam responsáveis pelo aumento. "O reajuste no preço do diesel, nas últimas semanas, ainda é, em parte, reflexo do aumento de 15% no preço do diesel nas refinarias, em maio. O impacto do aumento da mistura de 2% para 3% do biodiesel no diesel foi mínimo. A ANP entende que esse reajuste é transitório e até o final do ano o preço do diesel deverá cair um pouco", disse a ANP, em nota.

**Governo enterra de vez biodiesel feito só com mamona – Humberto Medina – Folha de São Paulo – Dinheiro - 29/07/2008**

**Para a ANP, combustível é muito viscoso e pode danificar os motores; oleaginosa foi carro-chefe no programa do biodiesel - Mas Minas e Energia diz que processo de fabricação consegue trazer ao óleo de mamona a viscosidade exigida pela norma da ANP**

Desde março não é mais tecnicamente possível produzir biodiesel usando apenas óleo de mamona. A oleaginosa, ex-vedete do programa, não reúne as condições técnicas definidas pela ANP (Agência Nacional do Petróleo) para composição do biocombustível.

Em 20 de março, o "Diário Oficial" da União publicou a resolução nº 7 da ANP. No documento, foram estabelecidos vários critérios físicos e químicos para o biodiesel. Pelos parâmetros, o biodiesel produzido apenas com mamona é muito viscoso e, por isso, não pode ser usado diretamente nos motores, pois poderia danificá-los.

A mamona sempre foi o carro-chefe do governo na propaganda do programa do biodiesel. Em vários discursos, o presidente Lula se referiu ao plantio da oleaginosa como uma alternativa para agricultores pobres do Nordeste. "É com a mesma motivação que estamos lançando o Programa do Biodiesel, que vai utilizar a mamona e a palma para produção de combustível, criando mais uma alternativa para pequenos agricultores do semi-árido nordestino", disse o presidente, em cerimônia realizada em Maceió (AL), em novembro de 2004.

Para a ANP, a mamona é a única oleaginosa que não se enquadra nos parâmetros técnicos do biocombustível. Com todas as demais -soja, pinhão manso, algodão etc.-, é possível produzir biodiesel sem precisar de mistura. Com a edição da resolução da ANP, para usar óleo de mamona na produção do biodiesel, é preciso misturá-lo com o óleo de algum outro vegetal ou outro material gorduroso.

Os números oficiais de produção, contabilizados pela ANP, indicam que a mamona, que já tinha uma participação pequena, desapareceu da lista de insumos do biodiesel justamente em março.

Em fevereiro, a mamona ainda respondia por 0,17% da produção de biodiesel, contra 68,41% da soja. Em março, a mamona já tinha desaparecido do mapa de produção.

O dado mais atual, de maio, indica que a soja ampliou sua participação para 77,35% entre os insumos usados para a produção de biodiesel. Os números confirmam que o programa é, na verdade, um filão a ser explorado pelos produtores de soja.

**Concentração** - De acordo com Arnaldo de Campos, coordenador do programa no Ministério do Desenvolvimento Agrário, a concentração nas matérias-primas para produção de biodiesel é uma preocupação do governo. "Há uma concentração de matérias-primas desde o início do programa. Isso não é bom. Está na ordem do dia diversificar." O objetivo da diversificação é tornar o preço do biodiesel menos sensível à cotação internacional da soja, commodity de alta volatilidade. Em julho, o preço do diesel normal (que leva 3% de biodiesel) subiu 2,1% na bomba dos postos. Os distribuidores atribuíram a alta ao uso do biocombustível, que, por sua vez, aumentou por conta da alta do preço da soja.

Ainda segundo Campos, o fato de a mamona não estar sendo usada para a produção de biodiesel não é um problema para o produtor. "Existe a demanda da indústria química." Ele explicou que, quando o governo vislumbrou na mamona uma fonte de matéria-prima para o biodiesel, o quilo da oleaginosa valia aproximadamente R\$ 0,25. Na última safra, esse preço já estava variando entre R\$ 1,00 e R\$ 1,20.

**Minas e Energia discorda** - Ao contrário da ANP e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério de Minas e Energia informou, por meio de sua assessoria, que é possível produzir biodiesel usando 100% óleo de mamona. Para o ministério, o nível de viscosidade exigido pela portaria da ANP é "mais difícil" de ser atingido com a mamona pura, mas "o processo industrial de fabricação de biodiesel consegue trazer ao óleo de mamona a viscosidade exigida pela resolução".

## **O apoio aos biocombustíveis – Luiz Alberto Moreno – O Globo – Opinião – 29/07/2008**

Há menos de um ano, os biocombustíveis foram saudados por seu potencial de redução da importação de petróleo e de benefício aos agricultores.

Hoje, os biocombustíveis são acusados de quase tudo, desde a rápida e drástica elevação dos preços dos alimentos à perda de biodiversidade no planeta. Até os jornais dizem que os biocombustíveis contribuíram para aumentar a miséria dos mais pobres.

Então, por que o Banco Interamericano de Desenvolvimento, uma grande instituição multilateral de empréstimos a qual presido acaba de aprovar um empréstimo de US\$ 260 milhões para que uma empresa privada construa três fábricas de etanol no CentroSul do país por um custo aproximado de US\$ 1 bilhão? A resposta depende de uma distinção que tem sido esquecida no calor das crises dos alimentos e de energia. Existem dois grandes tipos de biocombustíveis: aqueles derivados de plantas de baixa energia, como o milho produzido em países de clima temperado, com áreas agricultáveis limitadas, e os biocombustíveis derivados de culturas de alta energia, como a cana-de-açúcar de países tropicais, com altos estoques de água, luz solar e áreas agricultáveis subutilizadas.

Existem preocupações legítimas de que o etanol extraído do milho tem contribuído para a inflação nos preços dos alimentos. Mas a situação da América Latina e do Caribe,

que produz etanol quase exclusivamente a partir da cana-de-açúcar, é completamente diferente. Amplos estudos feitos pelo BID indicam que na maioria dos países produtores de cana-de-açúcar da região a produção da cana pode render benefícios sociais, ambientais e econômicos sem impactar os preços dos alimentos.

Nós pretendemos ajudar esses países a aproveitar essa oportunidade, a partir de um marco de sustentabilidade do mais alto nível.

As vantagens comparativas da América Latina como um produtor eficiente de etanol são surpreendentes.

A Colômbia substituiu 7% do combustível para transporte por etanol em menos de três anos, usando a cana antes utilizada para exportação em forma de açúcar refinado. A cana-de-açúcar produz oito unidades de energia para cada unidade usada em seu cultivo e na produção do etanol, comparado a 1,3 unidade produzida pelo milho.

A Colômbia vai precisar de menos de 120 mil hectares de cana para substituir 20% de seu consumo de gasolina por etanol até 2012 — em um país onde 41 milhões de hectares são usados para a pastagem extensiva.

No Brasil, a área atualmente dedicada à cana é cerca de 45 vezes menor que o estoque de terra para agricultura e pastagens. Mesmo se 100% do combustível para transporte no país fossem substituídos pelo etanol da cana (para além dos 50% atuais), a terra necessária para cultivar a cana seria cerca da metade da área hoje utilizada para a plantação de milho. E, ao contrário de certos relatos, as florestas tropicais não estão sendo devastadas para a plantação de cana, um cultivo que não tolera a umidade e que, por isso, é feito na Região Nordeste e no Centro-Sul do país.

Vale dizer que a oferta de cana não tem sido afetada pela expansão da produção de etanol, e os preços globais do açúcar, na verdade, têm caído nos últimos dois anos.

As três novas fábricas que o BID está ajudando a financiar ficam nos estados de Minas Gerais e Goiás, longe da Amazônia e de áreas de proteção ambiental.

O projeto vai arrendar terras de pequenos proprietários que terão melhores retornos financeiros com a cana do que com a criação de gado — atividade tradicional da região. As fábricas de etanol vão usar colheitadeiras mecânicas em mais de 90% da área e gerar cerca de 4.500 empregos permanentes e de qualidade.

Vão reciclar todo o sumo da cana como fertilizante nos campos. Produzirão mais de 110 milhões de galões de etanol para o mercado doméstico a cada ano e vão gerar sua energia elétrica a partir da queima do bagaço da cana.

Realmente, a chamada tecnologia de co-geração que será empregada é tão eficiente que produzirá um suplemento adicional de energia suficiente para produzir eletricidade para 400 mil lares de consumo médio no Brasil.

Benefícios similares, em menor escala, poderão ser, em breve, alcançados por outros países da América Latina e do Caribe, hoje muito dependentes da importação de petróleo. A Costa Rica recentemente anunciou um programa para substituir 7% de seu consumo de gasolina por etanol produzido domesticamente e em outros países. Produtores de cana de Guatemala, El Salvador e República Dominicana estão se preparando para converter o excesso de produção ou áreas inativas em produção de etanol. Essas nascentes indústrias de etanol vão reduzir as contas da importação de petróleo e vão ainda criar empregos nas áreas rurais, lugar de origem de muitos imigrantes ilegais para a Europa e os Estados Unidos.

Em lugar de atacar indiscriminadamente os biocombustíveis, os tomadores de decisões devem apoiar esforços para garantir sua sustentabilidade. Autoridades no Brasil e na Colômbia já estão desenvolvendo sistemas de certificação que garantirão aos produtores alcançar salvaguardas reconhecidas internacionalmente.

O BID vai em breve divulgar um “Marco de Sustentabilidade” que facilitará a avaliação de potenciais projetos de biocombustíveis.

Os biocombustíveis vão suprir somente uma mínima parte da demanda por energia do mundo e eles não são uma boa opção em muitos lugares. Mas os países abençoados com as condições ideais para sua produção devem ser encorajados e não condenados.

*\*LUIS ALBERTO MORENO é presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento.*

### **Mamona fracassa, mas piraju vai virar salmão – O Globo – Capa – 30/07/2008**

A mais nova promessa de Lula A mamona, quem diria, não poderá mais ser usada como biodiesel de larga escala, como prometeu o presidente Lula em 2005. Viscosa demais, ela foi deixada de lado pelos novos parâmetros da Agência Nacional de Petróleo. Se quiser sobreviver, terá de receber aditivos, como o óleo de soja ou de girassol.

No momento em que este ambicioso projeto é abalado, o presidente Lula anunciou, na Bahia, um novo sonho: fazer do piraju (dourado) o “salmão” brasileiro, capaz de competir com o produto chileno nas gôndolas e peixarias. Na solenidade, em que a Secretaria da Pesca virou ministério com orçamento e funcionários dobrados, o presidente prometeu ainda “futucar” o pré-sal já em setembro.

Página 30

### **Mamona fracassa... e Lula sonha fazer piraju virar salmão – Ramona Ordoñez e Maria Lima – O Globo – Economia – 30/07/2008**

RIO, CANDEIAS (BA), SALVADOR e BRASÍLIA.- Entrou água no projeto do governo de fazer da mamona um combustível alternativo para os veículos nacionais e internacionais. As novas especificações para o biodiesel exigidas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) poderão desestimular a produção a partir do óleo de mamona: muito viscoso e com risco de entupir os bicos injetores dos motores, o produto precisará de aditivos, como óleo de soja ou girassol, para ser usado nos tanques.

Ou seja, o programa, lançado em 2005 com pompa pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com a mamona como carro-chefe, está ameaçado.

Mas, ontem mesmo, numa solenidade na Bahia, Lula já fazia nova promessa: transformar piraju (dourado), que tem carne branca e é considerado nobre, em salmão. A idéia é permitir uma competição mais acirrada com o salmão chileno nas gôndolas e peixarias do Brasil. O presidente anunciou também a criação do Ministério da Pesca (em substituição à secretaria extraordinária), o que custará R\$ 1,8 bilhão até 2011.

— Da mesma forma que fizemos a reforma agrária na terra, vamos fazer agora a reforma aquíria, nas águas — disse Lula.

Além de dobrar a estrutura de servidores da pasta de 200 para 400 cargos, seu orçamento também dobrará de R\$ 250 milhões para R\$ 500 milhões por ano. Isso sem contar a implantação de superintendências em todos os estados, o que criará novas funções. O Ministério do Planejamento já aprovou a realização de concurso para essas 200 vagas.

Já no projeto da mamona, que incentivou produtores a investirem no plantio, as promessas deram lugar às revisões. Segundo simulações da Brasil Ecodiesel, uma das maiores produtoras do setor no Brasil, os novos critérios da ANP limitam em 20% a 30% a participação do óleo de mamona em um litro de biodiesel. O resto teria de ser composto por óleo de soja, pinhão manso ou algodão.

O presidente do Conselho de Administração da empresa, Jorio Dauster, disse que a decisão não terá impacto sobre os produtores.

Ele explicou que mesmo esses 20% deixam um grande mercado para a oleaginosa. Segundo a empresa, será necessário 1,2 bilhão de litros de biodiesel para atender à obrigatoriedade de mistura de 3% ao óleo diesel. O mercado potencial para o óleo de mamona seria de 240 milhões de litros por ano — considerando os 20% —, o que demandaria uma produção de 500 mil toneladas anuais.

Hoje, a produção não passa de 120 mil toneladas.

— O problema técnico relacionado à viscosidade não é muito grave. O problema está no próprio preço da mamona, que subiu muito, por razões conjunturais (falta de chuvas no Nordeste brasileiro e em regiões da Índia) — afirmou Jorio. — Não descartamos a mamona, mas estamos com investimento grande em pinhão manso.

É uma aposta a longo prazo.

— A medida (da ANP) é exagerada, porque nenhum motor vai usar 100% de biodiesel. Adicionar 3% ou 5% de biodiesel de mamona não teria problema, porque os 95% de diesel reduziriam a viscosidade — acredita o pesquisador da Coppe/UFRJ Aurélio Lamare Santos Murta, lembrando que a produção com óleo de mamona já é pequena: 0,17% do total. — E isso acontece num momento de redução de oferta por causa da seca, de preços altos. O produtor vai acabar desistindo.

Em outra frente de combustíveis, Lula prometeu ontem “futucar” a camada de pré-sal para extrair petróleo.

Ainda em setembro, a Petrobras, disse, deverá estar extraíndo na Bacia do Espírito Santo, do qual Lula espera que sejam retirados “uns dez mil barris” por dia.

— As pessoas pensam que o pré-sal foi descoberto por acaso. Para chegar a sete mil metros de profundidade, sem tocar num japonês lá no fundo, não é coisa fácil, é uma coisa complicada.

É preciso investir em pesquisa, em novas tecnologias — arrematou o presidente, na inauguração da primeira usina de biocombustíveis da Petrobras, em Candeias (BA).

Em seu discurso, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cometeu uma gafe: incensou tanto os biocombustíveis que disse que o petróleo deixará de existir em 20 anos. Isso com a Petrobras descobrindo cada vez mais óleo no pré-sal e provocando a rediscussão do modelo de exploração no país.

— Há duas verdades que não podem ser contestadas. O petróleo está se esvaindo, é finito, e dentro de duas décadas desaparecerá. A outra é que a saída é a produção de combustíveis alternativos — disse o ministro.

Depois desse discurso, tanto Lula quanto a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, exaltaram a importância da Petrobras.

#### SEM SEMENTE

O GOVERNADOR Roberto Requião come uma semente de mamona, em 2006, em encontro com Lula em Brasília, sem saber que a planta é tóxica. Requião é alertado pelo presidente, que guardava um “kit mamona”. Hoje, a semente (no detalhe), carro-chefe do programa de biocombustíveis, pode ter sua produção reduzida

#### REFORMA ‘AQUÁRIA’

O PRESIDENTE Luiz Inácio Lula da Silva recebe de uma pescadora, em Salvador, um peixe de metal. O plano do governo de fazer uma “reforma aquária” no Brasil inclui investir na criação de piraju (ou dourado, ao lado), para que sua comercialização concorra com a venda do salmão chileno (acima) no país

### **Cassel participa de inauguração de usina de biodiesel – Sítio Eletrônico do MDA – 28/07/2008**

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, participa nesta terça-feira (29) da comitiva que acompanhará o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na inauguração da primeira unidade de produção comercial de biocombustível da Petrobras. A unidade, instalada em Candeias (BA), a 55 quilômetros de Salvador, terá capacidade para produzir 57 milhões de litros de biodiesel por ano. Juntamente com outras duas usinas da Companhia, a nova planta deverá gerar trabalho e renda para 55 mil agricultores familiares. A solenidade de inauguração da unidade e a posse de seus diretores acontece às 10h.

A inauguração da nova usina representa um reforço no Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) do Governo Federal, que tem como meta implantar o biodiesel no Brasil de forma gradativa. O combustível é renovável, produzido por meio de óleos vegetais e menos poluente que o diesel tradicional. Sua produção também traz vantagens econômicas para os agricultores familiares, que podem ser contratados para fornecer a matéria-prima.

Até o momento, 28.922 agricultores de 264 municípios da Bahia e de Sergipe estão plantando oleaginosas para o suprimento da usina de Candeias. Do total de beneficiados, 25.639 são da Bahia e 3.283, de Sergipe. A estimativa é que os agricultores possam colher e fornecer à Petrobras, ainda este ano, 48.800 toneladas de grãos, sendo 30.600 toneladas de mamona e 18.200 de girassol. Da agricultura familiar estima-se também a produção de 1.000 toneladas de óleo de dendê.



**Petrobras Biocombustível fortalece agricultura familiar** – Sítio Eletrônico do MDA – 29/07/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva empossou nesta terça-feira (29), em Candeias (BA), a diretoria da Petrobras Biocombustível, que administrará os projetos de produção de biocombustíveis da Petrobras. Em seguida, o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Guilherme Cassel, presidiu a primeira reunião do Conselho de Administração da nova empresa. Cassel afirmou que a nova empresa irá garantir um “salto produtivo” para a agricultura familiar, que ampliará a produção de alimentos.

A posse da diretoria e a reunião do Conselho de Administração ocorreram após a inauguração da primeira usina de produção da Petrobras Biocombustível. A unidade instalada em Candeias tem capacidade para produzir 57 milhões de litros/ano e pode operar com matéria-prima de origem vegetal (mamona, girassol, soja, algodão, etc.), animal (sebo bovino, suíno ou de frango), ou óleos e gorduras residuais usados em fritura de alimento.

Durante a inauguração, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ressaltou o papel da agricultura familiar, responsável pelo fornecimento correspondente a 58% do valor total de compra da matéria-prima para o funcionamento da unidade de Candeias. “A agricultura familiar pode compatibilizar a produção do alimento que comemos com o combustível que precisamos para transportar esse alimento até aos consumidores brasileiros. Não há incompatibilidade. É só fazer um zoneamento agrícola correto, demarcar a área para cada coisa”. “O que mais me motivava era o sonho que eu tinha de dar uma chance a uma parte do Brasil que historicamente não tinha chance, que era o Nordeste e o Norte”, completou o presidente, referindo-se ao compromisso de adotar os biocombustíveis como uma nova matriz energética. Lula lembrou que 46% da energia utilizada no Brasil é considerada energia limpa, se comparada com a energia produzida por países que são grandes poluidores.

O ministro Guilherme Cassel afirmou que a nova empresa irá garantir um salto produtivo aos agricultores familiares. “Nós estamos certos de que, com a Petrobras Biocombustível, os agricultores familiares passem não só a produzir mais oleaginosas para a produção de biocombustíveis, como também mais alimentos”. Especialmente neste momento em que o mundo preocupa-se com a alta no preço dos alimentos, reforçou o ministro, a participação da agricultura familiar é fundamental. “É ela que tem a tarefa de garantir maior produção, com alimentos diversificados, de melhor qualidade e mais baratos. E estamos confiantes que os agricultores e agricultoras familiares irão responder rapidamente a isto”.

**Cadeia de produção** - O presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli destacou que será montada “uma grande cadeia de produção baseada na agricultura familiar”. Até o momento, 28.922 produtores vinculados a cooperativas ou associações de agricultores familiares de 264 municípios da Bahia e Sergipe plantam oleaginosas (girassol e mamona) para o suprimento da usina de Candeias. Além de fornecer 205,2 toneladas de sementes de mamona e girassol certificadas pela Embrapa para os agricultores dos dois estados, a Petrobras contratou empresas de assistência técnica e extensão rural para orientar os agricultores durante o plantio e a colheita.

O volume de matéria-prima fornecido pela agricultura familiar (58% do valor total de compra) para a produção de biocombustível em Candeias habilita a Petrobras a obter o Selo Combustível Social. Concedido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) às usinas de biodiesel, o Selo assegura benefícios fiscais para as unidades produtoras que, no Nordeste, tenham atingido pelo menos 50% do valor total de compra da matéria-prima da agricultura familiar.

**A Petrobras Biocombustível** - A Petrobras Biocombustível tem um investimento programado de US\$ 1,5 bilhão até 2012. Além da unidade de Candeias, empresa também vai administrar uma usina em Quixadá (CE) e outra em Montes Claros (MG), cujos testes serão finalizados em agosto. Essas usinas devem alcançar a produção anual de 170 milhões de litros de biocombustível. A empresa estima que as três unidades vão gerar trabalho e renda para 55 mil agricultores familiares, contratados para fornecer a matéria-prima. Também fará parte da Petrobras Biocombustíveis o projeto dos Complexos dos Bioenergéticos (CBIOs), empreendimentos para produção de etanol feitos em parceria com produtores brasileiros e conglomerados internacionais.

Presidida por Alan Kardec, a Petrobras Biocombustível, conta com quatro diretores: Chanan Rubin (Corporativo e Financeiro); Fernando Cunha (Participações); Miguel Rossetto (Desenvolvimento Agrícola e de Suprimento); e Ricardo Castello Branco (Industrial). O Conselho de Administração, presidido pelo ministro Guilherme Cassel, é formado por representantes do Ministério de Minas e Energia (Márcio Zimmermann) e da Casa Civil (Tereza Campello), pelo presidente da Petrobras, José Gabrielli, e pelos diretores de Gás e Energia (Graça Foster) e de Abastecimento (Paulo Roberto Costa), além do presidente Alan Kardec. *\*Com informações das agências Brasil e Petrobras de Notícias*

#### **Frutos do Norte, novas fontes para biodiesel** - Patrick Cruz- Valor Econômico – Agronegócios - 18/07/2008

Pesquisadores do Amazonas têm trabalhado para tornar viável a produção de biodiesel a partir do óleo extraído de frutos comuns na região Norte, como tucumã, andiroba, murumuru e ouricuri. A experiência pioneira tem sido desenvolvida em Roque, localidade de Carauari, município de 25 mil habitantes que fica na margem esquerda do rio Juruá, a uma distância de mais de 1.600 quilômetros de Manaus por via fluvial.

O óleo de frutas que podem soar exóticas para moradores de outras partes do país certamente não tem escala suficiente para se tornar uma matéria-prima alternativa à soja, base de cerca de 90% da produção nacional de biodiesel. E nem é a intenção. A idéia é substituir o diesel que abastece os geradores de energia dos quais dependem muitas das cidades do interior do Amazonas, afirma Sérgio Massayoshi Nunomura, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), que, ao lado de Roberto Figliuolo, é um dos cientistas que coordenam as pesquisas.

Segundo dados da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), uma das financiadoras do trabalho, das mais de 4.600 comunidades isoladas do Estado, apenas 32 são abastecidas por energia elétrica.

A usina para a produção de biodiesel já está em fase final de montagem e deve produzir, mesmo que em pequena escala, ainda em 2008. Uma pequena usina para a produção de etanol - necessário para as reações com as quais se produz o biodiesel - já está pronta. Os valores investidos não foram informados.

"O tucumã é bastante utilizado para consumo in natura, mas seu caroço é quase que totalmente descartado", afirma Nunomura. Sob a orientação do pesquisador, Banny Silva Barbosa, da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), tem pesquisado o óleo da amêndoa de tucumã para a fabricação do combustível. O projeto foi apresentado nesta semana durante a 60ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Da amêndoa, que fica no interior do caroço do fruto, os pesquisadores já conseguiram extrair até 40% de óleo. O desempenho é superior ao do pinhão-mansão, do qual se extraem entre 35% e 38% de óleo, e equipara-se ao da mamona, com teor de óleo entre 35% e 55%. Pinhão-mansão e mamona costumam ser apontados pelo governo como as grandes alternativas para a inclusão da agricultura familiar no mercado de biodiesel. A soja tem teor de óleo de cerca de 20%.

A técnica desenvolvida nas pesquisas realizadas no Amazonas permite obter óleo com baixo índice de acidez, o que, na prática, acelera o processo para a produção do biodiesel e reduz os custos. O óleo, que é utilizado, ainda que de forma marginal, na alimentação humana, pode também abastecer a indústria de cosméticos. "É um substituto para o óleo de buriti, que tem um baixo rendimento", diz Nunomura.

As pesquisas começaram em 2004, mas seu propósito inicial era mensurar as propriedades nutricionais do tucumã. Com o andamento do trabalho, a possibilidade de aproveitamento do óleo da amêndoa do tucumã ganhou corpo. O fruto, de formato ovalado, com casca amarelo-esverdeada, polpa fibrosa e que nasce em cachos de uma palmeira de até 20 metros de altura.

### **Brasil avança no valorizado mercado de óleo de palma - Patrick Cruz – Valor Econômico – Agronegócio - 23/07/2008**

Impulsionado pela escalada dos preços internacionais, o mercado brasileiro de óleo de palma assiste a um fortalecimento puxado por novos investimentos na expansão da produção e em unidades de beneficiamento. Com uma oferta atual pouco superior a 110 mil toneladas anuais, o país é apenas o 15º nesse ranking - historicamente dominado por Malásia e Indonésia -, mas sua área potencial para o cultivo da palma é a maior do mundo.

Em parceria com a Felda, agência do governo da Malásia, a Braspalma Agroindustrial vai criar em Tefé (AM), a 525 quilômetros de Manaus, um projeto de plantio e beneficiamento de palma. O investimento informado ao governo amazonense será de R\$ 200 milhões. Ao Valor, o presidente da Braspalma, Iderlon Azevedo, informou, por e-mail, que esse valor é aproximado. "Isso dependerá da nossa eficiência", afirmou.

No momento, a empresa trabalha nos estudos de viabilidade técnica e econômica do projeto requeridos pelo governo do Estado. Os estudos começaram em maio. Segundo a programação inicial da Braspalma, o plantio começará em janeiro de 2009. Até meados de novembro, informou o executivo, o escritório da empresa deverá estar concluído.

A área de plantio será de 20 mil hectares e deverá beneficiar três mil produtores. O desenho da parceria prevê a doação do terreno pelo governo do Amazonas, financiamento pelo Banco da Amazônia (Basa) e assistência técnica da Braspalma.

A idéia da Felda é ter uma área total de plantio de 100 mil hectares, mas esse terreno adicional não será desenvolvido com a Braspalma, segundo Azevedo. "A Malásia estuda parceria com outras empresas além da Braspalma, em diversos países", afirmou.

O projeto em Tefé ressuscitará uma tentativa de transformar a cidade em pólo de produção de palma. Em 1984 foi criada a Empresa Amazonense de Dendê (Emade), controlada pelo governo estadual, mas o projeto, emperrado, acabou abandonado em 1993. A área e a estrutura física que serão ocupadas pelo novo projeto da Braspalma são os mesmos da Emade.

Ainda há poucas informações sobre a estrutura da parceria entre a Felda e a Braspalma Agroindustrial ou mesmo sobre a composição da empresa brasileira, que teria sido criada por um grupo da Malásia, liderado pela própria Felda. Iderlon Azevedo já atuou como representante do Conselho de Promoção do Óleo de Palma da Malásia no Brasil.

A Agropalma, empresa controlada pelo Banco Alfa e maior produtora de óleo de palma do país, prepara para o fim de agosto a inauguração de sua quarta unidade de processamento, localizada em Tailândia (PA). O investimento na fábrica - que, com capacidade para 60 toneladas de cachos de frutos frescos por hora, será a maior da companhia - é de R\$ 70 milhões.

A empresa faturou R\$ 395 milhões em 2007 e projeta para este ano receita de R\$ 570 milhões. O crescimento estará fortemente ligado à valorização da palma no mercado externo, segundo Marcello Brito, diretor comercial da companhia. O aumento também deverá ocorrer com a melhora da produtividade - em 2007, a produtividade foi afetada por uma seca registrada em 2005. Nessa cultura, os efeitos das secas são sentidos dois anos depois.

A valorização global da palma tem ocorrido principalmente em virtude de seu crescente uso na fabricação de biodiesel. Nos últimos dois anos, o preço da tonelada do óleo subiu, em dólares, mas de 135% na bolsa da Malásia.

No Brasil, no entanto, os projetos ligados aos produtos têm como destino primordial o abastecimento da indústria de alimentos. "Fazer biodiesel no Brasil com óleo de palma, nesse nível de preço, é inviável", afirma Brito. Segundo ele, o preço do biodiesel, de cerca de R\$ 2.600 por tonelada, ainda é inferior aos R\$ 3 mil do óleo bruto em São Paulo, já incluídos 12% de ICMS. O óleo refinado, também em São Paulo e com ICMS incluído, é de R\$ 3.700.

Na Agropalma, apenas 2% do faturamento vem da venda de biodiesel - na companhia, a produção do combustível, concentrada na unidade localizada em Belém, é feita a partir da oleína, um subproduto do óleo refinado. Na Braspalma, com seu projeto amazonense, a produção de biodiesel também não está nos planos imediatos. "Biodiesel, somente no futuro", informou o presidente Iderlon Azevedo.

**Ambientalistas temem expansão na Amazônia** - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 23/07/2008

A retomada do beneficiamento de óleo de palma em Tefé, com a chegada da agência de desenvolvimento da Malásia, levanta algumas preocupações entre ambientalistas. Tefé está cravada na floresta amazônica. É comumente lembrada pelo fato de abrigar a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, exemplo de economia sustentável na região.

Oficialmente, o governo do Amazonas afirma que não haverá mais desmatamentos - esses já foram feitos nos anos 80, com a primeira tentativa de estabelecimento do setor, a Empresa Amazonense de Dendê (Emade). "Não ocorrerá desmatamentos porque a área onde a Braspalma e os malaios entrará já está desmatada. Além disso, o governo tem ferramentas de controle e está desenvolvendo o zoneamento da região", diz Eron Bezerra, secretário de Produção Rural do Amazonas.

Por via das dúvidas, o Greenpeace em Manaus diz que Tefé entrará para a lista de prioridades do grupo ambientalista. Outra organização não-governamental, o Repórter Brasil, que tem se dedicado aos biocombustíveis, está a caminho do município para acompanhar as audiências públicas realizadas com a comunidade. Uma delas já ocorreu. Uma segunda reunião está prevista para breve, mas sem data definida.

Além da localização geográfica estratégica do ponto de vista ambiental, o beneficiamento do óleo é enxergado com suspeita devido a participação do governo malaio. Principal produtor do mundo de óleo de palma, a Malásia está longe de ser um modelo. Recentemente, países europeus - os maiores consumidores - aventaram um boicote ao produto do país e da vizinha Indonésia. Acusam ambos de desmatar florestas para plantar a palmácea.

Em 2005, a ONG Amigos da Terra Internacional, presente em 70 países, apresentou um relatório-denúncia: entre 1985 e 2000 as plantações de palmas na Malásia foram responsáveis por 87% dos desmatamentos de florestas nativas remanescentes. No mesmo período, 6 milhões de hectares de floresta tropical foram convertidas em Bornéu e Sumatra.

Com limitações de terras, a Malásia busca estender suas operações para outros continentes. A Felda, a agência estatal de desenvolvimento, já tem negócios no Sri Lanka, Indonésia e, agora, Brasil. Flerta também com a África (Nigéria é produtor). Para os ambientalistas a questão que não cala é: a Malásia "exportará" seu modus operandi para a Amazônia?

**Na "festa do biodiesel", mamona brilha pouco** - Patrick Cruz e Raquel Salgado – Valor Econômico – Agronegócios - 30/07/2008

Criticada pela indústria de biodiesel por sua pouco organizada cadeia de produção e por técnicos da própria Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que a consideram menos recomendável para a fabricação de biodiesel na comparação com outras matérias-primas, a mamona parece perder também a defesa enfática de um de seus maiores entusiastas. Na inauguração da planta de produção de biodiesel da Petrobras em Candeias (BA), a oleaginosa foi relegada a segundo plano pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O momento era para a mamona brilhar. Lula, que sempre apresentou a oleaginosa como essencial para a inserção da agricultura familiar na indústria de biocombustíveis, inaugurou uma unidade que recebeu investimento de R\$ 101 milhões, com capacidade de produção anual de 57 milhões de litros e localizada no Estado que domina a produção da oleaginosa, com quase 80% do total nacional, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em um discurso de 4.512 palavras, a mamona foi citada uma única vez.

Com baixa produtividade e produção concentrada na agricultura de pequena escala, a mamona sequer serve, sozinha, para produzir biodiesel. A ANP considera a viscosidade da oleaginosa imprópria para a produção do combustível sem a adição do óleo de outras matérias-primas.

Essa restrição não significa a total inviabilidade da cultura, ressalva Liv Soares Severino, chefe de negócios da Embrapa Algodão em Campina Grande (PB) e pesquisador da mamona. "Há muito espaço para a mamona crescer. A oferta atual sequer atende a demanda da indústria química", diz. A Brasil Óleo de Mamona, maior consumidora nacional da oleaginosa, tem capacidade instalada de 100 mil toneladas anuais. Em 2007, a produção brasileira foi de 98,4 mil toneladas, segundo o IBGE.

"Mas o uso de mamona continuará incentivado no biodiesel. Esse mercado é que vai ajudar a ajustar os preços, que são muito sensíveis", afirma Severino. Segundo ele, se feito com até 40% de óleo de mamona na mistura, o biodiesel enquadra-se nos parâmetros técnicos estabelecidos pela ANP.

Em seu discurso na Bahia, Lula voltou a criticar os que acusam os biocombustíveis pelo encarecimento global dos alimentos. "Eu não seria louco de deixar meu povo de tanque vazio para encher o tanque de um carro".

O presidente deu posse ao comando da Petrobras Biocombustível, empresa que será presidida por Alan Kardec. O conselho de administração será presidido pelo ministro de Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel. O Ministério da Agricultura não terá representantes no conselho.

Também sobre a disputa entre alimentos e energia, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, disse no Rio de Janeiro que "todos sabemos que é idéia de jerico produzir etanol do milho, como fazem os Estados Unidos. Mas temos que continuar produzindo porque em algum momento o mercado [americano] vai se abrir". A tendência, acredita, é que a produção americana a partir do milho entre em colapso. **(com Valor Online)**

## **Etanol**

**Bagaço deve gerar energia, não etanol, diz especialista** – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 17/07/2008

O uso do bagaço de cana para produção de mais etanol não deve ser prioridade para o Brasil, segundo o especialista Luiz Augusto Horta Nogueira, da Universidade Federal de Itajaí (Unifei). Muito mais valioso para o País, segundo ele, é o aproveitamento da biomassa para produção de eletricidade, como já é feito em muitas usinas. “O Brasil, hoje, precisa muito mais de energia elétrica do que de combustível líquido”, afirmou Nogueira, em palestra na 60ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Campinas.

A tecnologia para produzir etanol de celulose, presente no bagaço de cana e outras formas de biomassa, já existe há décadas, mas ainda não é economicamente viável. Países desenvolvidos, principalmente os EUA, estão investindo pesado em pesquisas para aprimorar a técnica da hidrólise, que permite a quebra da celulose para fermentação alcoólica.

Muitos cientistas alertam que o Brasil poderá ficar atrasado nessa tecnologia, chamada de “etanol de segunda geração”. Segundo Nogueira, porém, não há motivo para preocupação. “O Brasil já tem o etanol de segunda geração: é o etanol de cana, 100% renovável”, disse. “Esse discurso de que a celulose é a segunda geração nos impinge como colonizados.”

A hidrólise, segundo ele, traria um aumento apenas marginal na eficiência energética da cana, que já atende à demanda por biocombustível no País. “A hidrólise é muito mais importante para outros países”, concordou o pesquisador Eduardo Assad, da Embrapa Informática, que moderou o debate sobre o tema. Ele citou o caso dos EUA, onde o etanol é produzido com base no milho, muito menos eficiente do que a cana. “A opção por energia elétrica talvez seja, de fato, muito mais viável para nós.”

Muitas usinas já usam o bagaço para produção interna de energia elétrica, queimando-o em caldeiras para produzir vapor e movimentar turbinas, que é consumida na própria linha de produção. Algumas até vendem o excedente para a rede elétrica - mais de 1 milhão de quilowatts só no Estado de São Paulo, segundo o físico José Goldemberg, especialista em energia. Mas é possível produzir muito mais: “Temos uma Itaipu adormecida nos canaviais”, afirmou, em entrevista coletiva

**A crise do petróleo e os biocombustíveis** – Edison Lobão – Folha de São Paulo – Opinião  
– 27/07/2008

É PRECISO conter a escalada dos preços do petróleo. Essa foi a principal conclusão do fórum que, mês passado, reuniu em Jeddah, na Arábia Saudita, ministros de Energia, líderes e dirigentes das maiores companhias petrolíferas do mundo.

Por designação do presidente Lula, chefei a delegação brasileira nesse encontro de emergência, no qual o Brasil foi reconhecido como player importante no mercado mundial. Nos dois choques do petróleo, em 1973 e 1979, o Brasil sofreu o impacto da elevação dos preços, principalmente porque havia uma forte dependência, materializada na importação de 80% do óleo bruto então consumido no país.

A partir do novo patamar de preços e das necessidades de crescimento econômico e desenvolvimento industrial, o país adotou duas grandes estratégias para contornar a crise: investimentos para aumento da produção doméstica de petróleo e implementação do Proálcool, o maior e mais bem-sucedido programa de substituição de combustíveis derivados de petróleo do mundo.

Hoje, a matriz energética brasileira é a que conta com a maior participação de energias renováveis -um exemplo de sustentabilidade.

Segundo a Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), os preços do petróleo podem alcançar, em breve, US\$ 200 o barril, e muitos analistas acreditam que ele nunca mais será inferior a US\$ 100.

Quais as conseqüências desse novo patamar? Para o Brasil, o grau de dependência é infinitamente inferior àquele verificado nas décadas de 1970 e 1980, o que nos permite afirmar que, com uma política energética adequada, poderemos enfrentar os desafios do futuro.

Mas, se os preços atuais se mantiverem, haverá recessão em muitos países por causa do impacto dos preços dos energéticos na economia, inclusive nos preços dos alimentos. Aumentará a necessidade de políticas de conservação de energia, de ampliação da fronteira de prospecção e aproveitamento das reservas existentes e, principalmente, da busca por fontes renováveis de energia. Esta é a mais poderosa arma no combate à escalada de preços das commodities agrícolas.

É impressionante e inaceitável que, nesse contexto, o Brasil tenha que defender sua política de produção e uso de biocombustíveis contra críticas acirradas e, por vezes, insanas, que se valem do conceito de sustentabilidade para esconder razões menos nobres.

Sustentabilidade abrange aspectos sociais, econômicos e ambientais. Quanto ao aspecto econômico, o Brasil é reconhecido como o produtor mais competitivo de biocombustíveis. O etanol da cana-de-açúcar compete com a gasolina em uma cadeia de preços livres de subsídios.



Na área social, o cultivo da cana-de-açúcar e de oleaginosas na produção de etanol e biodiesel contribuí para a geração de empregos sustentados no campo. No caso do etanol, mais de 1 milhão de empregos diretos são gerados. No caso do biodiesel, mais de 100 mil famílias de pequenos agricultores participam do processo produtivo.

A questão ambiental é muito importante. Os biocombustíveis são instrumentos valiosos na redução da emissão de CO<sub>2</sub> na atmosfera.

Se considerarmos o consumo dos combustíveis por veículos leves entre 1970 e 2007, constatamos que, com a utilização do álcool, tivemos uma economia efetiva acumulada de 854 milhões de barris equivalentes de petróleo, o que representa 15 meses da produção nacional de petróleo (1,9 milhão de barris/dia) ou, ainda, a cinco anos do consumo de combustíveis em veículos leves no Brasil.

Se incluirmos nesse cálculo o volume de etanol que substituiu a gasolina exportada pelo Brasil no período, considerando que a demanda energética foi suprida pelo etanol, teremos economizado quase 1,25 bilhão de barris equivalentes de petróleo.

Nesse período, a utilização do álcool como combustível, puro ou misturado à gasolina, evitou a emissão de 800 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>.

Na reunião de Jeddah, os líderes e os ministros de 36 nações concordaram que a transparência e a regulação dos mercados financeiros devem ser aprimoradas para frear a especulação financeira.

Resta agora reconhecer a importância dos biocombustíveis no processo de desenvolvimento de uma nova matriz energética sustentável para o mundo. Trata-se de fator estratégico que deve ser reconhecido não como antagonico à indústria do petróleo, mas como um elemento que agrega valor ambiental aos combustíveis fósseis, tornando-os menos danosos ao planeta. O Brasil está decidido a compartilhar sua expertise nesse campo e não fugirá ao desafio que as mudanças climáticas impõem.

*\*EDISON LOBÃO, 71, senador da República pelo PMDB-MA (licenciado), é o ministro de Minas e Energia.*

Discute-se muito o poder de ditar preços que os vendedores de produtos ou serviços usufruem em certos segmentos da economia. Os chamados monopólios, mercados com um só vendedor, e os oligopólios, mercados com poucos vendedores, são freqüentemente motivo de análise e investigação antitruste no Brasil e no mundo. Basta lembrar de casos como o da AmBev no Brasil ou da Microsoft nos EUA.

Tão danoso quanto o poder de monopólio, o poder de monopsonio é menos discutido e noticiado. Nos chamados monopsonios, mercados com um só comprador, e nos oligopsonios, mercados com poucos compradores, há o exercício do poder de mercado do agente comprador que, ao alterar sua quantidade demandada, modifica os preços praticados pelos vendedores. Com isso, o comprador pode forçar uma baixa nos preços ao reduzir sua quantidade demandada. Como resultado, os preços e as quantidades comercializadas serão inferiores aos vigentes em mercado competitivo.

A intensidade do poder de monopsonio é determinada por três elementos: a magnitude da elasticidade da oferta (entendida como o impacto que uma variação nas quantidades adquiridas teria no preço), o número de compradores em um mercado e a natureza da interação entre esses compradores.

Dentro do setor de energia brasileiro, observam-se exemplos de mercados com significativo poder de monopsonio, consequência da própria regulamentação e da perpetuação de monopólios, antes sustentados por atos legais, e que prevaleceram apesar de mudanças na legislação.

No setor de energia elétrica, a Lei no10.848/2004 criou leilões de energia elétrica, em que um comprador único agrega as demandas de todos os distribuidores e faz as aquisições dos diversos vendedores. Nesse caso, o exercício do poder de monopsonio foi concebido pelo próprio marco legal que visa à modicidade tarifária a “qualquer custo”. Os resultados são preços artificialmente baixos que inibem a expansão da capacidade de geração das empresas privadas.

No setor de petróleo e gás natural a Petrobras usufrui considerável poder de monopsonio em relação aos pequenos produtores de petróleo ao concentrar a propriedade do segmento de transporte e refino do produto. Diante da pequena escala dessas operações de produção, o que inviabiliza a construção de terminais próprios e a exportação por grandes navios para os mercados externos, os vendedores não dispõem de compradores alternativos e ficam à mercê do poder de compra da Petrobras. Essa situação acaba inibindo a entrada de pequenos produtores no segmento de exploração e produção no Brasil, na medida que prejudica a rentabilidade do negócio. No que se refere à produção de gás natural, o poder de monopsonio da estatal é ainda maior, devido aos elevados investimentos e à ineficiência associada à duplicação dos gasodutos para transportar o gás de um produtor independente, das áreas de produção até o mercado consumidor. Sem o direito de acessar os gasodutos, o produtor teria que se contentar em vender o gás ao comprador único: a Petrobras.

Assiste-se atualmente ao avanço do poder de mercado da Petrobras no setor alcooleiro. A estatal planeja investir pesadamente na construção de dutos e terminais para o escoamento de álcool. A crescente hegemonia da Petrobras no setor alcooleiro traz oportunidades de incrementar o processo de internacionalização do álcool. Entretanto, deve-se ter cuidado para não se criar um novo monopsonio, transformando a estatal na grande compradora e transportadora de toda a produção nacional.

A manutenção e o crescimento do poder de monopólio nos mercados de energia no Brasil é um problema grave que inibe o crescimento da oferta e afasta investimentos privados. Evidencia, também, o pouco-caso que o governo faz da promoção da concorrência e dos seus benefícios para a sociedade.

**\*ADRIANO PIRES é diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE).**

**Biocombustível priva mundo de 100 milhões de t, diz FAO** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/07/2008

A produção de biocombustíveis priva o mundo de quase 100 milhões de toneladas de cereais, que poderiam ser destinados à alimentação, afirmou ontem o diretor-geral da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação), o senegalês Jacques Diouf. Em palestra na Universidade de Havana, ele não mencionou o álcool de cana-de-açúcar, produzido no Brasil. "O aumento dos preços do petróleo" e as barreiras comerciais fizeram com que "uma proporção crescente da produção agrícola se transformasse em matéria-prima competitiva para o setor energético", disse Diouf.

Ele advertiu que "o mercado energético é tão grande e a demanda tão elevada que poderiam modificar radicalmente os sistemas agrícolas tradicionais", com "o mercado energético introduzindo um paradigma completamente novo na agricultura mundial".

Segundo o Bird (Banco Mundial), os preços dos alimentos praticamente duplicaram em três anos. Seu presidente, Robert Zoellick, diz que 2 bilhões de pessoas estão afetadas pela crise, e que mais 100 milhões nos países pobres podem passar a viver em pobreza extrema.

**Açúcar deve puxar preço do álcool nos próximos meses** – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/07/2008

**Consultoria prevê produção menor de cana neste ano com demanda em alta - No mercado doméstico, venda de carros flex chega a 87,5% do total; exportações devem quebrar recorde, com 4,8 bilhões de litros**

O consumidor pode preparar o bolso para um aumento nos preços do álcool a partir dos próximos meses. Essa alta deverá ocorrer pela conjugação de uma série de fatores. Do lado da oferta, apenas 13 das 35 novas usinas programadas para entrar em operação neste ano já iniciaram a moagem da cana. Com isso, a moagem do centro-sul, prevista em 495 milhões de toneladas, em maio, deve recuar para 480 milhões neste ano, segundo a consultoria Datagro.

Do lado da demanda, o consumo interno é crescente, com a venda cada vez maior de carros flex, que já atinge 87,5% do total. A demanda externa por álcool também está

aquecida, devido às altas do petróleo e do milho, e as exportações brasileiras na safra podem subir para 4,8 bilhões de litros.

O litro do álcool nos postos de São Paulo é vendido em média a R\$ 1,315, segundo pesquisa da Folha, o que representa 54% do preço da gasolina (R\$ 2,435). Em geral, considera-se vantajosa a utilização do álcool quando o preço não ultrapassa 70% do da gasolina.

A oferta mundial de açúcar, após superávit de 7,9 milhões de toneladas na safra 2007/8, deve registrar déficit de 1,7 milhão na safra 2008/9, segundo a OIC (Organização Internacional do Açúcar).

Além disso, internamente, os custos desses produtos ficam ainda mais caros devido a sérios problemas de logística. Os fretes subiram 24% nesta safra, em reais, em relação à anterior. Em dólares, a alta é de 44%.

Isso tudo tem impacto no mercado e o ajuste entre oferta e demanda vai ser feito pelos preços, afirma Plínio Nastari, presidente da Datagro. Ele acrescenta que o aumento da capacidade de estocar álcool pelas usinas também pode dar um suporte maior aos preços.

O álcool sobe, mas não de forma acentuada. Se subir muito, as usinas elevam a produção, segundo ele.

O Brasil, maior fornecedor mundial, passa a ser referência para os preços externos. No início da semana, os preços do açúcar negociado no mercado interno superavam em 14,5% os do primeiro contrato da Bolsa de commodities de Nova York. Álcool anidro e hidratado superavam em 35% e 17,1% os do açúcar, respectivamente.

Diante desse cenário, o açúcar tem fôlego para subir de 15% a 17% em Nova York. O preço sobe porque não há tanto açúcar no mercado mundial como se previa, afirma Nastari. Os dados sobre o déficit mundial estimados pela OIC podem ser revistos para cima.

Apesar da boa evolução do setor no Brasil, o açúcar não tem sido muito o foco dos produtores. A previsão é de 30 milhões de toneladas neste ano, volume semelhante aos das safras 2007/8 e 2006/7.

A estabilidade na produção de açúcar pode limitar as exportações nacionais. Para Nastari, o Brasil deve colocar 18,8 milhões de toneladas no mercado externo, abaixo dos 19,9 milhões de 2006/7 e dos 19,1 milhões de 2007/8.

Já a produção de álcool segue caminho contrário. Após ter registrado 17,9 bilhões de litros em 2006/7, deve atingir 26,7 bilhões nesta safra 2008/9.

Em busca dos consumidores interno e externo, as usinas do centro-sul do país já estão destinando 61,1% da cana moída para a produção de álcool. Na safra passada, eram 56%. Em 2006/7, apenas 50,5%.

**Cana em pé** - Das 35 empresas programadas para iniciar operação neste ano, 4 iniciarão moagem apenas no próximo ano. As outras 18, que ainda entram em operação até outubro, terão participação menor na moagem de cana, que se iniciou em abril. Com isso, Nastari prevê que 32 milhões de toneladas de cana não serão moídas neste ano. "Meio Nordeste", afirmou, uma vez que a moagem das usinas do Nordeste devem somar 62 milhões de toneladas. A previsão inicial era de 17 milhões de toneladas em pé.

#### **Publicada portaria de recomposição da Câmara Setorial de Açúcar e Álcool – Sítio Eletrônico do MAPA – 16/07/2008**

**Brasília (16.7.2008)** – A portaria nº 660, que trata da recomposição da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Álcool, foi publicada nesta quarta-feira (16), no Diário Oficial da União (DOU). A partir de agora, a presidência será exercida pelo diretor do Departamento de Cana-de-açúcar e Agroenergia, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Alexandre Strapasson. Esta é a primeira vez que um membro do governo assume esse tipo de cargo. O objetivo é harmonizar procedimentos com o setor privado. A câmara é composta por representantes de 23 entidades e deverá se reunir a cada três meses. *(Da Redação).*

#### **Mercado de álcool ficará firme até 2009 – Mônica Scaramuzzo – Valor econômico – Agronegócios - 23/07/2008**

O mercado de álcool deve ficar firme até abril de 2009, no fim da entressafra, impulsionado pela oferta menor de açúcar no mercado internacional e pela forte demanda pelo combustível no Brasil e no exterior. "O álcool está remunerando mais que o açúcar", diz Plínio Nastari, presidente da consultoria Datagro.

O preço equivalente do álcool hidratado em contratos de açúcar em Nova York está em 14,62 centavos de dólar por libra-peso; o do anidro, em 16,85 centavos. Os contratos de açúcar para março (segunda posição) fecharam ontem a 13,55 centavos de dólar na bolsa de Nova York. Embora a moagem de cana deva ser menor que a prevista pela consultoria, o mix de produção será alcooleiro até o fim da safra 2008/09. A expectativa da Datagro é que 61% da cana seja destinada ao álcool. Esse mix já atingiu 72% no fim dos anos 80. O processamento da cana foi revisto de 495 milhões para 480 milhões de toneladas no centro-sul.

Segundo Nastari, a menor moagem reflete o atraso na colheita e também o menor número de usinas novas em operação neste ciclo, resultando em 32 milhões de toneladas de cana que deixarão de ser colhidas nessa safra. "Havia uma expectativa de que 35 unidades novas começariam a operar este ano, mas apenas 31 devem começar. Até o momento, só 13

deram início à moagem. Quatro usinas das 35 [duas em Goiás e duas no Mato Grosso do Sul] só começam em 2009", afirma.

Com superávits no mercado internacional nos últimos anos, o quadro de oferta e demanda global de açúcar deverá registrar déficit a partir da safra 2008/09, que tem início em outubro e vai até setembro de 2009. "O Brasil está com a produção estagnada de açúcar há três safras", diz Nastari.

Com isso, a combinação de menor oferta de açúcar e demanda aquecida por álcool resultará em maior remuneração para as usinas nesta safra. "Cerca de 90% a 95% das usinas já estão com os preços de exportação fixados entre 11,5 e 13,5 centavos de dólar por libra-peso, ante 9,5 e 10 centavos da safra 2007/08", afirma o especialista.

Mesmo com uma remuneração melhor nesta safra em relação ao ciclo 2007/08, Nastari observa que os custos do setor sucroalcooleiro subiram nesses últimos anos. A Datagro estima custos em torno de 13,5 centavos de dólar por libra-peso, ante 5,5 centavos há pelo menos três anos. "Os preços dos fretes subiram quase 45% nesta safra [em relação à passada] muito e a logística de escoamento de cana, açúcar e álcool também está no limite, com a maior demanda por grãos."

Outro fator que encarece os custos é a forte alta da taxa de elevação (transporte do álcool do terminal até o navio) no porto de Santos, que registrou um aumento de 41,9%, de US\$ 15,50 por mil litros para US\$ 22 por mil litros.

De acordo com Nastari, o setor deve começar a direcionar suas estratégias para a co-geração de energia a partir do bagaço. "A co-geração deverá se transformar em terceiro negócio para as usinas." (MS)

## RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Etanol

**EUA e UE resistem a discutir o etanol** – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/07/2008

O governo brasileiro exige que o etanol faça parte de uma solução final na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) e chega a ameaçar abrir uma guerra nos tribunais internacionais. Mas os Estados Unidos se recusaram ontem a aceitar a redução de sua tarifa de importação e alertaram que esse não é o momento de tratar do assunto. A OMC iniciou oficialmente seu trabalho para tentar concluir sete anos de negociações, em um clima de desconfianças e pessimismo.

O chanceler Celso Amorim, em seu primeiro encontro com os americanos, já deixou claro que o etanol terá de entrar em uma liberalização. O produto é o carro chefe da diplomacia comercial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e hoje faz parte de todas as iniciativas diplomáticas do País. "A tarifa aplicada sobre o etanol nos Estados Unidos é um absurdo. Espero que haja inteligência suficiente para se evitar uma disputa e que o produto entre na agenda", afirmou Amorim. Para o chanceler, a taxa de US\$ 0,54 por galão é ilegal. "Queremos que o etanol também seja beneficiado pelo corte de tarifas", disse.

Fontes da Casa Branca informaram ao Estado que Washington quer evitar, por enquanto, o debate, alegando que o tema tiraria o foco da Rodada Doha. “Esse não é o momento de trazer o tema para a mesa”, afirmou um negociador americano.

Já os europeus querem a criação de uma cota de importação para o etanol, como já vem anunciando há seis meses. “Se isso ocorrer, vamos pedir compensações altas”, afirmou Amorim. O produto passou a fazer parte dos debates em Genebra e até mesmo lobistas do Estado de Iowa, produtores de milho, se deslocaram até Genebra para acompanhar os processos. Amorim alertou à representante de Comércio da Casa Branca, Susan Schwab, que o assunto será uma das prioridades do Brasil, com o corte das tarifas hoje existentes no mercado americano.

Uma das opções seria a criação de cotas com base na expectativa de expansão do consumo interno americano até 2020. Pelos cálculos do Brasil, o consumo americano seria de 130 bilhões de litros até lá, dos quais 10% desse mercado seria um volume que a produção brasileira hoje não poderia atingir. Mas Schwab resistiu à proposta brasileira de corte de tarifas e deixou claro que não está na hora de falar nisso.

Do lado europeu, Bruxelas admite que o etanol se beneficie da rodada, com a criação de uma cota e com um pagamento feito por Amorim em outra área, de preferência no setor industrial. “Sabemos que o etanol é importante para o Brasil. Mas o País precisa entender que existem outros setores importantes para nós também”, afirmou o comissário de Comércio da União Européia (UE), Peter Mandelson. “Isso será uma concessão”, afirmou um diplomata francês.

Uma das propostas seria transformar as tarifas existentes sobre o etanol em cotas. Para o Ministério da Agricultura, isso seria inaceitável, já que representaria um retrocesso no acesso aos mercados. Pela proposta da UE que já existe há seis meses, a cota seria de 5% do consumo doméstico.

Segundo delegados franceses, a cota seria baseada em um consumo histórico dos últimos anos. Segundo estudos preparados nos últimos dias, essas cotas significariam praticamente a manutenção de um mercado fechado para o Brasil. Como o consumo foi baixo nos últimos anos, a cota poderia ser insignificante. “Não podemos nos basear no futuro, apenas nos dados que conhecemos”, afirmou um delegado francês. “Não podemos abrir uma exceção ao etanol”, disse.

Washington admite a criação de uma “cota política” para o etanol como forma de encontrar uma solução. Mas os franceses alertam que o Brasil terá de escolher: ou conseguem uma cota maior para etanol e abandonam o açúcar ou preenchem o limite das exportações com açúcar. Além das cotas para etanol, os europeus querem criar novas cotas para frutas e carne suína brasileiras.

**'Não é hora de falar de etanol'** – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/07/2008

Carro-chefe da atual ofensiva comercial do Brasil no mundo, o etanol poderá ficar de fora de um acordo comercial global. O recado da França e da Itália, ontem, foi que não é na hora de debater nem liberar o mercado de etanol.

▪ [Rodada Doha: entenda o que está em jogo nas negociações](#)

A secretária de Indústria francesa, Anne Marie Idrac, revelou ao 'Estado' que não concedeu mandato ao comissário de Comércio da União Européia (UE), Peter Mandelson, para fazer qualquer concessão ao Brasil nesse sentido. "Não hora de falar de etanol", disse, acrescentando que não aceitará um corte profundo nas tarifas de importação ou a fixação de cotas.

Para o secretário de Desenvolvimento Econômico da Itália, Adolfo Urso, o Brasil não pode, neste momento, complicar a negociação com a inclusão de mais um produto. 'É uma questão de tempo; não há como trazer um produto para a mesa de negociações nesta fase', afirmou. Os EUA também já avisaram que não querem atrapalhar a rodada com mais esse tema.

O governo brasileiro rejeita a tese e insiste que o etanol tem de entrar na rodada. O Itamaraty sabe que, se voltar sem uma definição para o produto, poderá ser criticado pelo setor. O chanceler Celso Amorim diz que vai continuar pressionando por uma definição. No Itamaraty, a versão oficial é que não há espaço hoje para abandonar a questão. Mas negociadores sabem que o Brasil está praticamente só na tentativa de abrir mercados para o produto.

**UE propõe cota a etanol. Brasil acha pouco** – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/07/2008

A União Européia (UE) ofereceu uma cota mínima para o etanol brasileiro. Com isso, o produto passou a fazer parte da agenda da Rodada Doha. Mas não da forma que o Brasil desejava. O Itamaraty rejeitou um acordo, alegando que a cota seria apenas metade do que o Brasil quer. A rejeição do chanceler Celso Amorim irritou os europeus. "Ainda estamos negociando. Não há um acordo ainda", disse Amorim. Segundo o governo, a criação da cota não é o ideal, pois representa um retrocesso em relação à tarifa atual.

O comissário de Comércio da UE, Peter Mandelson, sugeriu a redução da atual tarifa de 40% para cerca de 10%. Mas com um limite para as exportações brasileiras. O cálculo seria baseado no consumo futuro do produto no mercado europeu. Em 2020, a cota para o Brasil chegaria 1,75 bilhão de litros de etanol. O volume é considerado insignificante, correspondendo a 5% do consumo do biocombustível na Europa. "Em um encontro bilateral, eu (Mandelson) e a comissária de Agricultura, Marianne Fischer Boel,



deixamos claro que estamos dispostos a negociar um acordo que poderia dar acesso às exportações do Brasil”, afirmou Mandelson em seu blog. “Surpreendentemente, dada a importância da questão para Brasília, Amorim pareceu ignorar o valor de tal proposta para o Brasil”, disse.

Para André Nassar, diretor do Icone, a proposta não atende às demandas do País. “A Europa terá um consumo de 35 bilhões de litros em 2020. Queremos ao menos 10% desse mercado. O que os europeus nos oferecem é exatamente metade disso”, afirmou. Para o Ministério da Agricultura, a própria criação de uma cota seria um retrocesso, já que a medida pedida seria a redução de tarifas, e não o estabelecimento de limites de exportação.

Mandelson deixou claro, porém, que não teria como oferecer mais e países como Itália e França alertaram que se recusariam a dar um mandato que ultrapasse esse limite. O volume dado pelos europeus, porém, é apenas um pouco maior que o que a UE já havia oferecido em 2005 ao Mercosul. Há três anos, a oferta falava de 1 milhão de toneladas e o Brasil também a recusou. Na avaliação de Mandelson, a cota significaria um comércio de US\$ 1 bilhão por ano ao Brasil. A França já havia alertado que não era o momento de tratar do assunto.

O Estado revelou que Portugal, Suécia e Finlândia chegaram a falar numa possível barganha com o Brasil no etanol. A UE ofereceria certo acesso a seu mercado e, em troca, ganharia um corte de tarifas em um setor industrial no Brasil.

#### **EUA seguem irredutíveis sobre tarifa contra o etanol brasileiro – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/07/2008**

A resistência dos EUA em abrir seu mercado ao álcool poderá criar dificuldades para que o Brasil aceite o acordo que está sendo costurado em Genebra. Considerado um tema fundamental pelo Itamaraty, está andando nas discussões com os europeus, mas está paralisada com os americanos. Logo no primeiro dia da negociação, o chanceler Celso Amorim reiterou à representante de Comércio dos EUA, Susan Schwab, a importância da questão para o Brasil. Várias discussões se seguiram, houve avanço com os europeus, mas os EUA seguem irredutíveis.

O etanol brasileiro sofre tarifa de US\$ 0,14 por litro para entrar nos EUA. Os americanos dizem que a maior parte do imposto é de encargos internos, e se nega a reduzi-lo. Para o presidente da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), Marcos Jank, a posição americana é uma ameaça ao sistema multilateral de comércio. “É como ter cupins no porão da OMC”, disse Jank, para ressaltar sua preocupação de que outros países sigam o exemplo e apliquem proteções tarifárias disfarçadas. (MN)

## **Etanol é ponto de divergência entre Brasil e Europa – O Globo – Economia – 28/07/2008**

GENEBRA. Nas negociações da Rodada de Doha da OMC resta uma questão essencial para o Brasil: o etanol. Os europeus querem transformar o combustível em “produto sensível”, ou seja, sujeito à proteção.

Ontem, Marcos Jank, presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), incitava os negociadores brasileiros a não cederem à pressão. No fim da noite, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse que “as discussões sobre etanol estão evoluindo, sobretudo com a União Européia”, mas não revelou detalhes.

Os europeus já propuseram ao Brasil uma cota que permitiria ao país exportar para os países do bloco 1,4 milhão de toneladas com tarifas inferiores a 10%. Jank diz que, se o Brasil tiver que aceitar uma cota, terá de ser maior que esta, pois o país já exporta hoje mais de um milhão de toneladas.

O grande problema da negociação do etanol na rodada, segundo ele, será com os Estados Unidos, que aplicam uma tarifa secundária às importações do etanol brasileiro, de US\$ 0,14 por litro. Os americanos se recusam a negociar na OMC reduções para esta taxa. Se não houver acordo, Jank já anunciou que a indústria de cana-de-açúcar vai entrar com uma disputa na OMC contra o país.

Outro ponto que ameaça um acordo na rodada é a controvérsia sobre as exportações de bananas latino-americanas e africanas para a Europa. Os países de África, Caribe e Pacífico (ACP) — que têm acordos especiais que garantem venda com tarifa zero para a Europa — não querem que os europeus abram mais seu mercado para outros produtores fora do grupo. **\*(Deborah Berlinck, enviada especial)**

## **Brasil troca apoio por etanol – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 29/07/2008**

A França alerta que dificilmente aceitará a proposta que a União Européia (UE) apresentou ao Brasil para permitir a criação de uma cota para a exportação do etanol do País. O Brasil espera obter melhores condições para a exportação do etanol como pagamento por sua colaboração na tentativa de fechar a Rodada Doha. Nos últimos dias, parte do cálculo brasileiro para aceitar o pacote que estava sobre a mesa incluía o fato de que o País ganharia uma cota para suas exportações de etanol ao mercado europeu e uma redução de tarifas no mercado americano.

Com a UE, Amorim anunciou que a negociação caminha em um “bom sentido” e os dois governos tinham avançado nos debates. Conforme o Estado antecipou, Bruxelas aceitou estabelecer uma cota ao etanol brasileiro, fato confirmado ontem pelo gabinete da comissária de Agricultura da UE, Mariann Fischer Boel. Bruxelas chegou a oferecer 1,4 milhão de toneladas em dez anos, mas o governo alertou que o volume seria insuficiente. Alguns dias depois, apresentou novos números que começam a deixar o setor privado mais satisfeito. Pela nova proposta, a cota estaria indexada pelo consumo futuro europeu, o que permitiria um incremento nas exportações nos próximos anos.

▪ [Entenda o que está em jogo nas negociações](#)

Mas os números não foram bem recebidos pela França. Para Paris, o volume proposto pela Europa seria exagerado e afetaria a capacidade de o setor local competir com o produto brasileiro. Ontem, diplomatas franceses passaram horas avaliando os números para estimar o impacto para seus produtores. O resultado não foi positivo. Ontem, americanos e brasileiros ainda deram o pontapé nas negociações para a redução das tarifas americanas ao etanol, ponto que a Casa Branca sempre resistiu. “Estamos negociando”, disse o embaixador Roberto Azevedo, negociador-chefe do Brasil. A Casa Branca mantém tarifa de US\$ 0,54 por galão de etanol, o que impede as exportações brasileiras.

O chanceler Celso Amorim não disfarçava que o entendimento na Rodada Doha estaria condicionado à inclusão do etanol no pacote. O Brasil foi o primeiro país a acenar positivamente ao plano da OMC de liberalização que acabou sendo aceito por americanos e europeus.

Mas, em troca, membros do governo não escondem que precisavam ganhar benefícios por adotar uma postura construtiva na Rodada, se distanciado das posições extremistas de Índia, Argentina, África do Sul e outros emergentes.

**OCDE ataca subsídios e elogia o álcool brasileiro** – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo  
– Dinheiro - 16/07/2008

**Biocombustível de países ricos tem pouco ganho ambiental e encarece alimentos, diz estudo - Combustíveis de trigo, beterraba e milho diminuem emissão de gases poluentes em no máximo 60%; álcool de cana reduz em até 90%**

Os bilionários subsídios concedidos pelos países ricos para a produção de biocombustíveis trazem poucas vantagens ambientais e ainda contribuem para a alta dos preços de alimentos, que põe em risco a segurança alimentar das populações mais pobres do planeta.

A conclusão é de um estudo divulgado ontem pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que destaca o álcool do Brasil como o biocombustível que mais reduz a emissão de gases poluentes. A diferença é significativa: enquanto os combustíveis de trigo, beterraba e óleos vegetais reduzem a emissão entre 30% e 60%, e o de milho, 30%, o álcool de cana permite redução de até 90%.

A produção de biocombustíveis em escala mundial deve dobrar nos próximos dez anos, calcula a OCDE. Em 2007, os Estados Unidos foram os maiores fabricantes de etanol, com 48% da produção mundial, enquanto o Brasil ficou em segundo, com 31%. Com 60% do total, a Europa lidera a produção mundial de biodiesel.

Apesar das desvantagens econômicas e ecológicas dos subsídios aos biocombustíveis, o relatório prevê que eles irão atingir mais que o dobro das cifras atuais nos Estados Unidos, no Canadá e na União Européia nos próximos anos. Em 2006 a ajuda oficial nas três regiões somou US\$ 11 bilhões. Esse total deve chegar a US\$ 25 bilhões anuais até 2015, segundo as projeções da OCDE, centro de estudos que reúne 30 das

principais economias do mundo -o Brasil não é membro.

Os cálculos da entidade mostram que o argumento ambiental para o protecionismo em biocombustíveis nos países ricos não se sustenta, já que reduz a emissão de gases poluentes em, no máximo, 0,8%. "A análise mostra que as políticas de subsídio são bastante ineficientes", disse à **Folha** o autor do estudo, Martin von Lampe. A estimativa é a de que cada tonelada de dióxido de carbono que deixa de ser emitida custe entre US\$ 960 a US\$ 1.700 aos cofres oficiais.

O estudo defende ainda a redução das tarifas de importação aos biocombustíveis, uma das prioridades da agenda de comércio exterior do governo brasileiro. No mercado americano, por exemplo, o álcool brasileiro enfrenta uma tarifa de US\$ 0,54 por galão. "A abertura de mercados para os biocombustíveis estimularia uma produção mais eficiente e barata, além de melhorar o resultado ambiental e reduzir a dependência de combustíveis fósseis", diz o estudo.

Para Von Lampe, as vantagens do álcool de cana são claras. "Além de ter um custo bem menor do que no hemisfério Norte, de grãos e oleaginosas, o etanol feito no Brasil tem um potencial muito maior de redução na emissão de gases", diz Von Lampe. "Mas mesmo no Brasil é preciso monitorar a produção para que ela seja feita de maneira sustentável."

O estudo também chama a atenção para o impacto dos subsídios nos preços dos alimentos. A estimativa é que eles tenham sido responsáveis por 5% no aumento do preço do trigo, 7% no do milho e 19% no dos óleos vegetais.

## **BERNANKE DIZ SER FAVORÁVEL A FIM DE TARIFA SOBRE PRODUTO BRASILEIRO** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 16/07/2008

O presidente do Fed (o banco central americano), Ben Bernanke, afirmou que a retirada da tarifa que os EUA cobram sobre o álcool brasileiro, de US\$ 0,54 por galão (3,79 litros) seria "útil" e um "bom passo a tomar". Além da tarifa, os EUA dão subsídios aos seus produtores de álcool. "Eu não quero exagerar, porque o Brasil, claro, usa muito do seu álcool e tem sido extraordinariamente bem sucedido."

**Fed sugere menor tarifa sobre etanol** – Andrea Vialli – Estado de São Paulo – economia e Negócios – 17/07/2008

O presidente do Federal Reserve, Ben Bernanke, admitiu ontem, em Washington, que os Estados Unidos podem vir a reduzir a tarifa de importação sobre o etanol produzido no Brasil, de US\$ 0,54 por galão. Ao ser perguntado sobre o assunto no Comitê de Serviços Financeiros da Câmara dos Deputados, Bernanke disse que apóia o livre comércio e um corte nessa tarifa “seria um bom passo a ser tomado.”

Um corte na tarifa americana poderia trazer um aumento significativo nas exportações de etanol brasileiro para os EUA, na avaliação de Joel Velasco, representante da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) em Washington. “Ainda não fizemos a conta de quanto poderiam crescer as exportações, mas um corte na tarifa daria maior previsibilidade para o produtor brasileiro.”

Para Velasco, os EUA estão num momento de forte demanda pelo álcool importado, pois o etanol de milho, cotado por US\$ 2,9 o galão, vem perdendo competitividade. “Mesmo com a tarifa e custo de produção atuais, o Brasil tem condições de vender 3 bilhões de litros de etanol aos EUA em 2008. Imagine com um corte na tarifa”, diz.

Na atual safra 2008/2009, o País exportou 770 milhões de litros de etanol para os EUA, o que representou 70% das exportações totais e um aumento de 84% em relação à safra anterior, quando foram embarcados 410 milhões de litros para o mercado americano.

**COMMODITY** - “Uma redução na tarifa americana seria o primeiro passo para a criação de um mercado internacional para o etanol e sua transformação em uma commodity”, diz Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura e presidente do Conselho do Agronegócio da Fiesp. Se a declaração de Bernanke encontrar eco no Congresso americano, os benefícios para o Brasil serão significativos, avalia. “O céu é o limite do quanto o corte na tarifa pode representar para as exportações brasileiras. ”

Atualmente os EUA misturam em torno de 10% de etanol à gasolina e há metas para que esse percentual chegue a 20%. O mercado americano vai demandar mais de 100 bilhões de litros de etanol nos próximos anos, com capacidade de produzir 80% desse total. “Os americanos vão precisar importar no mínimo 20 bilhões de litros de etanol. É uma enorme alavancagem. Mais países vão passar a produzir etanol”, diz.

**GOVERNADOR QUER REDUZIR META DO ÁLCOOL** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/07/2008

O governador do Texas, Rick Perry, quer reduzir pela metade o plano do governo americano de produzir 9 bilhões de galões de álcool neste ano. Para ele, o aumento na produção do biocombustível é um dos motivos para a alta dos alimentos. O pedido de Perry deve ser analisado nesta semana pela Agência de Proteção Ambiental.

**BID deve anunciar até US\$ 300 mi para álcool** – Sergio Dávila – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/07/2008

O presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o colombiano Luis Alberto Moreno, deve anunciar hoje nova verba da entidade para investimento em projetos brasileiros de álcool. A cifra não foi adiantada, pois o seu conselho se reúne pela manhã para aprovar o valor, mas as expectativas do mercado eram de entre US\$ 200 milhões e US\$ 300 milhões. De qualquer maneira, a fatia a ser bancada por dinheiro do BID nos empréstimos será a maior já destinada por uma entidade multilateral à área de biocombustível no mundo. Marca ainda uma ofensiva do banco para separar os projetos que considera sustentáveis, como avalia que é o caso do programa bioenergético brasileiro, dos outros e, assim, sinalizar de que lado está no atual debate sobre a crise alimentar.

Nos últimos meses, o boom dos biocombustíveis vem sendo frequentemente apontado como um dos bodes expiatórios pela alta dos alimentos por entidades multilaterais como a ONU. O problema, segundo os críticos, é desviar áreas destinadas a plantio de alimentos para a produção de álcool. Não é o caso do Brasil, defende o governo, que utiliza com o programa apenas 2% dessa terra. Ao aprovar seus empréstimos -que o diário econômico "Financial Times" diz ser de US\$ 260 milhões, com prazo de 15 anos e destinados a três novas usinas sendo construídas pela empresa brasileira Santelisa Vale e bancadas em parte por fundos privados norte-americanos-, o BID afirma que adotará critérios de análise de sustentabilidade e que só liberará verba para as que não agredirem o ambiente. Em entrevista em abril do ano passado, Moreno disse que o banco avaliava a possibilidade de participar de três projetos de álcool no Brasil, a um custo total de US\$ 570 milhões, e estudava outros cinco projetos ou transações do setor no país que, juntos, chegavam a US\$ 2 bilhões. Na tarde de hoje, o presidente do BID embarca para o Brasil, onde se reúne com nove governadores de Estados do Nordeste em Teresina (Piauí).

**Caribe** - O anúncio acontece no mesmo dia em que o BID e a Organização dos Estados Americanos (OEA) reúnem produtores, membros do governo e investidores de biocombustíveis para uma série de conferências nas Bahamas. A América Central é vista pelas duas entidades e pelos dois maiores produtores de álcool do mundo, Brasil e EUA, como o palco ideal para novas parcerias e idéias no setor. Os representantes locais do Brasil e dos Estados Unidos aproveitam o encontro para anunciar nova etapa do memorando de colaboração bioenergética entre os dois países.

**Proposta europeia eleva acesso do álcool brasileiro à região** – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/07/2008

Uma oferta europeia produziu ontem um sinal positivo sobre o acesso do álcool aos mercados dos países ricos, um tema considerado crucial pelo Itamaraty. A notícia veio a público de forma inusitada, através do blog do comissário europeu do Comércio, o britânico Peter Mandelson.

No diário eletrônico que vem fazendo sobre as negociações em Genebra, Mandelson revelou ter oferecido ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, um acordo para dar "um significativo e valioso novo acesso" ao biocombustível nos mercados europeus. Mas Amorim não reagiu como Mandelson esperava. "Surpreendentemente, dada a importância do tema em Brasília, Amorim pareceu rejeitar o valor da oferta", escreveu o comissário europeu.

Mandelson ofereceu uma cota para a exportação de etanol de 1,4 milhão de toneladas por ano até 2020, com tarifa de 10%. O gesto foi considerado importante, sobretudo porque até poucos dias atrás os europeus mantinham-se decididos a não abrir o mercado ao álcool, mantendo o combustível como "produto sensível". Mas o anúncio não satisfaz à indústria brasileira. A Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) criticou a concessão de cota e defendeu a "plena integração" do álcool ao sistema mundial de comércio. "Não deve haver tratamento diferenciado, pois o etanol hoje não é considerado produto sensível nem na Europa nem nos Estados Unidos", afirmou em nota o presidente da entidade, Marcos Sawaya Jank, que chega hoje a Genebra para acompanhar o desfecho das negociações. No começo da semana, ao reunir-se com a secretária do Comércio dos EUA, Susan Schwab, o chanceler Amorim deixara claro que esperava acesso para o álcool dentro de um acordo da Rodada Doha.

Os Estados Unidos aplicam hoje uma tarifa de importação de US\$ 0,54 sobre o galão de álcool, mas afirmam que se trata de um imposto interno. Até agora, não deram sinais de flexibilidade. (MN)

**País prepara processo contra subsídio ao álcool** – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro - 30/07/2008

Sem acordo, guerra nos tribunais. A consequência mais imediata do fracasso das negociações da Rodada Doha será uma enxurrada de disputas no Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, prevêem especialistas da entidade. Para o Brasil, o primeiro alvo serão os subsídios dos Estados Unidos à produção de álcool. O processo se juntará a um contra a ajuda doméstica norte-americana -já em curso na OMC.

O esboço do novo processo já está pronto. Enquanto circulava pelos corredores da OMC nos últimos dias, esperando ansioso o desfecho da negociações, Marcos Jank, presidente da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), carregava em sua pasta o

memorando que servirá de base para a disputa. Dois escritórios de advocacia foram contratados para a tarefa, um no Brasil e outro nos Estados Unidos. O tema chegou a ser abordado em conversas bilaterais, mas naufragou junto com as negociações.

Para Jank, o fracasso de Doha é "um desastre", pois manterá fechadas as portas da negociação sobre a queda das barreiras ao álcool nos países ricos por um bom tempo. "Sem acordo, temos que pensar em novos caminhos", diz. "O primeiro será recorrer ao tribunal da OMC. O segundo, reforçar a base de oposição aos subsídios dentro dos Estados Unidos."

Segundo ele, essa base se ampliou recentemente e já conta com dez senadores americanos e várias grandes empresas do país. Jank diz ter recebido uma carta com o respaldo de 35 entidades americanas à briga contra os subsídios ao combustível. Ele diz que prefere uma solução negociada, pois um processo na OMC é caro e leva muito tempo. "Mas pelo visto não vamos ter outra opção."

O processo contra as barreiras ao álcool será apenas mais um em que o Brasil contesta o protecionismo americano na OMC. Em junho, o tribunal da entidade deu parecer definitivo contra os subsídios dos EUA ao algodão, depois de quase seis anos de disputa. O Itamaraty já enviou carta à OMC comunicando que pretende usar o direito de aplicar retaliações, estimadas em US\$ 4 bilhões.

Além disso, no fim do ano passado, o Brasil se uniu ao Canadá em novo processo contra os EUA. Os dois países alegam que a Casa Branca superou o teto de subsídios permitido, de US\$ 19,1 bilhões, entre 1999 e 2002 e em 2005. A queixa teve como pano de fundo a aprovação pelo Senado americano, uma semana antes, da lei agrícola ("farm bill") de 2007, com um orçamento de US\$ 286 bilhões para subsídios.

E o Brasil será apenas um dos países na corrida aos tribunais da OMC deflagrada pelo congelamento da rodada. Os produtores de banana latino-americanos, que já haviam obtido um acordo classificado de "histórico" para reduzir tarifas de importação na União Européia, sugeriram ontem que o caso deve ser alvo de novo processo.

"Vamos precisar reforçar nossa equipe de juristas, porque a atual é pequena e não vai dar conta da provável enxurrada de processos", disse um funcionário da OMC. (MN)

#### **OCDE defende etanol do Brasil e critica UE e EUA – Deborah Berlinck – O Globo – Economia – 17/07/2008**

PARIS. O primeiro estudo sobre biocombustíveis da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) isenta o etanol brasileiro dos principais ataques e condena os biocombustíveis americano, europeu e canadense. Para a organização, EUA, União Européia (UE) e Canadá estão subsidiando a produção e o uso de um tipo de etanol e de biodiesel — de beterraba, trigo e óleos vegetais — que reduz de 30% a 60% as emissões de gases poluentes.

Já o etanol, de cana-de-açúcar, como o do Brasil, reduz as emissões em 80%. Diante disso, os preços de trigo, arroz, e óleos vegetais aumentarão até 13% de 2013 a 2017. Já o do açúcar será pouco afetado a médio prazo.



A OCDE defende “moratória” sobre biocombustíveis e revisão das políticas atuais, alegando que têm benefício ambiental duvidoso.

— Os programas atuais devem ser reconsiderados — disse Stefan Tangermann, da OCDE. EUA, União Européia e Canadá gastaram US\$ 11 bilhões em 2006 com subsídios, que deverão atingir US\$ 25 bilhões de 2013 a 2017. O Brasil, segundo o estudo, reduziu seus incentivos fiscais ao etanol.

#### **OCDE sugere não elevar mais produção de etanol – Valor Econômico – Internacional - 17/07/2008**

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) defende uma moratória no aumento da produção de biocombustíveis, disse um diretor da instituição, após a divulgação de um relatório crítico ao uso de combustíveis feitos a partir de produtos agrícolas. Entretanto a organização reconheceu que o etanol brasileiro é mais eficiente do que o biocombustível feito de milho.

"Faria bastante sentido ter uma moratória", disse Stefan Tangermann, diretor para comércio e agricultura da OCDE. "Todos esses programas têm de ser reconsiderados, pois achamos que eles são ineficientes em termos de combate às mudanças climáticas", disse Tangermann.

Para a OCDE, os subsídios conjuntos, no valor de US\$ 11 bilhões, concedidos por EUA, Canadá e a União Européia (UE) aos biocombustíveis têm pouco efeito sobre a redução das emissões de dióxido de carbono. As emissões do gás gerador do efeito estufa geradas por carros, caminhões, aviões e embarcações sofrerão, "na melhor das hipóteses", uma diminuição de 0,8% até 2015 nessas regiões com o auxílio dos programas de subsídios, disse Tangermann. "Há muitas maneiras mais eficientes de proteger o clima do que subsidiando os biocombustíveis", disse ele.

A produção brasileira de etanol é mais eficiente, reduzindo as emissões em até 90% comparativamente aos biocombustíveis produzidos nos EUA e na Europa, devido ao fato de os produtores locais utilizarem a celulose da cana-de-açúcar no processo de fabricação. O Brasil tem potencial para fabricar e exportar mais etanol e hoje alimenta 20% de sua frota de veículos com o combustível.

#### **Brasil endurece tom para defender etanol – Assis Moreira - Valor econômico – Brasil - 22/07/2008**

O Brasil colocou o etanol como questão fundamental para um acordo na Rodada Doha nos próximos dias, reagindo a posições dos Estados Unidos e da União Européia em relação ao biocombustível nas negociações em Genebra. Em reunião bilateral, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, avisou a representante comercial americana, Susan Schwab, que o Brasil não aceitará que o etanol seja o único produto excluído de liberalização na atual rodada da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A reação americana, porém, continuou dura. Washington não quer negociar a taxa de US\$ 0,54 por galão importado e tampouco apontou alguma tentativa de solução. Os EUA alegam que o US\$ 0,54 não é tarifa e sim "outras taxas", e portanto não teria porque ser negociada na OMC. Para o Brasil, porém, a exclusão do etanol da rodada é politicamente inaceitável.

Uma possível solução para o impasse poderia vir através de uma lista de produtos ambientais que enfim inclua o etanol e reduza mais rapidamente a alíquota. Ocorre que a negociação dessa lista não está na barganha atual, ficando para mais tarde.

Na primeira lista, os EUA e outros países desenvolvidos não incluiriam o produto. O Brasil avisou que desse modo qualquer lista ambiental estava condenada ao fracasso. A questão é se o Brasil bloqueará mesmo um eventual acordo de Doha por causa do etanol. Ou seja, se compensa perder queda de tarifas e aumento de cotas para outros produtos como carnes, açúcar etc.

Nas sucessivas cobranças do Brasil contra a taxa, o presidente George W. Bush chegou a dizer aos brasileiros que a cobrança "cairia por si só". Ocorre que ele está deixando a Casa Branca e o protecionismo americano continua forte em relação ao produto. Para fontes do setor privado, se não houver acordo em Doha nos próximos dias, o Brasil vai preparar enfim uma contestação contra a taxa americana, para apresentar na OMC. Mas Amorim disse ontem que não quer chegar à disputa.

Do lado da União Européia, assessores confirmaram que Bruxelas quer criar cota tarifária para o etanol, conforme o Valor revelou ontem. O produto deve ser designado como sensível, portanto com acesso limitado. O Brasil e outros exportadores agrícolas rejeitam, porém, a criação de novas cotas. Insistem que está em negociação somente a expansão das cotas atuais para produtos considerados sensíveis, e não estabelecer novas limitações a mais produtos.

Além disso, o consumo europeu ainda é pequeno. Estabelecer cota com base no consumo passado significaria limitar enormemente a entrada do produto. Amorim, porém, fez uma abertura. "Se tiver cota no etanol, a compensação vai ter de ser muito, muito grande."

Um assessor do Ministério da Agricultura da França comentou que o Brasil terá de escolher entre exportar açúcar ou etanol. "Queremos exportar os dois", comentou André Nassar, diretor do Icone. A cota européia para açúcar pode ficar em torno de 700 mil toneladas.

O ministro do Comércio e Indústria do Egito, Rachid Mohamed Rachid, atacou os subsídios dos países ricos à produção de biocombustíveis. Os países desenvolvidos gastaram US\$ 15 bilhões em ajuda a seus produtores de biocombustíveis em 2007, ao mesmo tempo em que mantiveram altas barreiras contra o produto mais competitivo do Brasil. **(AM)**

**Acordo pode reduzir barreiras a etanol e algodão** – Assis Moreira – Valor Econômico –  
Brasil - 29/07/2008

O Brasil aposta no acordo de Doha também para resolver duas antigas pendências que afetam o agronegócio, envolvendo barreiras ao algodão e ao etanol. No caso do algodão, Brasília espera conseguir a implementação do contencioso que deu vitória ao país, pelo qual Washington deveria reduzir substancialmente os subsídios aos cotonicultores americanos, que afetam os produtores brasileiros.

A solução poderá vir com um limite dos subsídios para o algodão americano, que chegou a US\$ 5 bilhões por ano e deve cair para menos de US\$ 500 milhões, segundo cálculos do Itamaraty. Quanto ao etanol, ontem pela primeira vez os EUA começaram a aceitar conversar sobre um corte da tarifa secundária de US\$ 0,54 por galão.

A União Européia, por sua vez, avançou as discussões com o Brasil, melhorando um pouco sua oferta. A idéia agora é de estabelecer cota que pode aumentar na medida em que crescer também o consumo europeu do biocombustível. "Um acordo no pacote básico de Doha abre as portas para conversa mais séria sobre o etanol", afirmou o presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), Marcos Jank.

Na primeira proposta, a UE ofereceu cota de 1,4 milhão de toneladas. O Brasil, em princípio, não aceita cota (quantidade limitada com tarifa menor). E se for o caso de criar cota, avalia que a UE deve pagar com volume substancialmente mais elevado.

Fonte européia explicou que Bruxelas oferece ao Brasil adaptar gradualmente a cota, conforme o aumento do consumo nos próximos anos. "Precisamos importar etanol, mas não queremos ser inundados pelo etanol brasileiro porque temos de estimular nossa própria indústria", afirmou um negociador europeu.

Este ano o Brasil já vai exportar bem mais de 1 bilhão de litros de etanol para a UE, valendo cerca de US\$ 600 milhões, destinado principalmente à Suécia, que baixou a tarifa em acordo com Bruxelas.

A Unica nota que 35 empresas nos EUA, incluindo grandes empresas e associações, enviaram carta ao presidente George Bush pedindo a remoção da tarifa sobre o etanol. Apesar de a constituição americana deixar claro que só o Congresso pode criar tarifa, há leis e interpretações que permitem ao presidente reduzir temporariamente uma alíquota. A Casa Branca não disse nada sobre a carta.

Um projeto-de-lei-chave é o de autoria da senadora democrata Diane Feinstein e de nove senadores (republicanos e democratas), reduzindo a tarifa de US\$ 0,54 para US\$ 0,45 por galão, impondo a obrigação de manter a tarifa igual ao incentivo fiscal. Na Câmara, o democrata Mark Udall propôs o mesmo projeto, o que melhora o trâmite em ambas as casas.  
**(AM)**

**Importador ainda resiste a contrato padrão de etanol** - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 29/07/2008

Os contratos internacionais de comercialização física de álcool combustível já entraram em vigor no mercado global, mas ainda não vigoram em todos os negócios celebrados entre exportador e importador. Ontem, a Ietha (Associação Internacional de Comércio de Etanol) realizou o primeiro seminário de apresentação oficial desses contratos ao mercado.

Coordenado por Plínio Nastari, presidente da consultoria Datagro, a padronização desses contratos de álcool foi concluída em outubro de 2007. Na reunião realizada em junho pelos membros da Ietha, nenhuma das 26 cláusulas estabelecidas para esse novo contrato foi alterada.

Segundo Nastari, a Ietha, entidade internacional independente, foi fundada em outubro de 2006 para promover o comércio internacional de etanol. São 26 membros, entre usinas produtoras nacionais, internacionais, distribuidoras e tradings. "A Ietha tem sede no Brasil, mas é internacional", afirmou.

Os contratos internacionais de álcool têm como objetivo padronizar as vendas no mercado global. Dados da Ietha mostram que cerca de 8 bilhões de litros foram negociados no mercado internacional em 2007. O Brasil respondeu por 31% dos negócios. Para 2008, a produção global é estimada em 64,5 bilhões e deverá crescer 159,25% em 2017, com uma oferta de cerca de 103 bilhões de litros. Estados Unidos e Brasil continuarão como os maiores players deste mercado.

De acordo com Tarcilo Rodrigues, diretor-presidente da trading Bioagência, que representa 23 usinas do país, cerca de 20% dos negócios da trading já são realizados com esses novos contratos. "Ainda há muita resistência por parte dos importadores, sobretudo da União Européia".

A trading Bioagência exportará nesta safra 2008/09 cerca de 650 milhões de litros de álcool. Se confirmadas as estimativas, será um crescimento de 10% sobre o ciclo anterior.

Pelos contratos internacionais da Ietha, a moeda em vigor é o dólar americano e os volumes foram padronizados em kilolitros. Há especificações para vendas de álcool anidro, hidratado e para fins industriais. Os padrões do etanol para fins industriais foram estabelecidos, sobretudo, por exigência dos importadores asiáticos, principais compradores deste tipo de álcool.

De acordo com Nastari, reuniões periódicas vão ocorrer para que alterações, se necessárias, sejam feitas. "As sugestões vão ocorrer no dia-a-dia", disse.

## **Etanol e banana vão para a fila de processos – Valor Econômico – Brasil - 30/07/2008**

Marcos Jank, presidente da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica), era um dos mais frustrados ontem em Genebra. Ele acompanhou desde cedo as negociações, na esperança de o Brasil obter com um acordo de Doha um melhor acesso para etanol nos mercados dos Estados Unidos e da União Européia.

Com o colapso da negociação, Jank só vê agora uma solução no caso dos EUA: o Brasil acionar o mecanismo de solução de controvérsias, para questionar Washington por sua tarifa secundária de US\$ 0,54 por galão, que o país não quer baixar.

Com a UE, a questão era que Bruxelas queria designar o produto como "sensível" e assim teria que dar uma cota (quantidade limitada com tarifa menor). Ele desmentiu que o Brasil tenha obtido vantagem para o etanol para dar seu apoio à rodada. "Isso é uma idéia louca", disse.

O Itamaraty se mostra prudente e prefere não marcar uma data para abrir a disputa contra os EUA sobre o etanol. Mas Jank prevê que as consultas, o primeiro passo do painel, podem ser pedidas em setembro.

Além desta disputa, Brasil e Canadá vão retomar na OMC o contencioso contra 80 programas de subsídios agrícolas americanos, que estava a espera de uma solução que afinal não veio pela negociação global.

A União Européia também acha que vai ser alvejada pelos produtores de banana da América Latina em outra disputa, já que o acordo acertado sobre redução tarifária só valia no âmbito da Rodada Doha. (AM)

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

**Assistentes de Pesquisa**  
Karina Kato e Silvia Zimmermann

**Secretária**  
Diva de Faria

**op  
pa** **Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura**

**CPDA** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



IFCA

nead

Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

